



AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
E SANEAMENTO BÁSICO

RELATÓRIO DE GESTÃO ANUAL 2022





MENSAGEM DA DIRETORIA

A disponibilidade de água, em qualidade e quantidade suficientes para atender a todos os usos atuais e projetados, é um fator preponderante para o país crescer de forma sustentável, e esse é um imenso desafio de regulação, especialmente se considerarmos o passado recente de crises hidroenergéticas e os cenários prospectivos que apontam os efeitos da mudança do clima sobre o comportamento hidrológico.

Outro grande desafio posto para a Agência é o promover a harmonização e a melhoria da qualidade da regulação no setor de saneamento básico, por meio da edição de normas de referência a serem adotadas pelos entes reguladores infranacionais, visando a universalização dos serviços no país.

Destarte, para os próximos anos, são temas de relevante interesse para a gestão das águas e para a melhoria dos serviços públicos de abastecimento de água: a segurança hídrica, a segurança de barragens, o esgotamento sanitário, o manejo e a disposição final de resíduos sólidos e o manejo de águas pluviais e sistemas de drenagem.

O ano de 2022 foi marcado por uma atualização da estrutura da Agência dando maior destaque a temas como Mudanças Climáticas, Segurança de Barragens e regulação de serviços hídricos. Além disso, foram iniciados novos ciclos de programas que representam o cerne da atuação do SINGREH como o Pró-Gestão e o Qualiágua, que tiveram novos ciclos definidos e iniciados. O aprimoramento da gestão dos recursos hídricos e a edição de normas de referência para a melhoria dos serviços de saneamento básico, bem como a promoção de ações visando melhorar a segurança das barragens tem sido prioridade da gestão, assim como a promoção da segurança hídrica.

Desse modo, encerra-se um ciclo de planejamento estratégico e apresenta-se



MENSAGEM DA DIRETORIA

a oportunidade de planejar um novo ciclo de quatro anos de preparação da Agência para os desafios a ela colocados em termos de gestão, governança, mudanças climáticas e principalmente a busca da excelência na atuação reguladora. Um dos pilares do planejamento é a Agenda Regulatória, atualizada para o períodos 2022 - 2024 como um indicativo das prioridades que serão objeto de nossa dedicação no período.

Assim, em nome da Diretoria Colegiada da ANA, apresento o Relatório de Gestão Anual 2022, reconhecendo a responsabilidade por assegurar a integridade (fidedignidade, precisão e completude) das informações ora prestadas com transparência aos órgãos de controle e perante a sociedade brasileira.

Veronica Sánchez da Cruz Rios
Diretora - Presidente

A Diretoria Colegiada é o órgão de deliberação máxima da Agência. É composta por 1 (uma) Diretora-Presidente e 4 (quatro) Diretores.

A ANA encerrou 2022 com a Diretoria Colegiada com a seguinte composição:



Veronica Sánchez
Diretora - Presidente



Maurício Abjaodi
Diretor



Filipe Sampaio
Diretor



Ana Carolina Argolo
Diretora



Vitor Saback
Diretor

VISÃO GERAL

APRESENTAÇÃO

A ANA apresenta o seu Relatório de Gestão, referente ao ano de 2022. O objetivo deste documento é dar visibilidade às principais realizações e os desafios enfrentados por esta Agência e gestão de recursos hídricos ao longo do exercício de 2022. O presente Relatório está estruturado da seguinte forma:

Capítulo I – Visão Geral organizacional e ambiente externo

Capítulo II – Governança, Estratégia e Desempenho da ANA

Capítulo III – Riscos, Oportunidades e Perspectivas

Capítulo IV - Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis

Por fim, cumpre salientar que este relatório é produto da construção coletiva das diversas unidades da ANA e está alinhado às disposições da Decisão Normativa TCU nº 187, de 09 de setembro de 2020 e à Lei 13.848, de 25 de junho de 2019.

SUMÁRIO

SUMÁRIO EXECUTIVO	6
REFERENCIAIS ESTRATÉGICOS	15
DETERMINAÇÃO DA MATERIALIDADE DAS INFORMAÇÕES	16
CAPÍTULO I – VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO	17
PAPEL DA ANA	18
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	23
ESTRUTURA DA GOVERNANÇA	24
MODELO DE NEGÓCIOS DA ANA	30
CADEIA DE VALOR DA ANA	24
CAPÍTULO II – GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO DA ANA	37
ESTRATÉGIA DA ANA	38
MAPA ESTRATÉGICO DA ANA	39
COMO A ESTRUTURA DE GOVERNANÇA APOIA O CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	40
RESULTADOS PGA	42
DESAFIOS PARA 2023	85
CAPÍTULO III – RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS	90
GESTÃO DE RISCOS	91
PLANO DE GESTÃO DE RISCOS	97
CAPÍTULO IV - INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS	105
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	106
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA ANUAL	108
RESTOS A PAGAR	114
GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	115
GESTÃO DE CUSTOS	117
CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE NAS CONTRATAÇÕES	118
GESTÃO PATRIMONIAL;	119
GESTÃO DAS MULTAS APLICADAS EM DECORRÊNCIA DA ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO	117
GESTÃO DE PESSOAS	125

SUMÁRIO

EXECUTIVO

Este relatório tem como objetivo oferecer uma visão clara e objetiva para a sociedade brasileira, o Congresso Nacional e os órgãos de controle acerca do desempenho e dos resultados obtidos pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico no exercício de 2022 cujas principais entregas estão resumidas a seguir:



Resultados da Regulação

3603 Atos de Outorga emitidos

3 Certificado de Sustentabilidade de Obra Hídrica (CERTOH) emitidos

28 Atos de Declarações de Reserva de Disponibilidade Hídrica (DRDH) e Outorga de AHEs emitidos



Fiscalização de Uso de Recursos Hídricos

23 Multas aplicadas: 23 multas simples; 0 multas diárias; R\$ 60.266,66 em valor total de multas.

6 Multas canceladas/ anuladas em instância administrativa: R\$ 18.400,00 em valor de multas canceladas.

232 Autos de infração emitidos (AIs): 206 AIs de advertência; 23 AIs de multas simples; 0 AIs de multas diárias; 4 AIs de embargo provisório.



Fiscalização de Segurança de Barragens

21 Multas aplicadas: 17 multas simples; 04 multas diárias; R\$ 78.400,00 em valor.

3 Multas canceladas/ anuladas em instância administrativa: R\$22.200,00 em multas canceladas.

32 Autos de infração emitidos (AIs): 10 AIs de Advertência; 17 AIs de multas simples; 4 AIs de multas diárias; 1 AI de embargo provisório.

SUMÁRIO EXECUTIVO



Declaração Anual de Uso de Recursos Hídricos - DAURH

3.597 DAURH (interferências recebidas):

1.705 Empreendimentos; 2.637 declarações; e 1.519 empreendimentos em rios de domínio da união.



Vistorias, Campanhas de Campo e Avaliações

200 vistorias realizadas nas bacias prioritárias “Verde Grande e Piranhas-Açu”;

21 campanhas de campo realizadas, totalizando 158 vistorias a usuários de água, incluindo as realizadas com apoio de empresa contratada;

75 barragens com o Plano de Segurança de Barragem (PSB) e 63 barragens com o Plano de Ação de Emergência (PAE) concluídas ou em elaboração.



Denúncias quanto ao uso dos recursos hídricos, segurança de barragens e saneamento básico

114 Denúncias recebidas.

85 Denúncias recebidas por meio eletrônico (e-mail ou formulário digital)

62% Denúncias respondidas: 38% das denúncias recebidas não puderam ser respondidas pois os dados necessários do denunciante estavam incompletos

29 denúncias recebidas via próton;

100% das denúncias respondidas

Nota 1: Do total de interferências em corpos d'água da União, 828 estavam obrigadas ao envio da DAURH. Contudo, foram enviadas 552, o que corresponde a 66,7%.

Nota 2: Todas as 2.530 interferências localizadas em corpos d'água de domínio da União foram analisadas quanto ao atendimento dos valores estabelecidos na outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO



DeclaraÁgua

212 Usuários enviaram **3.585** leituras mensais de equipamentos de medição de uso de recursos via aplicativo DeclaraÁgua, nas bacias dos rios Piranhas, Verde Grande, Pardo, São Marcos, Paraíba do Sul, Preto/Bezerra e São Francisco.



Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos - CNARH

68.292 interferências regularizadas em 2022, sendo **5.091** localizadas em corpos hídricos Federais e **63.201** localizadas em corpos hídricos estaduais, que foram disponibilizados no CNARH pelos órgãos gestores estaduais.



Inspeção de Segurança Regular (ISR)

96 Barragens com encaminhamento de ISR (Inspeção de Segurança Regular) à ANA. Desse total **84** ISRs foram analisadas quanto a regularidade. As demais ainda estão em processo de análise pela área técnica.



Agenda Regulatória 2022-2024

43 metas estabelecidas para a Agenda Regulatória 2022-2024.

25 temas distribuídos em 9 eixos temáticos.

<https://bit.ly/420IdMm>

SUMÁRIO

EXECUTIVO



Instrumentos de Planejamento

1 Plano Estratégico Institucional 2023-2026;

1 Plano de Gestão Anual - 2023

1 Plano de Gestão de Riscos - 2023



Transformação digital de serviços

- **DAURH** e **DIGICOB** - implementados;
- Software **FERAH** com análise de tendências com indicadores de impactos das mudanças climáticas – funcionamento em protótipo;
- Criação da Startup Gov.br - **ANA DIGITAL** para implantação do programa de transformação digital da ANA;
- **1,7** milhão de intrusões cibernéticas bloqueadas;
- Política de Segurança da Informação e Comunicações implantada;
- Participação do Exercício de Guardião Cibernético;
- Mais de **200** computadores adquiridos;
- Implantação de novas regras de outorga no **REGLA**;
- Implantação do Portal de Recursos Hídricos;
- Implantação do REGLA nas bacias de São Marcos, Piancó e Meia Ponte;
- Implantação do sistema de Saneamento Básico;
- Implantação do **MÓDULO CIDADÃO** do sistema de Segurança de Barragens (SNISB); e
- Integração com o **LOGIN ÚNICO** Gov.br

SUMÁRIO EXECUTIVO



LGPD (Lei nº 13.709, de agosto de 2018):

Pontuação obtida na avaliação do Tribunal de Contas da União (TCU), resultados relativos à auditoria realizada que avaliou as ações governamentais e os riscos à proteção de dados pessoais, a partir de diagnóstico sobre a implementação dos controles estabelecidos pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13.709/2018).

- Resultado da primeira avaliação do TCU: **0,34** (nível inicial)
- Resultado atual da avaliação realizada pela ANA com a metodologia do TCU TCU: **0,88** (nível aprimorado)



Saneamento - Implementação da Agenda Regulatória

SANEAMENTO: 7 processos de participação social;

PUBLICAÇÃO do Procedimento de comprovação da adesão das NRs pelas ERIs (Resolução nº 134, de novembro de 2022);

MONITORAMENTO da implementação NR 01/2021 e NR 02/2021;

TOMADA DE SUBSÍDIO da NR sobre Metas progressivas de universalização dos serviços de AA e ES, incluindo sistema de avaliação do cumprimento das metas



Monitor de Secas

24 UNIDADES DA FEDERAÇÃO PARTICIPANTES.

Nos últimos doze meses, mais três estados se juntaram ao Monitor de Secas: Rondônia, Acre e Amazonas. Com isso são 24 Unidades da Federação participantes. Até o final de 2023, a adesão de Amapá, Pará e Roraima permitirá alcançar a cobertura nacional pelos mapas do Monitor de Secas.



Salas de Crise e Salas de Acompanhamento

89 Reuniões de Salas de Crise e de Salas de Acompanhamento pela ANA realizadas.

SUMÁRIO

EXECUTIVO



Acordos de Cooperação e Parcerias:

- ACT COM AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL** - concurso de Inovação “Desafio Saneamento do Futuro: rios sem plástico: gestores SSB, SAF e ASGOV – em andamento;
- ACT COM ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT)** - visando o desenvolvimento de documentos normativos para gestão hídrica, qualidade da água, saneamento básico, gestão de efluentes e resíduos em bacias hidrográficas;
- ACT COM CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)** - Recursos Hídricos, gestão de reservatórios, capacitação, implementação novo marco saneamento;
- ACT COM CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO** (em ações de conservação de água e solo, segurança de barragens, operações de reservatórios e implementação do marco legal do saneamento básico)
- ACT COM INSTITUTO RUI BARBOSA** (IRB) (a capacitação mútua e o desenvolvimento de estratégias integradas em ações de implementação do marco legal do saneamento básico);
- ACT COM OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA ELÉTRICO (ONS)** - Acordo de Cooperação;
- ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE)** - avaliação da governança da ANA (PAFER Review);
- ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA (OTCA)**: relatório de qualidade de água da Bacia Amazônica;
- PRODOC - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD)** - Projeto de Cooperação Técnica internacional (PRODOC) celebrado com o PNUD para o Fortalecimento institucional da ANA com foco na harmonização da regulação do setor de saneamento básico por meio da edição de normas de referência, conforme as atribuições conferidas à Agência pelo novo marco legal, Lei nº 14.026, de 2020
- DGA**: cooperação para troca de experiências.



Painel DeclaraÁgua

Implementação do painel de acompanhamento do DeclaraÁgua para gerenciar dados de monitoramento de captações de água enviados por cerca de 300 usuários.

SUMÁRIO

EXECUTIVO



PROGESTÃO - Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas

27 reuniões remotas de acompanhamento do 2º Ciclo do Progestão realizadas;

3 oficinas de intercâmbio: Monitoramento e Enquadramento de Corpos Hídricos; Planos de Capacitação e Fiscalização de usos de recursos hídricos;

2 boletins trimestrais;

Atualização do painel de acompanhamento do programa; e

Publicação da Resolução ANA n.º 135/2022 que institui o 3º Ciclo do **PROGESTÃO**. Acesse o portal clicando [aqui!](#)



Operação de Reservatórios

Em outubro de 2022:

Publicada a **RESOLUÇÃO ANA N° 132**, que dispõe sobre as condições de operação para os reservatórios do Sistema Hídrico do Rio Paranapanema, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2023.

Foram iniciados os procedimentos de avaliação e consulta para a edição de normativos semelhantes para as bacias do Grande e do Paranaíba, também na Região Hidrográfica do Paraná.

Em dezembro de 2022, a ANA aprovou e divulgou seu **PLANO DE CONTINGÊNCIA** para a Recomposição dos volumes de Reservatórios das bacias dos rios Paranaíba e Grande, indicando medidas adicionais para a operação de reservatórios entre janeiro e abril de 2023. Tais medidas são voltadas à promoção do reenchimento dos reservatórios no período úmido, com foco na segurança hídrica e na garantia dos usos múltiplos da água em 2023 e nos anos seguintes. Na sequência, foram publicadas as Resoluções ANA nº 140/2022, nº 141/2022 e nº 142/2022, que determinam, respectivamente, condições de operação temporárias para os sistemas hídricos do rio Grande, do rio Paranaíba e dos aproveitamentos de Jupiá e Porto Primavera.

SUMÁRIO EXECUTIVO



Capacitação e Treinamento – Fortalecimento do SINGREH

14 cursos remotos realizados;

12 cursos com tutoria,

27 webinários e seminários;

1 jogo educativo produzido;

2 seminários dos mestrados profissionalizantes do Profágua e Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais (ProfCiamb),

10 novas publicações

15 oficinas,

40 cursos EAD;

11 Jornadas de Capacitação do Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (Encob),

ESPECIALIZAÇÃO em segurança de barragens com 42 monografias elaboradas;

AGENDA de capacitação das Entidades Delegatárias de funções de Agências de Água em 2022;

WEBINÁRIOS “Como Inserir a Cultura de Privacidade no Dia a Dia da ANA” e Descomplicando a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e sua Aplicação”;

II FÓRUM de Boas Práticas de Contratações e Gestão de Contratos;

OFICINAS “Avaliação da Implementação de Planos de Recursos Hídricos - 1^a edição e 2^a edição”.

SUMÁRIO EXECUTIVO



Acordos e Termos de Parceria com os Estados:

IMPLEMENTAÇÃO da condicionante da outorga da Sabesp destinada a investir em **Projetos de conservação de água e solo na bacia do Cantareira** – integração da infraestrutura verde e infraestrutura cinza;

PROGESTÃO III: 3º ciclo do **Programa de Consolidação do Pacto pela Gestão de Águas** (Resolução nº 135, de dezembro de 2022), aprimoramento do programa;

PROGRAMA PRODUTOR DE ÁGUA:

- apoio da iniciativa privada na ampliação das formas de atuação do programa envolvendo parcerias com empresas privadas e organismos multilaterais para financiamento de atividades do programa produtor de águas em MG e PE;
- rede nascente do São Francisco (comitê local, ações de conservação de água e solo, 32 municípios – mudança de estratégia do programa;
- Implementação projeto produtor de água na Bacia do Pardo: ações de conservação de água e solo. O ACT firmado em 2022 entre a SEMAD, IGAM e Instituto de Florestas (IEF) para implantação do programa produtor de águas no Estado de Minas Gerais. Prevê em seus objetivos: Desenvolvimento de estratégias para a ampliação do número de projetos no Estado de Minas Gerais, em articulação às iniciativas e programa já em curso no estado, especialmente o Programa de Regularização Ambiental – PRA. Inclui um TED específico com o Instituto Federal do Triângulo Mineiro para o diagnóstico socioambiental da bacia do rio Pardo aprovado em 2023.



Outros Destaques

- Aprovação Agenda de Avaliação de Resultado Regulatório para 2022;
- Avaliação do Qualiágua (Resolução nº 30 de setembro de 2022);
- Implementação do Plano de Capacitação em Regulação no Saneamento 2021-2024

NOSSOS REFERENCIAIS ESTRATÉGICOS



MISSÃO

Garantir a segurança hídrica para o desenvolvimento sustentável do Brasil e contribuir para a universalização do saneamento básico.



VISÃO

Ser reconhecida como modelo de gestão e regulação de recursos hídricos e referência para o saneamento básico.



VALORES

Integridade;
Transparência;
Compromisso;
Excelência Técnica;
Cooperação



VALORES PÚBLICOS

Referem-se aos produtos e resultados gerados, preservados ou entregues pelas atividades de uma organização que representem respostas efetivas e úteis às necessidades ou demandas de interesse público e modifiquem aspectos do conjunto da sociedade ou de alguns grupos específicos reconhecidos como destinatários legítimos de bens e serviços públicos.

- 1 Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos descentralizado, forte e participativo;
- 2 Ambiente regulatório adequado, seguro e estável, para a promoção da universalização do saneamento básico;
- 3 Barragens de usos múltiplos em condições adequadas de segurança;
- 4 Serviços, dados e informações hidrometeorológicas integrados, confiáveis e acessíveis aos usuários;
- 5 Riscos e impactos de secas e cheias reduzidos;
- 6 Garantia dos usos múltiplos da água.

DETERMINAÇÃO DA MATERIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

O processo de construção dos próximos tópicos deste relatório buscou priorizar os temas que influenciam a capacidade desta Agência de produzir e entregar valor para a sociedade, em consonância com as orientações do Tribunal de Contas da União (TCU). O objetivo é apresentar aos cidadãos o papel da ANA, bem como os principais resultados e obstáculos em busca do cumprimento da missão institucional, de forma transparente e integrada.

Os temas mais relevantes foram apontados e analisados, observando a cadeia de valor e os objetivos estratégicos da ANA. Outrossim, informa-se que a elaboração deste relatório buscou alinhar-se às orientações disponibilizadas pelo TCU em seu 'Guia para Elaboração na forma de Relatório Integrado'.





Capítulo I

Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo

Visão Geral Organizacional

- O Papel da ANA
- Estrutura Organizacional
- Estrutura da Governança
 - ◊ Modelo de Governança
 - Instâncias Internas
 - Instâncias Externas
 - ◊ Cadeia de Valor – valor público entregue
 - ◊ Políticas e Programas de Governo
 - ◊ Ambiente externo

O PAPEL DA AGÊNCIA

A Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) é uma autarquia sob regime especial com autonomia administrativa e financeira que estava vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) até o final de 2022.

A ANA age de maneira descentralizada e compartilhada, envolvendo os estados e usuários, em conformidade com a Política Nacional de Recursos Hídricos, com sua lei de criação e com as atribuições posteriores, que previram articulação com outros entes e políticas públicas. Isso também acontece pela natureza do recurso que regula, que é transversal a todas as atividades, e pela previsão constitucional de dois domínios para os recursos hídricos no Brasil: dos estados/DF e da União.

DA PREVISÃO LEGAL

LEI N° 9.433, DE 8 DE JANEIRO DE 1997 (Política Nacional de Recursos Hídricos):

Art. 1º A Política Nacional de Recursos Hídricos baseia-se nos seguintes fundamentos:

(...) V - a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;

VI - a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.

(...) Art. 3º Constituem diretrizes gerais de ação para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos:

(...) III - a integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental;

IV - a articulação do planejamento de recursos hídricos com o dos setores usuários e com os planejamentos regional, estadual e nacional;

V - a articulação da gestão de recursos hídricos com a do uso do solo;

VI - a integração da gestão das bacias hidrográficas com a dos sistemas estuarinos e zonas costeiras.

O PAPEL DA AGÊNCIA

Art. 4º A União articular-se-á com os Estados tendo em vista o gerenciamento dos recursos hídricos de interesse comum.

(...) Art. 33. Integram o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos:

I – o Conselho Nacional de Recursos Hídricos;

I-A. – a Agência Nacional de Águas;

II – os Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados e do Distrito Federal;

III – os Comitês de Bacia Hidrográfica;

IV – os órgãos dos poderes públicos federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais cujas competências se relacionem com a gestão de recursos hídricos;

V – as Agências de Água.

LEI N° 9.984, DE 17 DE JULHO DE 2000 (Lei de criação da ANA):

(...) Art. 4º A atuação da ANA obedecerá aos fundamentos, objetivos, diretrizes e instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos e será desenvolvida em articulação com órgãos e entidades públicas e privadas integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, cabendo-lhe:

(...) VIII – implementar, em articulação com os Comitês de Bacia Hidrográfica, a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União;

(...) X – planejar e promover ações destinadas a prevenir ou minimizar os efeitos de secas e inundações, no âmbito do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, em articulação com o órgão central do Sistema Nacional de Defesa Civil, em apoio aos Estados e Municípios;

(...) XIII - promover a coordenação das atividades desenvolvidas no âmbito da rede hidrometeorológica nacional, em articulação com órgãos e entidades públicas ou privadas que a integram, ou que dela sejam usuárias;

XIV - organizar, implantar e gerir o Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos;

O PAPEL DA AGÊNCIA

(...) XVI - prestar apoio aos Estados na criação de órgãos gestores de recursos hídricos;

(...) XX - organizar, implantar e gerir o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB);

XXI - promover a articulação entre os órgãos fiscalizadores de barragens;

LEI N° 12.334, DE 20 DE SETEMBRO DE 2010 (Política Nacional de Segurança de Barragens)

Atribuiu à ANA as competências de articular os órgãos fiscalizadores de barragens, manter o SNISB, e elaborar o Relatório de Segurança de Barragens. Os dois últimos são feitos em estreita articulação com os demais órgãos fiscalizadores e responsáveis pela segurança de barragens.

LEI N° 14.026, DE 15 DE JULHO DE 2020 (Marco legal do saneamento básico)

Atribuiu à ANA a competência de estabelecer normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico por seus titulares e suas entidades reguladoras e fiscalizadoras, o que se dá em articulação com as Entidades Reguladoras Infranacionais.

Cabe à ANA também promover a capacitação de recursos humanos para a regulação adequada e eficiente do setor de saneamento básico.

DAS RESPONSABILIDADES

De modo sintético, pode-se dizer que a ANA é responsável, na esfera federal por:

1. coordenar o SINGREH
2. implementar a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH),
3. regular e fiscalizar situações que envolvam corpos d'água de domínio da União,
4. regular o uso de recursos hídricos nos rios de domínio da União;

O PAPEL DA AGÊNCIA

5. regular a prestação dos serviços públicos de irrigação e adução de água bruta;
6. fiscalizar as condições de segurança de barragens, com vistas a garantir a segurança hídrica no país;
7. editar normas de referência para a regulação dos serviços de saneamento básico.

A gestão integrada das águas no Brasil é uma responsabilidade compartilhada entre a União, os Estados e o DF, conforme previsto na Constituição Federal, e estabelecida na Lei das Águas (Lei nº 9.433/1997) que cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) e estabelece como fundamento a gestão descentralizada com a participação do poder público, dos usuários e da comunidade.

O SINGREH é formado por um conjunto de instituições formuladoras e executoras das políticas e por instâncias participativas nas esferas federal, estadual e na bacia hidrográfica. As instâncias participativas são compostas por representantes do poder público, de setores usuários e da sociedade civil organizada. Como órgão implementador da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) cabe à ANA atuar em conjunto com os estados para a gestão dos recursos hídricos, no âmbito do SINGREH.

Nas suas atribuições relativas à uniformização regulatória do setor de saneamento básico cabe a ANA emitir normas de referência para o setor. Essas normas são de adesão voluntária pelas entidades reguladoras infranacionais (municipais, intermunicipais, distrital e estaduais), têm caráter não impositivo, mas constituem condicionantes ao acesso a recursos públicos federais. Ademais, a ANA deve contribuir para a articulação entre a Política Nacional de Saneamento Básico, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos e o Plano Nacional de Recursos Hídricos.

A seguir, alguns exemplos de temas sobre os quais a ANA deverá emitir normas de referência, conforme previsto na Agenda Regulatória:

- Padrões de qualidade e eficiência na prestação, na manutenção e na operação dos sistemas de saneamento básico.

O PAPEL DA AGÊNCIA

- Regulação tarifária dos serviços públicos de saneamento básico.
- Padronização dos instrumentos negociais de prestação de serviços públicos de saneamento básico firmados entre o titular do serviço público e o delegatários.
- Metas de universalização dos serviços públicos de saneamento básico;
- Critérios para a contabilidade regulatória.
- Metodologia de cálculo de indenizações devidas em razão dos investimentos realizados e ainda não amortizados ou depreciados.
- Governança das entidades reguladoras.
- Sistema de avaliação do cumprimento de metas de ampliação e universalização da cobertura dos serviços públicos de saneamento básico.



A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ANA ORGANOGRAMA

GESTÃO

ASGOV
Assessora Especial de
Governança
Adriana Rodrigues

CEGOV
COGEO
CONV
DIPLO

ASREG
Assessora Especial de
Qualidade Regulatória
Gustavo Garcia

COAIR
CMARR
COGEM

DIRETORIA COLEGIADA - DIREC

DIRETOR
Vitor Saback

DIRETOR
Maurício Abijaodi

GAB-DIR

DIRETORA-PRESIDENTE
Veronica Sanches
da Cruz Rios

GAB-DIR

DIRETORA
Ana Carolina Argolo

GAB-DIR

GAB
Gabinete da Diretora-Presidente
Cláudia Kallar

COAAD

DECISÃO

SGE
Secretaria-Geral
Nazareno Araújo

COSDI
COREP
CARIP
CEDOC

DPROE
DIARQ
DIBIB

PFA
Procuradora Federal
Luis Carlos Martins

COAAP
COARF
COMAD
COSDA
COMCA

AUD
Auditória Interna
Elionmar Rios

COPAC
COAUD
COGEF
COAIF
DIBAP
DIFAG
CCADE
DIPRO
CGFEC
COAACC
COORF
DIRPRO

OLIV
Ouvidoria
Ricardo Andrade

COOUV
COR
Corregedoria
Ivaja Machado

CPROC
CGINT

SRB
Super de Regulação de Serviços
Hídricos e Segurança dos Barragens
Marcelo Oliveira

COSER
COSEB
CPISF

SUPERINTENDÊNCIAS

SAS
Superintendência de Apoio ao
SINGREH
Humberto Gonçalves

CCAPS
CSCOB
CINCS
COAPP
COAED

STI
Superintendência de Tecnologia da
Informação
Rafael Moreira

CPLAR
COREH
CODIH
CRNQA
COSET

SAF
Superintendência de Administração,
Finanças e Gestão de Pessoas
Luis André Munniz

CGGF
COGEF
COAIF
DIBAP
DIFAG
CCONT
DIPCG
DIPRO
CGFEC

SRE
Superintendência de Regulação de
Usos de Recursos Hídricos
Marco Neves

COOUT
COREG
COMAR
COINT

SOE
Superintendência de Operações e
Eventos Críticos
Joaquim Gondim

CORSH
COVEC
COART

DIPAG
COARC
DIALM
DIPAS
CCADE
DIPCG
DIPRO
COAOP
CALRH

SFI
Superintendência de Fiscalização
Viviane Brandão

COCOM
COFIU
CFISP
COFIS
COSAR

SSB
Superintendência de Regulação de
Saneamento Básico
Cinthia Leal

COAES
CORES
CODRU
COGER
COTAR
COCOL
COCON
COCOT

REPRESENTAÇÃO

ASINT
Assessora Especial
Internacional
Gisela Forattini

COAPI

ASCOM
Assessora Especial de
Comunicação Social
Whalles de Souza

CARPE

CORIC

DEICE

ASPAR
Assessora Especial de
Assuntos Parlamentares
Tathiana Melo

COPAR

SHE

Superintendência de Estudos
Hídricos e Econômicos
Felipe Favares

COMMIC

CESET

CCOGI

CQQUAL

COECO

O MODELO DE GOVERNANÇA⁵

GOVERNANÇA EXTERNA

A Governança Externa da ANA abrange outras instituições responsáveis por políticas públicas relacionadas à gestão das águas, como o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, a Agência Nacional de Energia Elétrica, o Ministério de Minas e Energia, o Ministério da Saúde, o Ministério da Ciência, Tecnologia, e Inovação, entre outros, além dos órgãos de coordenação do governo e dos órgãos de controle.

A ANA dialoga e presta serviços aos usuários e suas representações e mantém um conjunto amplo de parcerias com instituições de ensino e pesquisa, nacionais e internacionais, governos estrangeiros e agências de cooperação que contribuem para o aperfeiçoamento da sua atuação, bem como para o fortalecimento de instituições congêneres de outros países, notadamente nos países fronteiriços ou que compartilham águas com o Brasil.



<https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/saneamento-basico/agencias-infranacionais>

O MODELO DE GOVERNANÇA

A ANA recebe orientações, determinações e referências que pautam a sua atuação, visando assegurar a segurança hídrica à sociedade brasileira, com base na transparência e no diálogo.

Com as novas atribuições relacionadas ao saneamento, um novo conjunto de atores passou a fazer parte dessa governança externa, sendo, ao menos, 88 agências reguladoras de serviço de saneamento atuando no âmbito municipal, intermunicipal, distrital e estadual.

GOVERNANÇA INTERNA

A atual estrutura de governança corporativa é constituída por uma Diretoria Colegiada composta por cinco diretores, os quais dispõem de assessorias de suporte à decisão, à representação e à gestão, além das superintendências. Em 2022, a ANA publicou nova versão do seu regimento interno, aprimorando as estruturas decorrentes das funções relacionadas ao setor do saneamento, criando a Assessoria Especial de Governança, a Assessoria Especial de Qualidade Regulatória e revisitando as atribuições das unidades organizacionais.



O MODELO DE GOVERNANÇA

Instâncias de Governança:

DIREC - Comitê de Governança, Riscos e Controle

Tático - 11 Superintendências

Operacional - 79 Coordenações

Diretoria Colegiada – DIREC

A Diretoria Colegiada é o órgão de deliberação máxima da Agência. É composta por 1 (uma) Diretora-Presidente e 4 (quatro) Diretores, que decidem por maioria absoluta de votos, cabendo ao Diretora-Presidente, além do voto ordinário, o voto de qualidade. O Regimento Interno da ANA define em seu artXX que compete à Diretoria, em regime de colegiado, analisar, discutir e decidir, em instância administrativa final, as matérias de competência da Agência. Além disso, nesse artigo são listadas todas as suas competências. A ANA encerrou 2022 com a Diretoria Colegiada com a seguinte composição:

Além disso, a Diretoria da ANA conta com instâncias de apoio à governança constituídas por comitês ou grupos que dão suporte técnico na elaboração de políticas ou programas internos ou externos.

Instâncias Internas de Apoio à Governança

- Comitê de Apoio à Governança
- Comitê de Editoração
- Comitê de Avaliação de Documentos
- Comitê Gestor de Capacitação
- Comitê de Segurança da Informação
- Comitê de Tecnologia da Informação
- Corregedoria
- ASGOV
- Auditoria Interna
- Ouvidoria

O MODELO DE GOVERNANÇA

Outrossim, são instrumentos que apoiam a governança interna da ANA e que constituem ferramentas de planejamento, monitoramento e prestação de contas:

Instrumentos

- Planejamento Estratégico Institucional - PEI
- Plano de Gestão Anual - PGA
- Plano de Gestão de Riscos - PGR
- Plano Gerencial Interno - PGI
- Agenda Regulatória
- Plano de Integridade
- Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação - PETIC
- Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC

O MODELO DE GOVERNANÇA

GOVERNANÇA REGULATÓRIA

A Agenda Regulatória da ANA é um instrumento de gestão que identifica os temas prioritários para regulação, buscando efetividade, previsibilidade e transparência no cumprimento da missão e no enfrentamento dos desafios da Agência.

A agenda vigente apresenta os temas a serem trabalhados em 2022, 2023 e 2024. Ao todo, são 25 temas regulatórios, desdobrados em 43 metas, agrupadas nos seguintes eixos temáticos:



<https://bit.ly/420IdMm>

- regulação de uso de recursos hídricos,
- regras para operação dos reservatórios,
- monitoramento hidrológico,
- planejamento e informação de recursos hídricos,
- implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos,
- fiscalização,
- regulação de serviços,
- segurança de barragens e
- saneamento básico.

A execução da Agenda Regulatória da ANA pode ser acompanhada de maneira dinâmica por meio de painel de informações disponível por meio do link:

<https://bit.ly/3HiLkrd>

TEMAS **25**

METAS **43**

Ano Previsto

EIXO TEMÁTICO

- 1 - REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS
- 2 - REGRAS PARA OPERAÇÃO DE RESERVATÓRIOS
- 3 - MONITORAMENTO HIDROLÓGICO
- 4 - PLANEJAMENTO E INFORMAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS
- 5 - IMPLEMENTAÇÃO DA PNRR
- 6 - FISCALIZAÇÃO
- 7 - REGULAÇÃO DE SERVIÇOS
- 8 - SEGURANÇA DE BARRAGENS
- 9 - SANEAMENTO BÁSICO

Agenda Regulatória da ANA
2022 - 2024

Índice de previsibilidade **85,37%**

Índice de pontualidade **62,50%**

Metas por status

Status	Quantidade
Não Iniciado	10
Problema Regulatório	1
Estudo	12
Tomada de Subsídios	4
Análise de Impacto Regulatório	5
Consulta Pública + RAC	3
Medida Publicada	8

Medidas regulatórias publicadas e em andamento

Status	Porcentagem
Concluído	18.6%
Em andamento...	51.16%
Previsto	30.23%

TEMA	META	PR	ES	TS	AIR	CP + RAC	DF	EDIÇÃO DA MEDIDA REGULATÓRIA	MEDIDA NORMA / TRAMITAÇÃO (m)
Alocação integrada rio/áquifero no Cariri/Paraíba (MG/PR)	Estabelecer critérios para o marco regulatório do rio Cariri/Paraíba (MG/PR)	1º/22	1º/22	2º/22	1º/23	2º/23	2º/23	2º semestre/2023	Estudos em andamento
Aplicação dos procedimentos para a recuperação de créditos públicos	Atualizar e aprimorar os procedimentos administrativos atinentes à recuperação de créditos administrados pela ANA, regulamentados pela Resolução nº 1.346/2013.	2º/22	2º/22	1º/23	2º/23	2º/23	2º/23	2º semestre/2023	
Aplicação dos processos do modelo de governança das Entidades Delegatárias	Aprimorar os procedimentos de prestação de contas dos contratos de gestão celebrados entre a ANA e entidades delegatárias com função de	1º/22	1º/22	1º/22	1º/22	1º/22	1º/22	1º semestre/2022	Resolução ANA nº 2022

Estimativa de cronograma : "PR" - Problema Regulatório | "ES" - Estudo | "TS" - Tomada de subsídios | "AIR" - Análise de impacto Regulatório | "CP + RAC" - Consulta pública + Relatório de análise das contribuições | "DF" - Deliberação Final

O MODELO DE GOVERNANÇA

O monitoramento da Agenda Regulatória, além de passar do formato de relatório para o formato dinâmico em painel Power BI, passa a ser acompanhado não somente pela conclusão das medidas propostas, mas também pelo andamento de cada etapa do Ciclo Regulatório.

No ano de 2022, foram elaborados dois Relatórios de Análise de Impacto Regulatório (AIR) e publicados cinco atos normativos dos sete previstos para o ano, chegando a um cumprimento de 71%. Dos dois que não foram concluídos, um está em fase de final de revisão do Relatório de AIR e outro em análise por consultoria jurídica.



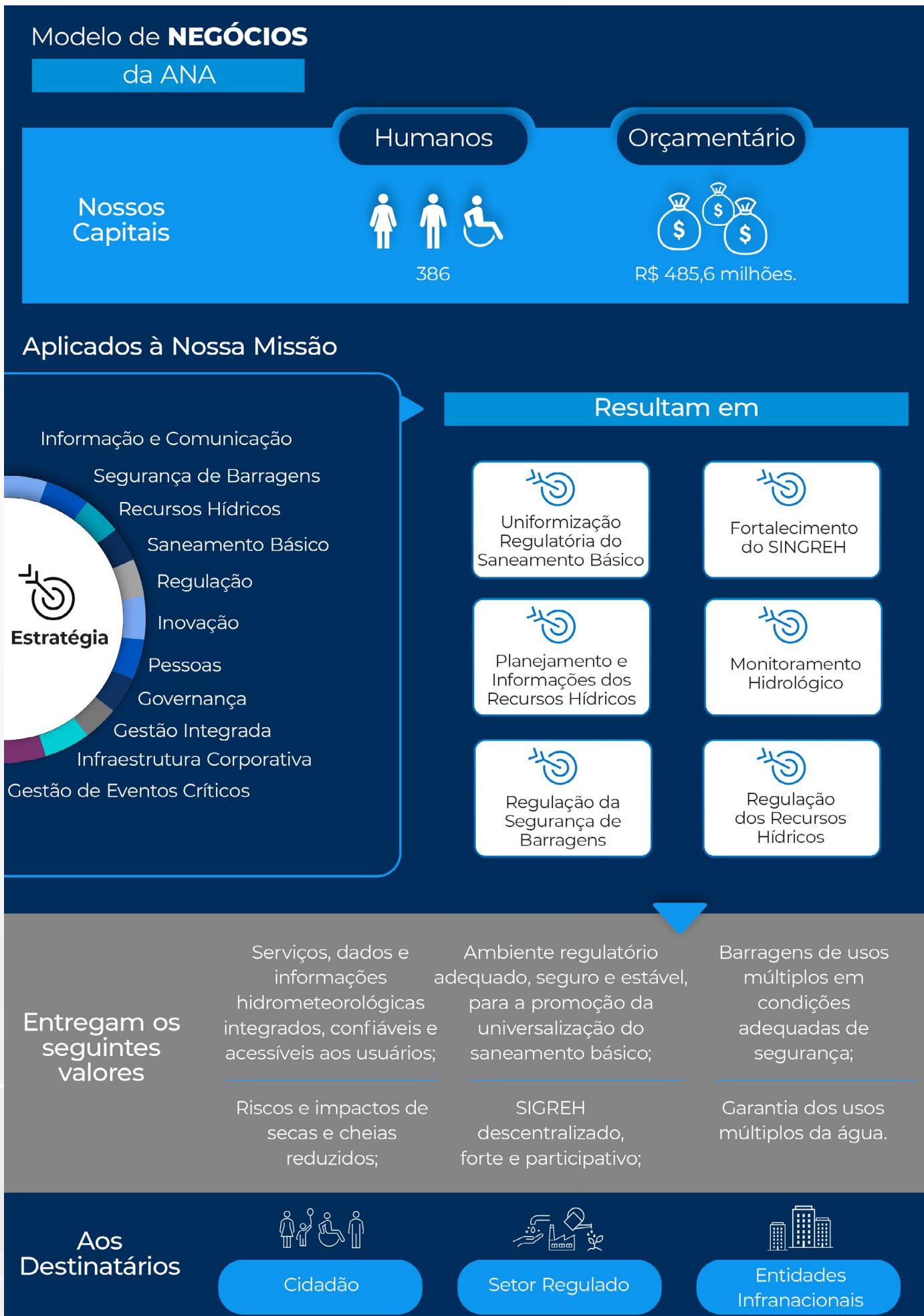
Medidas regulatórias públicas e em andamento

28,5%

Em Andamento

71,43%

Concluído



CADEIA DE VALOR DA ANA

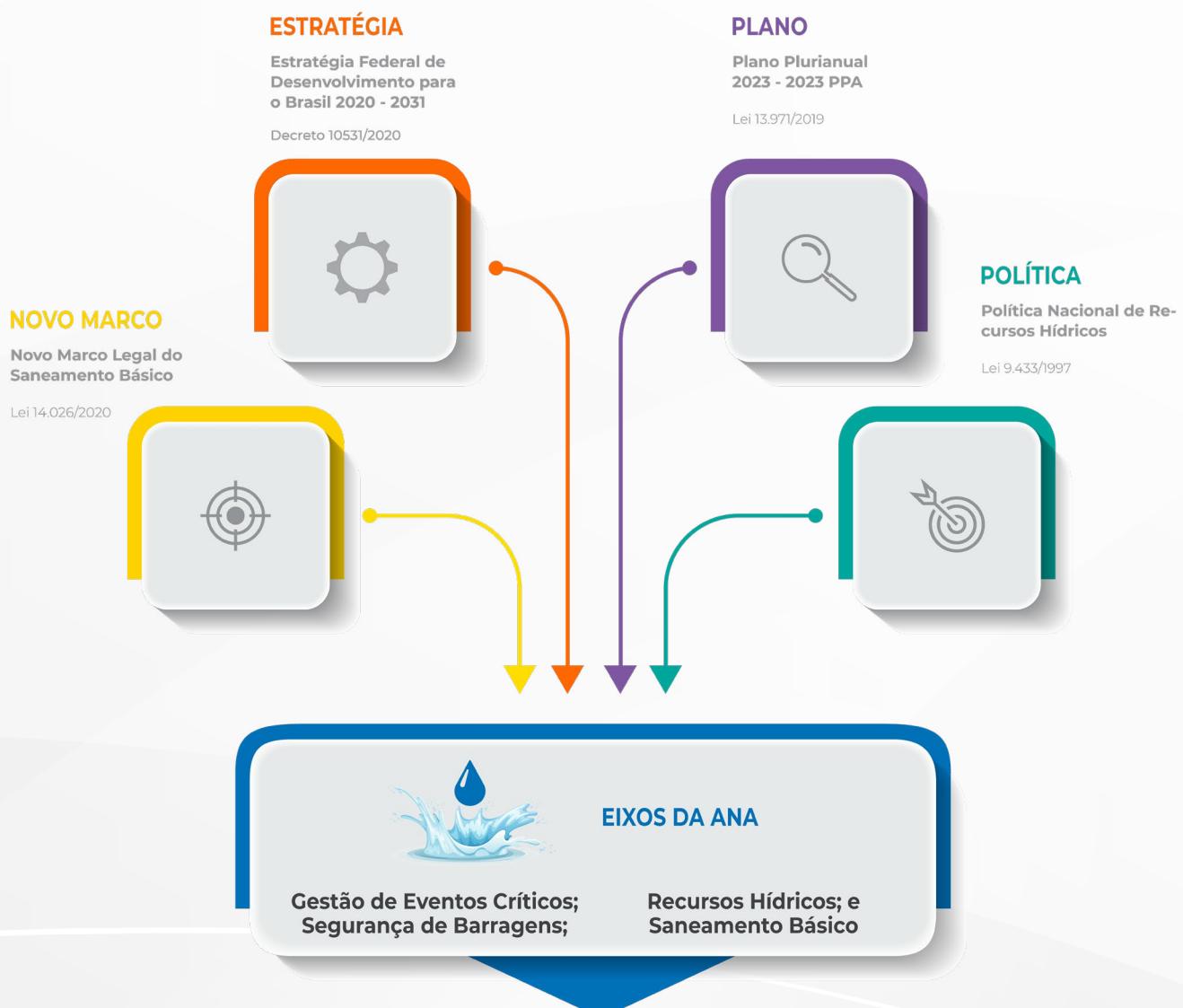
Para a ANA, macroprocesso organizacional é um conjunto de valores entregues por um conjunto de processos de negócios, que podem envolver mais de uma unidade organizacional e cuja operação apresente impacto significativo na atuação da Agência, na sociedade ou nos regulados. Os macroprocessos são representados de forma diagramática na Cadeia de Valor, a qual comunica o que faz a instituição e proporciona uma visão sistêmica da operação, dos processos e dos produtos entregues pela Agência, além de auxiliar a tomada de decisão em alto nível.



O MODELO DE GOVERNANÇA

POLÍTICAS E PLANO DE GOVERNO

A atuação da ANA é amparada e influenciada por um extenso rol de políticas e programas de governo, bem como de programas do PPA, como, por exemplo, o Programa de Recursos Hídricos, e de outros planos nacionais, setoriais e transversais. Esse conjunto de diretrizes e regramentos se traduz em 4 eixos temáticos de atuação com seus respectivos objetivos e metas, que, por sua vez se desdobram em programas, projetos e ações da Agência.



O MODELO DE GOVERNANÇA

AMBIENTE EXTERNO

Dentre as variáveis externas que podem impactar o desempenho da ANA e a forma como o futuro da Agência foi planejado destacam-se as seguintes:

- Ocorrência de eventos hidrológicos críticos
- Perfil do setor de saneamento
- Perfil da demanda pela água nos setores produtivos
- Ocorrência de conflitos entre os entes federados pela água
- Tarifas x Inflação

SOBRE OS EVENTOS HIDROLÓGICOS CRÍTICOS

As mudanças climáticas têm um impacto direto na disponibilidade de recursos hídricos e na qualidade da água. A ocorrência de eventos hidrológicos críticos, como secas, inundações e tempestades, afetaram a gestão dos recursos hídricos e a implementação de medidas de saneamento básico. O Monitor de Secas da ANA apresenta os principais eventos críticos por Unidade da Federação e região geográfica.

Como exemplo, pode-se citar o agravamento da seca na região sul no início de 2022, em virtude de chuvas abaixo da normalidade. Já na região centro-oeste, no mesmo período, houve o recuo da seca grave no nordeste de Mato Grosso do Sul e da seca fraca no centro de Mato Grosso e nordeste de Goiás, devido às anomalias positivas de precipitação.

[Acesse clicando aqui!](#)

PERFIL DO SETOR DE SANEAMENTO BÁSICO

O principal objetivo a ser alcançado com o Marco Legal do Saneamento é a universalização dos serviços de saneamento básico. Atualmente, 175,5 milhões de brasileiros têm acesso à água tratada, enquanto outros 114,6 milhões contam com coleta e tratamento de esgoto em suas residências. Ainda, 40,1% da água potável disponibilizada é não contabilizada ou perdida na distribuição (índice de perdas da água).

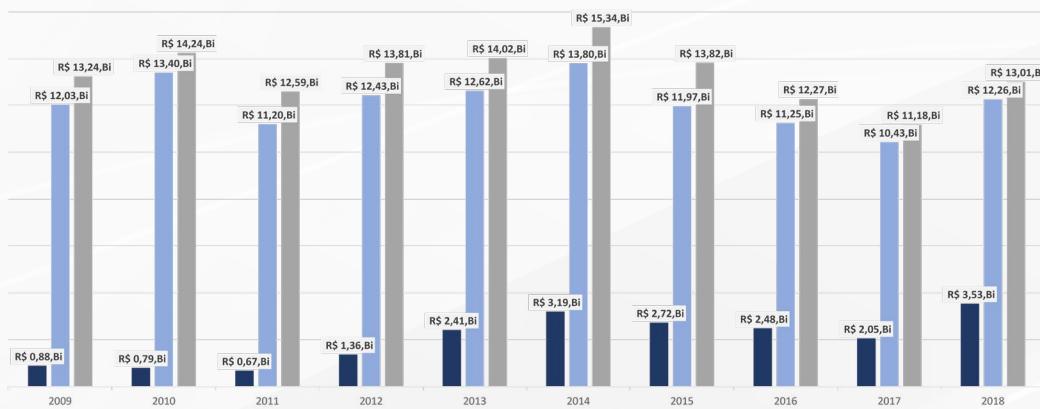
[Acesse clicando aqui!](#)

O MODELO DE GOVERNANÇA

INVESTIMENTOS NO SETOR

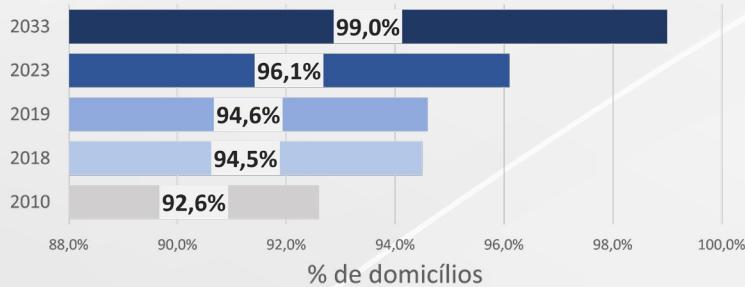
R\$ Bilhões – valores constantes em 2018
Fonte: SPRIIS (2009 – 2018) e SNIS (2009 – 2018)

■ Investimento da iniciativa privada ■ Total de investimentos dos operadores ■ Total de investimentos no setor

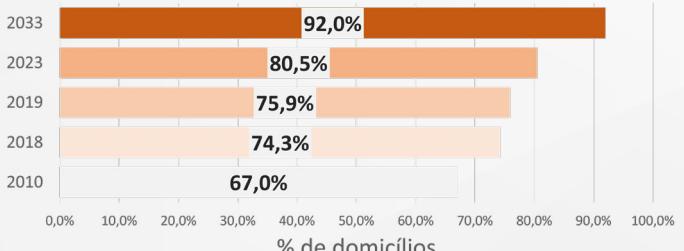


PANORAMA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A1. % de domicílios urbanos e rurais abastecidos com água por rede de distribuição ou por poço ou nascente.



E1. % de domicílios urbanos e rurais abastecidos por rede coletora ou fossa séptica para os excretas ou esgotos sanitários.



PERFIL DA DEMANDA PELA ÁGUA NOS SETORES PRODUTIVOS

Grande parte da água usada pelo agronegócio na propriedade rural provém da chuva e somente em torno de 10% da área agrícola do país é irrigada. Deve-se considerar também que a produção de alimentos incorpora significativos volumes de água, pois, de cada hm^3 de água ano utilizada na agricultura, 70,46% da água é consumida (incorporada em produtos) e 29,54% retorna ao meio ambiente (ANA, 2018).

Os principais usos consuntivos da água no Brasil são o abastecimento humano (urbano e rural), o abastecimento animal, a indústria de transformação, a mineração, a termoelectricidade, a irrigação e a evaporação líquida de reservatórios artificiais.

O MODELO DE GOVERNANÇA

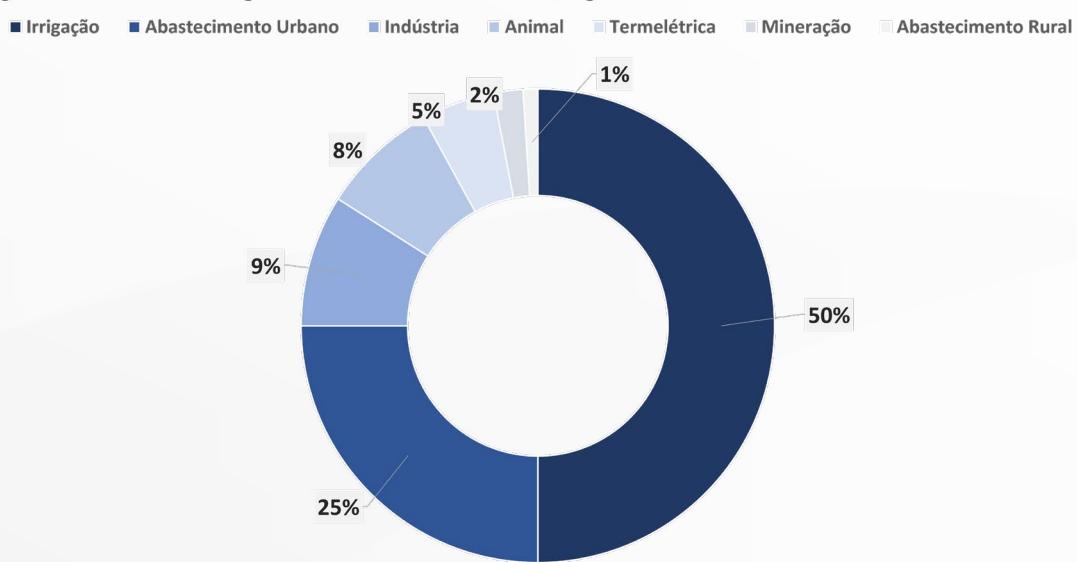
A estimativa do uso da água é um desafio, especialmente considerando a escala espacial (nacional, por município) e temporal (mensal, de 1931 a 2030). Inventários de medições são escassos no Brasil, mesmo na escala de um único município ou de uma pequena bacia hidrográfica.

Usos Consecutivos Setoriais

Em 2020, em %

Total dos usos setoriais: 1.947,55 m³/s ~ 61,46 trilhões de L/ano

Fonte: Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, figura atualizada em novembro de 2021.



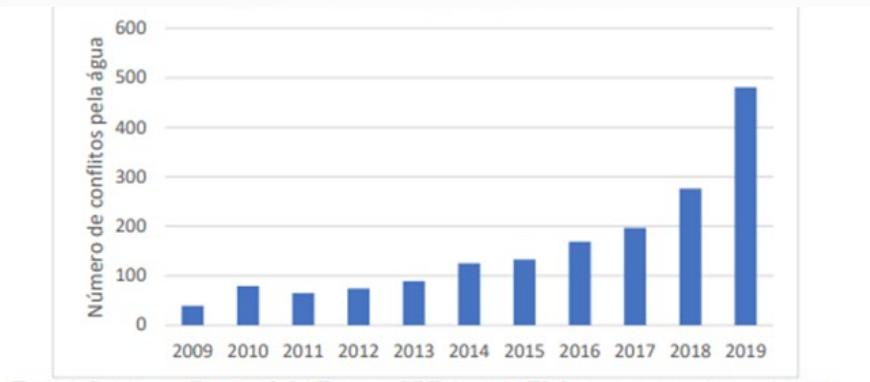
A demanda de água no Brasil vem crescendo continuamente ao longo dos anos, com destaque para o abastecimento das cidades, a indústria e a agricultura irrigada. A retirada para irrigação aumentou de 640 para 965 m³/s nas últimas duas décadas e representa aproximadamente 50% da retirada total pelos usos consuntivos setoriais de água em 2020 - esse setor tem grande potencial de expansão e continuará liderando o crescimento das retiradas.

CONFLITOS PELO USO DA ÁGUA ENTRE ENTES FEDERADOS

A água tem sido alvo de enormes demandas para a produção de grãos e pecuária no Centro Oeste, fruticultura irrigada em vales úmidos no Nordeste semiárido, expansão do setor hidrelétrico na Região Norte do País e atividades de mineração na Bahia e Minas Gerais.

O MODELO DE GOVERNANÇA

Conflitos pela Água no Brasil



Fonte: Comissão Pastoral da Terra - CPT (2020); Elaboração: os autores (2021).

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

A evolução tecnológica e a inovação têm o potencial de impactar positivamente a forma como a ANA realiza suas atividades. No ano de 2022, avanços em tecnologias como sensoriamento remoto, big data, inteligência artificial e automação aprimoraram as práticas de fiscalização, monitoramento, análise e gestão de recursos hídricos e saneamento básico pela ANA.

PARCERIAS E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Em 2022, a ANA atuou fortemente na busca por parcerias e cooperação internacional para enfrentar desafios globais relacionados à gestão de recursos hídricos e saneamento básico. Acordos internacionais, programas de cooperação técnica e intercâmbio de conhecimento permitiram a troca de experiências e boas práticas com outros países e organizações internacionais.

RELAÇÃO ENTRE TARIFAS E INFLAÇÃO

A alta da inflação no período afetou diretamente os custos operacionais dos serviços de água e saneamento e o poder de compra da população e sua capacidade de pagar pelas tarifas de água e saneamento com efeitos negativos sobre a sustentabilidade financeira dos serviços e a capacidade de definir tarifas cumpridas.



Capítulo II

Governança, Estratégia e Desempenho da ANA

- **Estratégia da ANA**
- **Como a Estrutura de Governança Apoia o cumprimento dos Objetivos Estratégicos**
- **Resultados e Desempenho da Gestão**
 - ◊ Plano de Gestão Anual
 - Principais Programas, Projetos e Ações
 - ◊ Gestão Orçamentária e Financeira
 - ◊ Gestão de Licitações e Contratos
 - ◊ Gestão Patrimonial e de Infraestrutura
 - ◊ Gestão de Pessoas
 - ◊ Gestão de TI

A Visão da ESTRATÉGIA

A nova estratégia da ANA está consubstanciada no Plano Estratégico Institucional (PEI) 2023-2026.

O processo de revisão do PEI, ocorrido em 2022, foi realizado com a participação direta de gestores e servidores, num processo de reflexão crítica e debate participativo acerca do desafio de revisitar as ações realizadas no último ciclo, bem como avançar nos resultados entregues à sociedade à luz do rol ampliado de competências da Agência, com vistas a alcançar a sua visão de futuro.

A construção do Plano Estratégico 2023-2026 utilizou o modelo do Balanced Scorecard – BSC. Este foi adotado para garantir que os componentes da estratégia (objetivos, indicadores, metas e iniciativas) permaneçam alinhados e vinculados. O BSC é um instrumento flexível que possibilita o monitoramento contínuo do planejamento estratégico, permitindo à Alta Administração traduzir os objetivos estratégicos em um conjunto coerente de indicadores de desempenho, alinhar metas setoriais à estratégia e realizar revisões estratégicas periódicas e sistemáticas.

O Plano contempla:

20 objetivos estratégicos, desdobrados em:



Visão

Valores Norteadores

Integridade;
Compromisso;
Transparéncia;
Excelência Técnica; e
Cooperação

Ser reconhecida como modelo de gestão e regulação de recursos hídricos e referência para o saneamento básico.

Missão

Garantir a segurança hídrica para o desenvolvimento sustentável do Brasil e contribuir para a universalização do saneamento básico.

Gestão de Eventos Críticos

OE 1 - Prevenir e minimizar os impactos de secas e inundações e promover medidas de adaptação às mudanças climáticas.

Segurança de Barragens

OE 2 - Fomentar a cultura de segurança de barragens por meio da regulação, coordenação e articulação junto aos demais fiscalizadores.

Recursos Hídricos

OE 3 - Assegurar a disponibilidade de água em padrões de quantidade e qualidade adequados para seus múltiplos usos por meio de uma gestão eficiente e integrada.

Saneamento Básico

OE 4 - Promover a universalização do acesso aos serviços de saneamento básico pela população brasileira.

Informação e Comunicação

OE 5 - Aprimorar a disponibilidade, qualidade e integração dos dados e das informações.

OE 6 - Fortalecer a imagem Institucional da ANA gerando confiança e credibilidade.

Gestão Integrada

OE 10 - Buscar a gestão integrada e participativa de recursos hídricos em áreas prioritárias.

OE 11 - Contribuir para a sustentabilidade financeira de infraestruturas hídricas.

OE 12 - Fortalecer o SINCREH considerando as diversidades regionais.

Regulação

OE 13 - Aprimorar o modelo de regulação com vistas à qualidade e segurança dos serviços.

OE 14 - Promover a gestão e regulação de recursos hídricos, segurança de barragens e a harmonização regulatória para o setor de saneamento básico.

Pessoas

OE19 - Promover a continúa melhoria no ambiente organizacional.

OE20 - Implantar a gestão estratégica de pessoas.

Infraestrutura Corporativa

OE18 - Executar eficientemente os recursos e esforços institucionais voltados às ações prioritárias.

Governança

OE16 - Fomentar a cultura da gestão de riscos, de integridade, dassegurança da informação e proteção de dados.

Aprendizado e Crescimento

A VISÃO DA ESTRATÉGIA

COMO A ESTRUTURA DE GOVERNANÇA APOIA O CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Em 2022, foi criada a Assessoria Especial de Governança (ASGOV) com o objetivo de aprimorar a governança corporativa da Agência.

Assim, para que a Alta Administração pudesse avaliar o resultado das ações, realizando correções de rumo, a ASGOV desenvolveu um novo modelo de monitoramento e avaliação da estratégia que permite a efetiva gestão dos resultados e o desempenho da ANA.

Para tornar o monitoramento um processo mais efetivo foi desenvolvido, pela ASGOV, o Sistema de Gestão Estratégica (SIGEST), que é uma ferramenta que permite a inserção dos dados em uma base estruturada, possibilitando o monitoramento da evolução da estratégia institucional.

Após a inserção dos dados no SIGEST, as informações estratégicas serão exibidas em um painel analítico e interativo, que tem como principal objetivo apresentar aos usuários, os dados quantitativos e qualitativos do progresso do planejamento estratégico.

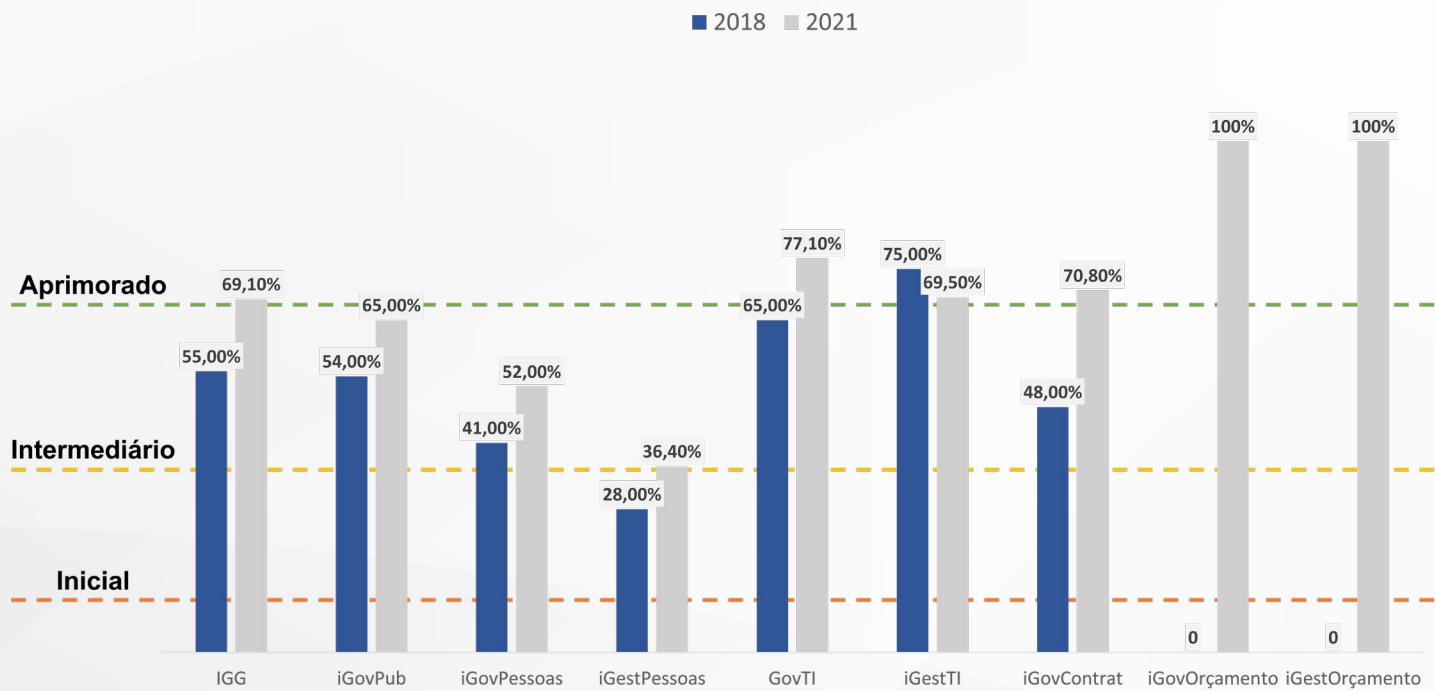


Painel Estratégico

Sistema SIGEST

A VISÃO DA ESTRATÉGIA

Ainda, como diretriz da nova Diretoria Colegiada para o ano de 2022, estava o fortalecimento do modelo governança, com foco na melhoria dos índices de governança e gestão pública – IGG ANA. A evolução do desempenho da Agência revela que houve avanços significativos nos índices nos últimos anos. Considerando a última resposta oficial do iGC, em setembro de 2021, a ANA teve um IGG de 69,3%. As oportunidades de melhoria mais significativas encontram-se no campo do iGovPessoas, para tanto está em elaboração o novo sistema de governança da ANA que contemplará um Comitê de Gestão Estratégica de Pessoas. Ressalta-se que a ASGOV/ANA tem investido bastante em ferramentas de gestão da informação, com o desenvolvimento de sistema de gestão estratégica com diversos módulos de acompanhamento da estratégia, do orçamento, e da agenda regulatória, tudo isso com o patrocínio da Alta Administração da Agência.



O PLANO DE GESTÃO ANUAL

A Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019, estabelece a necessidade de as agências reguladoras publicarem a cada exercício o Plano de Gestão Anual (PGA), o qual deve ser alinhado às diretrizes estabelecidas no Plano Estratégico e contemplar as ações, os resultados e as metas relacionados aos processos finalísticos e de gestão.

Dessa forma, o PGA representa um instrumento de planejamento operacional do exercício e contempla as metas e os recursos orçamentários necessários para alcançá-los. Seu conteúdo deve, essencialmente, contribuir para o alcance dos objetivos estratégicos institucionais presentes no Plano Estratégico da ANA.

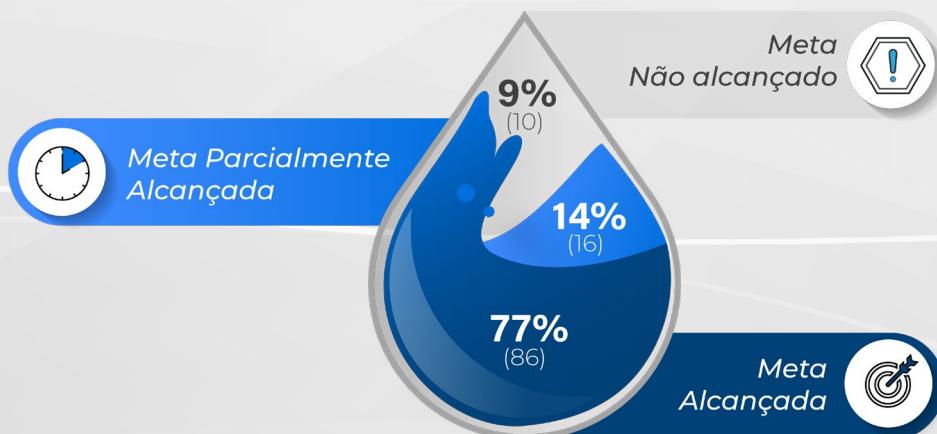
Assim, a sistemática que ampara o Plano de Gestão Anual se baseia na necessidade de aperfeiçoamento do uso dos recursos disponíveis à execução das estratégicas de longo prazo estabelecidas pela instituição.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Para apresentar os principais resultados alcançados pela ANA no ano de 2022, utilizamos as metas propostas no PGA 2022 e sua contribuição aos 11 objetivos estratégicos constantes do planejamento estratégico 2020-2022, que finalizou seu ciclo em 2022.

Os infográficos abaixo resumem em números os principais resultados alcançados:

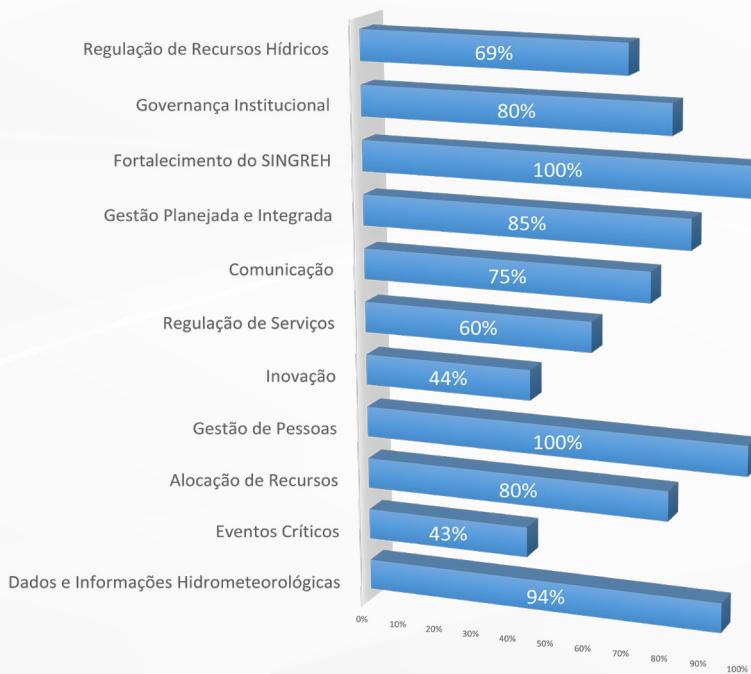
77% Desempenho Institucional



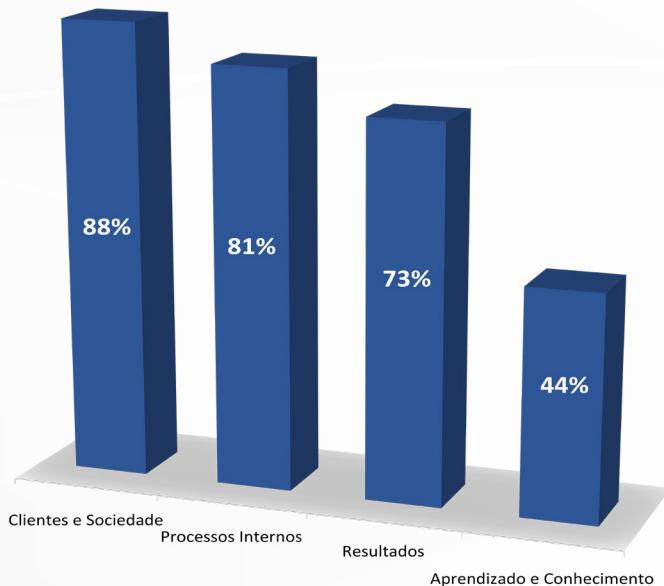
Desempenho das metas - PGA 2022

O PLANO DE GESTÃO ANUAL

Resultados por Objetivo Estratégico



Resultados por Perspectiva no Mapa Estratégico



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS RESULTADOS

A seguir são apresentados os resultados obtidos pela ANA em 2022, alinhados aos 11 objetivos estratégicos:

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Prevenir e minimizar os impactos de eventos críticos.

Eventos hidrológicos críticos (secas e inundações) decorrem, em sua maioria, de anomalias climáticas com impacto no comportamento dos rios e na acumulação dos reservatórios, mas também, podem ocorrer por razões outras, como aquelas causadas, em 2015, pelo rompimento da barragem da Samarco, em Mariana (MG), e, em 2019, pela ruptura da barragem da Vale, em Brumadinho (MG).

A ANA acompanha a evolução dos reservatórios e sistemas hídricos prioritários para a gestão de eventos críticos no Brasil e apreende a realidade presente, os comportamentos passados e as tendências futuras que orientam

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

RESULTADOS

as suas avaliações, previsões e propostas de intervenção. A Agência, em sua atuação regulatória, define as condições de operação dos sistemas hídricos com o intuito de aumentar a segurança hídrica das bacias, garantir os usos múltiplos da água e ampliar a preparação para a ocorrência dos eventos hidrológicos críticos.

Principais realizações

Monitor de secas:

- Expandir o Monitor de Secas de 21 para 24 estados.

A expansão do Monitor de Secas foi concluída ainda em 2022 para os estados de Rondônia e Acre. No Amazonas, foram cumpridas diversas etapas, tais como: diagnósticos, treinamento, articulações e visitas presenciais realizadas.

- Realizar 2 eventos de capacitação no âmbito do Monitor de Secas: um de validação e outro de autoria.

Os eventos de capacitação de validação e de autoria foram realizados. Adicionalmente, houve um evento de capacitação de autoria na Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos em novembro.

Eventos hidrológicos críticos:

- Definir cotas de inundação para os 34% das estações da rede de alerta que restam.

De 460 estações previstas, há 401 com cotas de inundação já definidas.

Outras Realizações a destacar

- Emissão de boletins diários, semanais e mensais de acompanhamento informando a evolução das chuvas, os níveis e a vazão dos principais rios, dos reservatórios e das bacias hidrográficas do país.
- Em 2022, foram realizadas 89 reuniões, sendo 53 nas Salas de Crise e 36 nas Salas de Acompanhamento.

A seguir, listamos os principais resultados alcançados em 2022 e as expectativas para 2023 em cada uma das salas de crise e de acompanhamento em funcionamento. Para mais informações clique [aqui](#).

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

RESULTADOS



Região SUL

Evento Crítico



A Região Sul iniciou 2022 com acúmulo de déficits hídricos e baixos níveis dos reservatórios de regularização em função da continuidade do cenário de prevalência de precipitações abaixo da média observada em boa parte de 2021. Em meados de março de 2022, houve inversão do cenário com aumento considerável da precipitação na região, ainda que de forma irregular em sua distribuição, que provocaram eventos de cheias.

Resultados Obtidos em 2022



Observou-se melhora significativa nos armazenamentos dos reservatórios em 2022 que, inclusive, operaram por um período para mitigação de impactos de cheia, com ocupação do volume de espera nos reservatórios de Passo Real, na bacia do rio Jacuí, e de Salto Santiago, na bacia do rio Iguaçu. Ainda assim, mais de 100 municípios no interior do Rio Grande do Sul decretaram situação de emergência por seca.

Desafios em 2023



Com a continuidade do fenômeno do La Niña pelo terceiro ano consecutivo, é importante manter o acompanhamento do comportamento hidrometeorológico e seus efeitos nos reservatórios e usos da água instalados na região, de modo a identificar medidas necessárias para responder ao déficit ou superávit hídrico na região. A sala segue como um ambiente de disponibilização de informações para subsidiar a tomada de decisão.

Paranapanema

Evento Crítico



Desde 2018, a bacia do rio Paranapanema vem enfrentando déficits de precipitação com impactos nos níveis de armazenamento dos reservatórios ali instalados.

Resultados Obtidos em 2022



Em 2022 houve uma melhora nas condições hidrometeorológicas da bacia que, aliada às flexibilizações de defluências mínimas, permitiu boa recuperação dos níveis dos reservatórios.

Desafios em 2023



Em 1º de janeiro de 2023, entrou em vigor a Resolução ANA N° 132/2022 que estabeleceu condições de operação para os reservatórios do Sistema Hídrico do Rio Paranapanema. Em 2023, as reuniões passam a acontecer no âmbito da Sala de Acompanhamento e não mais na Sala de Crise.

Doce (cheia)

Evento Crítico



Com a ocorrência de fenômenos de ZCAS (Zona de Convergência do Atlântico Sul) ativos no período chuvoso de 2021/2022, foram observadas precipitações acima da Média de Longo Término (MLT) na bacia do rio Doce, principalmente, entre novembro de 2021 e fevereiro de 2022.

Resultados Obtidos em 2022



Foi realizado o acompanhamento do período chuvoso, promovendo a articulação e o compartilhamento da melhor informação disponível, notadamente do sistema de alerta existente operado pela CPRM com apoio da ANA. Os municípios mais afetados com a cheia estão localizados entre as cidades de Governador Valadares-MG e Linhares-ES, na foz da bacia.

Desafios em 2023



O período chuvoso 2022/2023 apresenta as mesmas características de precipitação do período anterior, com chuvas acima da média no mês de janeiro. Para os próximos meses as previsões meteorológicas apontam para chuvas na média ou um pouco abaixo desta, o que indica uma condição de normalidade, porém com monitoramento pela Sala de Crise.

Pantanal

Evento Crítico



Devido ao histórico de chuvas abaixo da média nos últimos anos a região do Alto Paraguai, que inclui o Pantanal, vem sofrendo de forma recorrente com vazões e níveis abaixo da média para a época, impactando diversos usos da água na região.

Resultados Obtidos em 2022



Foi feito o acompanhamento da estiagem no Pantanal de agosto a novembro de 2022, quando começaram as chuvas.

Desafios em 2023



O período chuvoso tem se mostrado abaixo da média climatológica até janeiro/2023. Será importante manter o acompanhamento da transição do período seco para o chuvoso, entre setembro e outubro de 2023, período mais crítico em termos de níveis d'água dos rios.

Bacia do Rio Parnaíba (cheia)

Evento Crítico



Precipitações consideravelmente acima da média no período de dezembro de 2021 a abril de 2022 o que provocou elevação dos níveis em praticamente todos os pontos de controle do sistema de alerta da bacia do rio Parnaíba.

Resultados Obtidos em 2022



O reservatório de Boa Esperança operou com defluências abaixo da restrição para proteção contra inundações nas cidades de Floriano e Teresina, chegando a ocupar o volume de espera para controle de cheias. Previsões hidroclimáticas e o sistema de alerta existente operado pela CPRM com apoio da ANA permitiram acompanhamento da evolução dos níveis dos pontos de controle do Sistema de Alerta Contra Cheias.

Desafios em 2023



Avaliar o comportamento da precipitação na bacia do rio Parnaíba em função do provável fim do fenômeno do La Niña que tem correlação com precipitações acima da média na região Nordeste. Além disso, monitorar a operação do reservatório da UHE Boa Esperança.

Madeira (estiagem)

Evento Crítico



Dada a situação de vazante acentuada observada no rio Madeira, com demanda por parte de vários usuários envolvidos com a navegação, foi instalada uma sala de crise de estiagem em julho/2022, com reuniões até outubro, quando iniciaram as chuvas.

Resultados Obtidos em 2022



Apesar do rio atingir níveis mínimos históricos em Porto Velho e Humaitá, devido aos níveis mais altos observados no rio Amazonas, o trecho baixo do rio Madeira ficou mais remansado e ajudou a navegação. No trecho mais alto, as dragagens feitas pelo DNIT garantiram a navegação, embora com restrições de calado.

Desafios em 2023



Acompanhar o período chuvoso em curso e a transição para o período seco para avaliar a necessidade de nova sala de crise em função da estiagem a partir de julho/2023.

Madeira (cheia)

Evento Crítico



Diante dos elevados acumulados de precipitação na bacia hidrográfica do Rio Madeira até a cidade de Porto Velho-RO, do final do ano de 2021 até janeiro de 2022, e da rápida subida do nível d'água no local, foi instalada a sala de crise da cheia.

Resultados Obtidos em 2022



Foi feito o acompanhamento em 3 reuniões mensais de janeiro a março de 2022, mas o período chuvoso que iniciou um pouco acima da média acabou terminando com chuvas abaixo da média e de forma antecipada. Tal fato gerou um alerta para a estiagem.

Desafios em 2023



Acompanhar as chuvas do atual período úmido, de forma a observar se há probabilidade de inundações ao longo do rio Madeira.

Bacia do Rio São Francisco (cheia)

Evento Crítico



Precipitações consideravelmente acima da média no período de novembro/21 a março/22 com rápida ascensão dos volumes dos reservatórios.

Resultados Obtidos em 2022



Ocupação dos volumes de espera dos reservatórios para controle de cheias e operação para que os níveis tangenciassem esse limite. Foi realizada ampla divulgação das informações quanto à operação dos reservatórios de forma a evitar impactos adicionais. O volume de espera de Sobradinho foi revisto pelo ONS para permitir melhor recuperação do reservatório ao final do período chuvoso.

Desafios em 2023



Avaliar o comportamento da precipitação na bacia do rio São Francisco em função do provável fim do fenômeno do La Niña, que tem correlação com precipitações acima da média na região Nordeste. Além disso, monitorar a operação do Sistema Hídrico do Rio São Francisco. Discutir os volumes de espera de Sobradinho e Itaparica para permitir melhor recuperação do reservatório ao final do período chuvoso.

Baixo Tocantins (cheia)

Evento Crítico



Precipitações em janeiro de 2022 no baixo Tocantins foram consideravelmente acima da média, o que acarretou vazões que ficaram mais do que duas vezes maiores que a média para o período.

Resultados Obtidos em 2022



Reservatório de Serra da Mesa operou com defluências minimizadas e Tucuruí, que estava com armazenamento próximo aos 100%, abriu seus vertedouros desde o início de janeiro de 2022.

Desafios em 2023



Monitorar a operação do Sistema Hídrico do Rio Tocantins.



Salas de
Acompanhamento

São Francisco

Sistema Hídrico



Sistema Hídrico do Rio São Francisco

Resultados Obtidos em 2022



Com acumulados de precipitação acima da média, os reservatórios da bacia do rio São Francisco foram operados para controle de cheias no início de 2022. Além disso, no início do período seco, os reservatórios estavam com o armazenamento em situação consideravelmente mais confortável que a observada nos anos anteriores.

Desafios em 2023



Acompanhar a operação do Sistema Hídrico do Rio São Francisco segundo a Resolução ANA nº 2081/2017. Foram observados, no início de 2023, níveis de armazenamento dos reservatórios muito melhores que os observados nos últimos anos.

Grupo de Assessoramento à Operação do Sistema Hidráulico do Rio Paraíba do Sul (GAOPS)

Sistema Hídrico



Sistema Hidráulico Paraíba do Sul

Resultados Obtidos em 2022



De forma geral, observou-se melhora nos armazénmamentos dos reservatórios quando comparado com a situação de 2021. O Reservatório Equivalente da Bacia do Rio Paraíba do Sul esteve acima da curva de segurança durante todo o período seco. Equacionamento de problemas na captação de água da cidade de Jaccareí de modo a permitir a redução de defluências e preservar volumes dos reservatórios.

Desafios em 2023



Acompanhar as condições de operação do Sistema Hidráulico Paraíba do Sul que inicia 2023 com a melhor situação de armazenamento do reservatório equivalente da bacia dos últimos 7 anos.

Tocantins

Sistema Hídrico



Sistema Hídrico do Rio Tocantins

Resultados Obtidos em 2022



Serra da Mesa teve um aumento de 30,54% de seu volume útil, o maior ganho dos últimos 10 anos.

Desafios em 2023



Acompanhar a operação do Sistema Hídrico do Rio Tocantins sob as condições definidas na Resolução ANA nº 70/2021, que iniciou 2023 com o maior armazenamento de Serra da Mesa para este período desde a entrada em operação do reservatório.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

RESULTADOS

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Garantir a efetividade e eficiência regulatória dos usos de recursos hídricos.

A regulação e a fiscalização têm o objetivo de assegurar o controle qualitativo e quantitativo da água, garantir o seu acesso para os diferentes usuários e controlar o cumprimento das condições estabelecidas para a obtenção do recurso hídrico.

Esse resultado comprehende a regularização da utilização de recursos hídricos por meio da emissão de **outorgas de direito de uso de recursos hídricos**, da **Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica (DRDH)**, do certificado de uso insignificante ou certificado de uso não sujeito à outorga e da definição das condições de operação de sistemas hídricos.

Com essa finalidade, são editados normativos para estabelecer os critérios e as regras da utilização da água, equacionar eventuais conflitos a fim de incentivar o uso racional, bem como disciplinar o acompanhamento, o controle e a **fiscalização dos usos de recursos hídricos em corpos d'água de domínio da União**.



Principais Realizações

Regulação de usos de recursos hídricos:

- Avaliar 200 usuários para fins de identificação de inatividade de uso de água.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

RESULTADOS

147 usuários com inatividade foram identificados e documentados nas bacias dos rios Pardo, Alcobaça, São Marcos, Paraná, Urucuia, Javaés e Quaraí.

- Concluir a análise técnica de 90% dos pedidos de outorga recebidos.

Dos 4.411 pedidos de outorgas recebidos, 3.603 foram analisados, ou seja, 82%. Ressalta-se que esse valor incluiu a revogação de outorgas para a finalidade de tanque-rede para a Secretaria de Aquicultura e Pesca (SAP).

- Promover iniciativas para fomentar a sustentabilidade de infraestrutura hídrica da União em Sistemas Hídricos Locais (SHL) prioritários.

Em consolidação, há uma proposta de Acordo de Cooperação Técnica enviada às prefeituras e secretarias municipais e estaduais que puderam contribuir com o tema.

- Realizar alocações de água em cerca de 40 Sistemas Hídricos Locais (SHL) e delegação para os estados onde cabível.

Foram realiadas as alocações de água em 40 Sistemas Hídricos Locais (SHL)

- Realizar estudo para avaliar as alternativas para flexibilizar as restrições operativas das usinas hidrelétricas decorrentes de usos múltiplos.

Há estudos de dois casos em andamento: UHE Três Marias e UHE Funil, sendo que esta possui uma nota técnica em fase final de elaboração. A evolução da meta foi suspensa por questões técnicas e sua continuidade será reavaliada em 2023.

Acompanhamento dos usos de recursos hídricos:

- Verificar o cumprimento de condições de operação e reenchimento de reservatórios de usinas hidrelétricas do Sistema Interligado Nacional (SIN) definidas em outorgas ou resoluções da ANA.

A Nota Técnica n.º 14/2022/CFISP/SFI, formaliza o cumprimento da meta, referente ao período chuvoso 2021/2022, de 1/10/2021 a 30/4/2022.

Regulação de segurança de barragens:

- Classificar 50 barragens a partir da estimativa de sua altura e volume.

A ANA classificou 48 barragens em 2022.

- Publicar o Relatório de Segurança de Barragens (RSB) 2021.

O Relatório de Segurança de Barragens 2021 foi publicado em julho de 2022.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

RESULTADOS

Definição de condições de operação de sistemas hídricos:

- Definir condições de operação de reservatórios para 3 sistemas hídricos: Paranapanema, Grande e Paranaíba.

No âmbito do Sistema Hídrico do Rio Paranapanema, publicou-se a Resolução ANA n.º 132/2022. Nos demais sistemas hídricos (rios Grande e Paranaíba), houve reuniões técnicas com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e há planos de contingência e resoluções com condições de operação temporárias, válidas até abril/2023. A elaboração de normas sobre condições permanentes de operação nesses sistemas requer mais debates com os diversos atores envolvidos, reagendados para 2023.

Transparência do balanço hídrico:

- Integrar procedimentos e critérios de outorga em bacias interestaduais (Ação 2.1.1.1-PNRH/São Marcos, Goiás e PNRH).

A integração de procedimentos e critérios de outorga em bacias interestaduais continuou avançando, tanto na bacia do São Marcos, como nos estados de Goiás e Minas Gerais. Foi concluída a adaptação do sistema REGLA para a regularização dos usos sujeitos a outorga na bacia do São Marcos. Entretanto, por uma decisão dos dirigentes dos órgãos gestores, o processo de regularização foi adiado para a realização de uma auditoria nos dados dos requerimentos de outorga enviados anteriormente. Com relação aos estados, avançou-se na elaboração da nova base hidrográfica e aguarda-se a adoção de providências por parte dos estados.

Fiscalização de segurança de barragens:

- Verificar e exigir dos empreendedores das barragens avaliadas com o Nível de Perigo Global da Barragem (NGPB) alerta ou emergência, ou classificadas como de alto risco e alto dano potencial associado, o cumprimento da legislação de segurança de barragens quanto à execução de inspeções regulares e elaboração de planos de segurança.

Há 37 barragens que se enquadram nos critérios da meta e 40,5% foram contempladas com o Plano de Segurança de Barragens (PSB) e 59,5% com a Inspeção de Segurança Regular (ISR).

Fiscalização de usos de recursos hídricos:

- Verificar, por meio de imagens de satélite, o cumprimento de limites estabelecidos nas regras vigentes de uso de recursos hídricos, do conjunto

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

RESULTADOS

de usuários que representam 80% da demanda total outorgada ao longo do rio Piranhas-Açu (PB/RN), no entorno do açude Boqueirão (PB) e na bacia do rio São Marcos (MG/GO/DF).

O mapeamento de área irrigada no Alto Piranhas (PB/RN) demonstrou 810 empreendimentos mapeados, cobrindo 100% das outorgas. No Açude Boqueirão (PB) foi finalizado o cadastro georreferenciado no entorno do açude e identificados 374 empreendimentos e 420,8 hectares de áreas irrigadas, cobrindo 100% dos usuários outorgados ou de uso insignificante. Na bacia do rio São Marcos (MG/GO) não houve mapeamento via imagem de satélite, contudo há trabalho de cadastro georreferenciado em andamento.

- Verificar, por meio de monitoramento via DAURH, DeclaraÁgua ou telemetria, o cumprimento de limites estabelecidos nas regras vigentes de uso de recursos hídricos, do conjunto de usuários que representam 80% da demanda total outorgada em corpos hídricos de domínio da União em bacias críticas ou prioritárias: Javaés (TO/GO), Verde Grande (MG/BA), Pardo (Machado Mineiro - MG/BA), São Marcos (MG/GO/DF), Paraíba do Sul (RJ), PCJ (SP), São Francisco (MG/BA) e Doce (MG/ES).

O índice de monitoramento nas bacias críticas ou prioritárias por meio da Declaração Anual de Uso de Recursos Hídricos (DAURH), Declara Água ou telemetria aumentou para 77,95%.

- Realizar o levantamento de áreas irrigadas por meio de imagens de satélite para apoiar o cadastro georreferenciado, a regularização e o monitoramento na bacia hidrográfica do Rio Preto (GO/DF).

Firmado contrato para fornecimento de imagens de satélite de altíssima resolução espacial em localidades selecionadas em todo território nacional. Em decorrência da alta cobertura de nuvens na região da bacia do Rio Preto, o mapeamento das áreas irrigadas foi prorrogado para 2023.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Garantir a efetividade e eficiência regulatória.

A ANA, além de regular o bem público que é o uso da água, também regula os serviços públicos de irrigação (se em regime de concessão) e adução de água bruta. Atualmente, o projeto regulado é **Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (PISF)**.

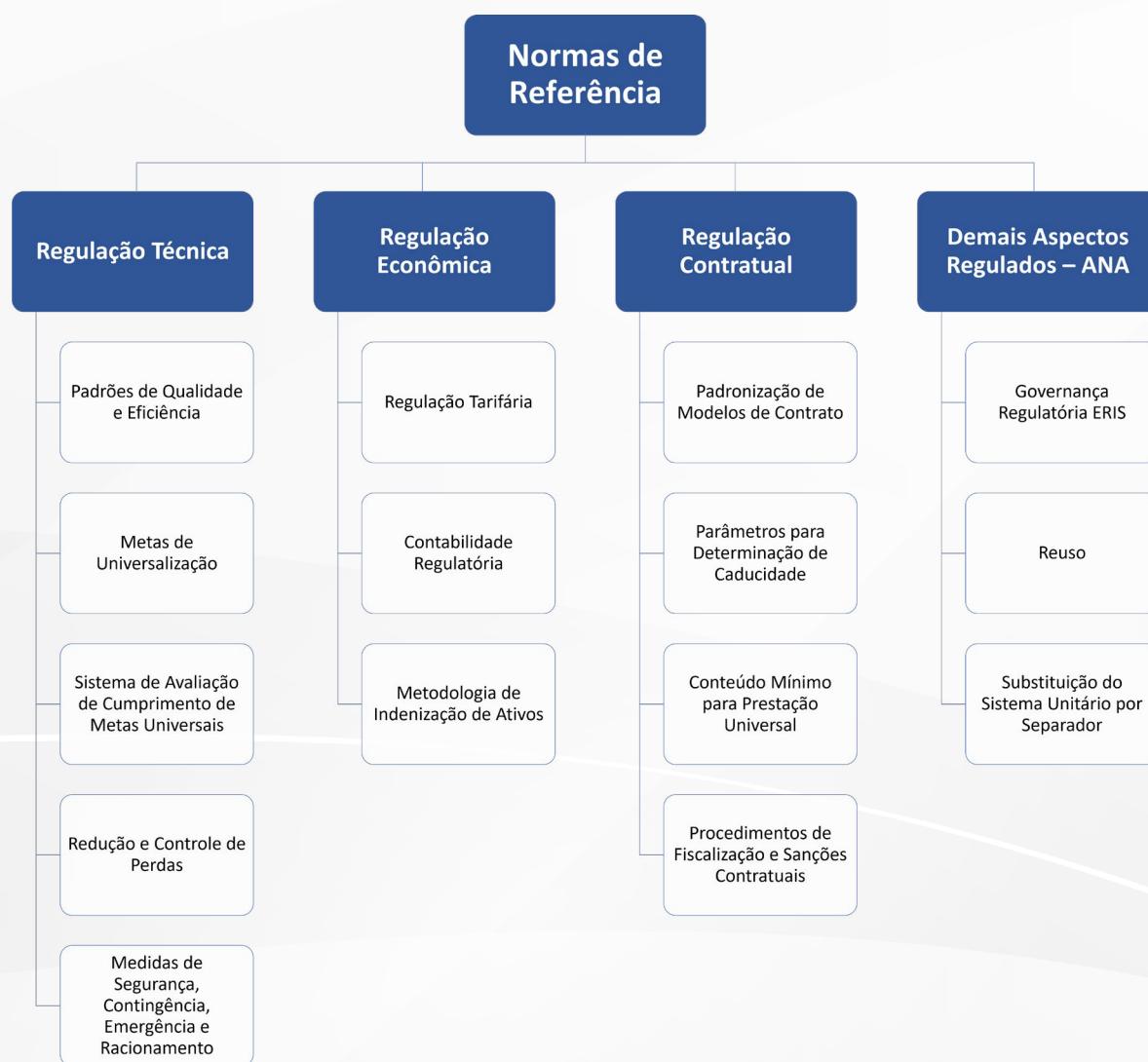
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

RESULTADOS

Para os serviços de saneamento básico a ANA é responsável pela edição de NRs com o objetivo de promover a harmonização regulatória do setor. A regulação dos serviços é de responsabilidade das agências infranacionais (municipais, intermunicipais, distrital e estaduais), que por adesão incorporam as normas da ANA em seu arcabouço regulatório. O ambiente regulatório mais harmônico contribui para o alcance da universalização dos serviços.

A ANA também tem a atribuição de promover a **capacitação** dos atores envolvidos na regulação do setor de saneamento nas esferas municipal, intermunicipal, distrital e estadual. Além disso, quando solicitada, a ANA terá a atribuição de realizar a mediação e arbitragem de conflitos entre o poder concedente, o prestador de serviços de saneamento e a agência que regula tais serviços prestados.

Conforme a Lei nº 14.026/2020, a ANA tem o papel de emitir normas de referência sobre:



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

RESULTADOS

Principais Realizações:

Fiscalização de Serviços de Parcerias Público-Privadas e Adução de Água Bruta:

- Verificar o cumprimento do Plano de Gestão Anual do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PGA/PISF) com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.

As Notas Técnicas n.º 18/2022/CFISP/SFI-ANA e n.º 19/2022/CFISP/SFI-ANA tratam, no Eixo Norte e Eixo Leste, respectivamente, da análise da execução do Plano de Gestão Anual 2021 do PISF e da apuração, quando possível, de alguns indicadores de desempenho.

Normas de Referência para o Setor de Saneamento:

- Realizar 10 estudos sobre os componentes do saneamento básico.

Há 12 estudos contratados dos quais 10 estão em andamento e 2 finalizados. Há também um estudo transversal que contribuirá com todas as metas da Agenda Regulatória.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Assegurar coleta e difusão contínua de dados qualquantitativos confiáveis e informações úteis à sociedade.

Informações sobre a quantidade e qualidade dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos são necessárias à sociedade e aos diversos setores econômicos. Entes governamentais e agentes privados, por exemplo, planejam e decidem os seus investimentos tanto em curto quanto em longo prazo com base nelas. A ANA disponibiliza em uma única base de dados, acessível a todos, as informações atualizadas e consistentes sobre o monitoramento hidrológico, que também subsidiam nos seus processos e no alcance dos resultados institucionais, como:

- a. Eventos críticos prevenidos e os seus impactos minimizados;
- b. Atuação articulada com as políticas e os planejamentos dos setores usuários e das instituições relacionadas à gestão dos recursos hídricos;
- c. Instrumentos implementados de forma integrada na bacia;

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

RESULTADOS

- d. Entes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) fortalecidos; e
- e. Usos dos recursos hídricos e serviços regulados e fiscalizados.

Principais Realizações:

Gestão da Rede Hidrometeorológica Nacional:

- Disponibilizar 40 Curvas Cota Area Volume (CAV) atualizadas dos reservatórios das UHEs despachadas centralizadamente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

38 Curvas CAV das usinas despachadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) foram disponibilizadas.

- Disponibilizar 90% dos dados recebidos para inserção no Sistema HIDRO - Telemetria.

Novos dados referentes à Rede Hidrometeorológica Nacional (RHN), encaminhados pelas entidades operadoras das estações da ANA, foram inseridos no Sistema HIDRO.

- Executar 60% do plano de operação anual da rede hidrometeorológica mantida pela ANA (inserção de variáveis hidrológicas no banco de dados HIDRO).

A apuração desta meta é feita com base em período retroativo, em função do lapso regular de mais ou menos três meses, entre a execução da operação das estações hidrometeorológicas convencionais e a publicação dos dados correspondentes no Sistema HIDRO. Assim, de outubro de 2021 a setembro de 2022, foram processados 74% dos produtos do programa de operação da Rede Hidrometeorológica Nacional (RHN), entre boletins pluviométricos, boletins fluviométricos, dados de qualidade da água, medições de descarga líquida, medições de descarga sólida e levantamento de perfis transversais dos corpos hídricos nos locais correspondentes às estações hidrológicas.

- Garantir que 75% das estações da rede do setor elétrico transmitam dados em tempo real.

Das 2.319 estações hidrológicas que devem transmitir os dados em tempo real, 2.119 estão com a transmissão regular, ou seja, 91%.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

RESULTADOS

- Manter 70% das estações da Rede Hidrometeorológica Nacional de Referência (RHNR) operando regularmente (dados hidrológicos das estações automáticas/telemétricas publicados em tempo real).

Através do monitoramento das estações da ANA, foram publicados no Sistema HIDRO - Telemetria 93% dos dados telemétricos de chuva e do nível de cursos d'água.

Gestão da Rede Nacional de Monitoramento de Qualidade de Água (RNQA):

- Cumprir 80% das metas de parâmetros previstos nos contratos do Programa de Estímulo à Divulgação de Dados de Qualidade de Água (Qualiágua).

De acordo com os documentos encaminhados pelos Estados (instituições executoras) para fins de certificação das metas e pagamento de prêmios, foram determinados 24073 parâmetros em estações da Rede Nacional de Qualidade da Água - RNQA, integrantes do Qualiágua, de 25933 previstos, o que corresponde a 93% do quantitativo de parâmetros previstos para o terceiro quadrimestre (UFs: AL, ES, MA, MS, PA, RO, SC, SE, SP).

- Cumprir 90% das metas de visitas às estações previstas nos contratos Qualiágua.

De acordo com os documentos encaminhados pelos Estados (instituições executoras) para fins de certificação das metas e pagamento de prêmios, foram visitadas 1489 estações da RNQA, de 1603 previstas, o que corresponde a 93% das visitas previstas para o terceiro quadrimestre (UFs: AL, ES, MA, MS, PA, RO, SC, SE, SP). Considerando todo o ano de 2022, foram realizadas 77% das visitas previstas, o que corresponde a 85% da meta (90%).

- Fiscalizar a execução de 25% dos contratos do Qualiágua.

Dos 13 contratos do Qualiágua vigentes, 3 receberam visitas de fiscalização: Amazonas, Espírito Santo e Alagoas, ou seja, 23% dos contratos fiscalizados.

- Realizar 1 ensaio de proficiência por intercalibração laboratorial no âmbito do Qualiágua.

O ensaio de proficiência por intercalibração laboratorial foi realizado.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

RESULTADOS

Consistência de Dados Fluviométricos:

- Realizar a consistência de dados fluviométricos de 500 estações para o período de 2015 a 2021.

Realizada a consistência de dados de 509 estações fluviométricas, referente ao período de 2015 a 2021 - Contrato n.º 01/2022/ANA.

Gestão da Informação Sobre Recursos Hídricos:

- Disponibilizar no Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH) todos os temas do Portal e atualizar 30% deles (requer atualização anual).

A atualização dos temas do SNIRH a partir do conteúdo do Relatório Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil 2021 (Relatório Pleno) e a publicação de novos conjuntos de dados relacionados às mudanças climáticas e às crises hídricas foram concluídas.

- Publicar o estudo “Mudanças Climáticas e os Recursos Hídricos”.

O estudo está em fase final de produção textual e editoração. Conclusão prevista para 2023.

- Publicar o estudo “Qualidade das Águas do Brasil”.

O estudo está em fase de revisão textual e diagramação. Conclusão prevista para 2023.

- Publicar o estudo “Quantidade de Águas Superficiais do Brasil”.

O estudo está em fase de análise dos resultados e produção textual. Conclusão prevista para 2023.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

RESULTADOS

Implantação do Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB):

- Implantar o novo Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB).

O Novo SNISB foi remodelado para facilitar o acesso e dar transparência às informações disponíveis sobre mais de 24 mil barragens cadastradas. O módulo “cidadão” foi lançado e os módulos “fiscalizador” e “empreendedor” estão previstos para 2023.

Incorporar o Monitoramento de Água Subterrânea na RHN:

- Iniciar a operação de 20 pontos de monitoramento piezométrico na bacia do rio São Francisco e armazenar os dados na base da Rede Hidrometeorológica Nacional (RHN).

Há 19 poços de monitoramento perfurados, sendo 10 na bacia do Verde Grande e 9 na bacia do Carinhanha. Foram instaladas 10 Plataformas de Coleta de Dados (PCDs) nos poços do Verde Grande e 8 na bacia do Carinhanha, e realizados os testes de transmissão de dados por satélite para o Hidroweb/ANA.

Sistema de Acompanhamento de Reservatórios:

- Disponibilizar 80% dos dados dos reservatórios do Sistema de Acompanhamento de Reservatórios (SAR) com defasagem máxima de 10 dias.
- 82,27% dos dados do SAR são atualizados com frequência de até 10 dias da data da consulta.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Comunicar de forma efetiva e transparente a atuação da ANA.

São diretrizes da Comunicação Social e Institucional da ANA:

- Destacar o papel da Agência em garantir a segurança hídrica e proporcionar o desenvolvimento regional através da água.
- Divulgar as atribuições da ANA junto a diversos públicos, e alcançar novos públicos, de forma a informar ao maior número de pessoas, o que a ANA faz.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

RESULTADOS

- Informar sobre a atribuição da ANA na criação das normas de referência para o Saneamento Básico, inclusive sobre como essa atribuição está ligada à promoção da segurança hídrica.
- Identificar e valorizar boas práticas no setor de águas/saneamento, seja através do Prêmio ANA ou através de outras ações comunicacionais e parcerias.
- Comunicar as atribuições da ANA para a garantia dos usos múltiplos da água e engajar parceiros nessa missão.
- Integrar mensagens interna e externa, somando-as para consolidar a marca ANA.
- Criar mensagens customizadas para cada ação de comunicação, nos canais adequados.
- Inspirar e engajar pessoas em prol dos objetivos estratégicos da ANA.
- Humanizar a comunicação institucional, através da adoção da Linguagem Simples.
- Criar mensagens customizadas para cada ação de comunicação, nos canais adequados.
- Inspirar e engajar pessoas em prol dos objetivos estratégicos da ANA.
- Humanizar a comunicação institucional, através da adoção da Linguagem Simples.

Slogan:
#AÁguaÉUmaSó

Posicionamento:
“Da nascente à foz, há 20
anos a ANA cuida do
desenvolvimento do País”

Valores da Comunicação Social e Institucional

Clareza
Transparência
Simplicidade
Parceria
Proatividade

Credibilidade
Motivação
Criatividade
Paixão

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

RESULTADOS

Principais Realizações:

Plano de ação de Linguagem Simples:

- Implementar o Plano de Ação em Linguagem Simples com foco na atuação regulatória.

O Plano de Ação de Linguagem Simples (2022) reuniu 23 ações agrupadas em quatro frentes de atuação, a saber: identificar e valorizar; disseminar; capacitar e simplificar. Sua implementação superou 81% das ações programadas, além de realizações adicionais ao plano. A ANA tem se mostrado como uma referência na Administração Pública sobre a aplicação do tema e é, constantemente, procurada por instituições federais, estaduais e municipais. Há também o reconhecimento por organismos internacionais como o Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS) da Organização das Nações Unidas (ONU) que convidou a Agência para elaborar um artigo sobre a linguagem simples que irá compor o Manual de Boas Práticas Regulatórias, iniciativa pioneira em parceria com a Controladoria-Geral da União (CGU) que será publicado em 2023.

Plano de Comunicação Integrada:

- Elaborar e implementar 60 % do Plano de Comunicação Integrada alinhado ao plano estratégico institucional.

Plano elaborado e 85% das ações implementadas.

- Elaborar e implementar a Política de Comunicação da ANA.

Minuta de Política elaborada e aguardando deliberação DIREC.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

RESULTADOS

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Alcançar a gestão planejada e integrada de recursos hídricos em áreas prioritárias.

A Política Nacional de Recursos Hídricos define a bacia hidrográfica como a unidade territorial, a escala de implementação e de atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH). Considerando um conjunto de critérios econômicos, sociais, hidrológicos, climáticos e de desenvolvimento, é possível categorizar as bacias hidrográficas segundo o índice de demanda por gestão conforme quadro a seguir.

A ANA priorizou, em 2022, a atuação nas bacias que demandam gestão avançada e intermediária.

Demanda por Gestão Avançada	Demanda por Gestão Intermediária	Demanda por Gestão Baixa
<ul style="list-style-type: none"> Paraíba do Sul Piracicaba Capivara Jundiaí (PCJ) São Francisco Paranapanema Paraná-Grande 	<ul style="list-style-type: none"> Uruguai Tocantins-Araguaia Doce Piçundá-Piranhas-Açu Pardo Iguaçu 	
Demanda por Gestão Avançada	Demanda por Gestão Intermediária	Demanda por Gestão Baixa
Bacias populosas com a alta pressão sobre os recursos hídricos e o comprometimento importante da disponibilidade ou qualidade da água.	Bacias populosas com certa pressão sobre os recursos hídricos, porém, sem comprometimento importante da disponibilidade ou qualidade da água.	Bacias com pouca pressão sobre recursos hídricos, sem comprometimento da disponibilidade e qualidade da água.
Amazônicas com Baixa Demanda por Gestão		Litorâneas abaixo de 25 mil km²
Bacias com pouca pressão sobre os recursos hídricos, sem comprometimento da disponibilidade e qualidade da água.		Bacias com baixo potencial de desenvolvimento institucional. A gestão dessas bacias seria delegada aos Estados e associada às bacias vizinhas ou teriam ações específicas (marco regulatório, por exemplo).

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

RESULTADOS

Principais Realizações:

Projetos Indutores:

- Atuar na implementação de 5 projetos indutores em áreas prioritárias.

Realização de contratos de repasse celebrado com a Caixa Econômica Federal (CEF) em: 1. SAAE Oliveira - Projeto Rio Jacaré Vivo - Bacia do Rio Grande; 2. Ubá – Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul - Produtores de Água de Ubá; 3. Tapira - Projeto Manancial Tapirense – BH Paranaíba; 4. São Roque de Minas – Bacia Hídrica no Rio São Francisco; e 5. Rede Nascentes do São Francisco.

- Elaborar as especificações técnicas necessárias ao desenvolvimento de estudo de avaliação do potencial regional de reúso de água.

As especificações técnicas para a contratação do estudo de avaliação do potencial de reúso na bacia do rio Piancó Piranhas-Açu foram incluídas no âmbito do Manual Operativo (MOP) do plano.

- Estabelecer as diretrizes para um programa de pagamento por resultados com foco no uso sustentável da água, tendo como base a experiência com o Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas (PRODES).

A consultoria contratada para realizar a avaliação do Prodes apontou subsídios importantes a serem observados no caso de um redesenho do programa, porém, para que se possa propor diretrizes de um novo programa de pagamento por resultados, ainda são necessárias definições de caráter estratégico.

Gestão Integrada de Recursos Hídricos Superficiais e Subterrâneos:

- Definir áreas relevantes para a Gestão Integrada Rio-Aquífero em 3 (três) bacias prioritárias.

Definidas as bacias prioritárias para a implementação da avaliação: São Francisco, Paranapanema e Rio Grande. Foram calculadas as vazões singulares para proceder as delimitações das áreas relevantes para a gestão integrada rio/aquífero.

Projeto de Cooperação Internacional:

- Elaborar o relatório sobre a situação da qualidade da água na Bacia Amazônica no âmbito do Projeto GEF Amazonas em parceria com a OTCA e ABC/MRE.

O relatório foi finalizado e encaminhado ao Comitê de Editoração da ANA. Conclusão prevista para 2023.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

RESULTADOS

- Apoiar e coordenar novas iniciativas e parcerias internacionais; Memorando de Entendimento (MoU) Austrália; Protocolo de Intenções com o Reino Unido; MoU Colômbia; Parceria ANA/BIRD/Índia; Participação da ANA em eventos internacionais como o Fórum Mundial da Água e a Semana de Estocolmo; Participação na Conferência de Diretores Ibero-Americanos da Água (CODIA) e na Rede de Diretores de Recursos Hídricos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP); Apoio nas tratativas com a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), com o Corpo de Engenheiros do Exército dos Estados Unidos (USACE) e com o Serviço Geológico dos Estados Unidos (USGS).

Principais atividades realizadas: a) Participação na 17ª Reunião da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre “Iniciativa de Governança da Água”, Haia/Holanda; b) Visita técnica para conhecimento das boas práticas de gestão de resíduos sólidos e de governança de consórcios intermunicipais na França; c) Treinamento sobre Mudanças Climáticas: Adaptação, Mitigação e Resiliência; d) Visita técnica aos Estados Unidos da América (EUA) com foco em uso de água e solo, no contexto do Contrato com o Serviço Geológico do Brasil; e) Missão ANA técnico-institucional a Portugal, no contexto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP); f) Evento de capacitação sobre Hidrologia Espacial, em Toulouse/França; g) Participação em reunião do Conselho Mundial da Água e em evento no Cairo, Egito; h) Participação na XXIII CODIA (Conferência de Diretores Ibero-Americanos da Água), realizada em Punta Cana/República Dominicana; i) Participação no evento “Desafios do Desenvolvimento: Investimentos em Infraestrutura”, do Fórum de Integração Brasil-Europa (FIBE), em Lisboa/Portugal; j) Participação no evento Cúpula das Nações Unidas sobre Águas Subterrâneas” e “9ª Assembleia Geral do Conselho Mundial da Água”, em Paris/França; k) Participação de evento técnico da Organização Meteorológica Mundial, Genebra/Suíça; entre outros eventos.

- Coordenar e apoiar a implementação das atividades dos 8 projetos bilaterais com países em desenvolvimento; 1 projeto regional/Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP); 1 projeto multilateral/Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e 1 projeto bilateral com país desenvolvido (França).

Atividades realizadas: a) Videoconferência: Suriname e Argentina; b) Missões internacionais: Argentina, Peru e Portugal; c) Missões nacionais: República Dominicana, El Salvador, Bolívia, Paraguai, e na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

RESULTADOS

gua Portuguesa (CPLP); e d) Reuniões com o Secretariado Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (SE-CPLP) e o Saneamento e Água para Todos (SWA) para buscar a estruturação de informações sobre a segurança hídrica dos países membros da Comunidade.

- Implementar a parceria com a Universidade das Nações Unidas - Instituto da Água, Meio Ambiente e Saúde para promover o alcance das metas do ODS 6 no Brasil e na CPLP (utilização da ferramenta Sistema de Apoio às Políticas do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 6 (SSP-ODS6); repasse da experiência para países da CPLP; articulação do tema com países latino-americanos).

Foram entregues os 6 produtos contratados através da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) para realizar a diagramação e editoração da publicação que trata sobre a experiência brasileira na utilização da ferramenta SSP-ODS 6 em parceria com a Universidade das Nações Unidas – Instituto da Água, Meio Ambiente e Saúde (UNU-INWEH) que constituirá em modelo para os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). A publicação foi traduzida do português para os idiomas inglês e espanhol e será disponibilizada em 2023.

Avaliação de Planos de Recursos Hídricos:

- Monitorar e/ou avaliar 5 Planos de Recursos Hídricos de Bacias Interestaduais (BRH).

Planos de Recursos Hídricos de Bacias Interestaduais (PRHs) monitorados: Paranapanema, Piancó-Piranhas-Açú, Paraguai, Grande, Paraíba do Sul e Verde Grande.

Elaboração de Planos:

- Publicar a revisão do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Piancó-Piranhas-Açu.

O Plano de Ações foi aprovado pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piancó-Piranhas-Açu. O encarte com os principais resultados da revisão e a versão preliminar editorada foram realizados. Restam alguns ajustes finais para envio ao Comitê de Editoração da ANA. Conclusão prevista para 2023.

- Publicar a revisão do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Unidade de Gestão de Recursos Hídricos Paranapanema.

O plano de ações foi aprovado pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranapanema. O encarte com os principais resultados da revisão e a versão

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

RESULTADOS

preliminar editorada foram realizados. Restam alguns ajustes finais para envio ao Comitê de Editoração da ANA. Conclusão prevista para 2023.

- Publicar o Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

Elaborada a proposta do plano de ações do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do rio Doce (PIRH Doce) e disponibilizada para discussão interna nos órgãos gestores. Resta a pactuação e priorização das ações pelos executores envolvidos e aprovação do plano consolidado pelos Comitês de Bacias Hídricos (CBHs). Conjuntamente, a proposta de enquadramento e os respectivos programas de efetivação estão sendo elaborados para a bacia do rio Doce. Conclusão prevista para 2023.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Fortalecer a sustentabilidade institucional dos entes do SINGREH considerando as diversidades regionais.

A ANA é a principal entidade federal responsável pela implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e as suas competências são exercidas em **articulação com os órgãos e as entidades públicas e privadas integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH)**, conforme dispõe a Lei nº 9.984, de 1997. Dessa forma, a implementação passa pela ampliação das capacidades dos entes que compõem o SINGREH para cumprirem com as suas atribuições legais.

A ANA contribui para o fortalecimento dos órgãos gestores estaduais, dos conselhos estaduais de recursos hídricos e Comitês de Bacias Hidrográficas estaduais por meio do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas (**Progestão**) e do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas (**Procomitês**). A ANA também atua junto aos comitês de bacia interestaduais e às respectivas Entidades Delegatárias ou de apoio para as quais a Agência repassa os recursos da **cobrança pelo uso da água** arrecadados nas respectivas bacias e destina também fundos adicionais à consolidação desses entes. Por fim, a ANA promove diversas iniciativas destinadas ao desenvolvimento de **capacidades de recursos humanos** para a gestão de recursos hídricos.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

RESULTADOS

Principais Realizações:

Agenda ANA para Aperfeiçoamento do SINGREH:

- Incorporar a “Agenda ANA para o aperfeiçoamento do SINGREH (MDR, CNRH e OGERTH)” ao Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH).

Agenda incorporada ao PNRH.

Procomitês:

- Atingir 65% do alcance das metas previstas para os comitês no 3º período de certificação.

A média de 81,4% obtida no 3º período de certificação pelo conjunto dos comitês de bacia hidrográfica superou a meta prevista de 65%.

Progestão:

- Alcançar níveis de exigência de pelo menos 5 das 9 variáveis apontadas no referencial básico de avaliação, elaborado pelo IPEA, em 90% dos 26 estados (todos estados, exceto o Rio de Janeiro).

A meta foi cumprida, tendo mais de 90% das unidades da federação (UF) alcançado os níveis de exigência em 6 variáveis críticas de gestão.

- Alcançar pelo menos 95% nas notas das metas de cooperação federativa I.1, I.4 e I.5 em 9 UFs (AL, BA, DF, GO, MG, PE, PR, SE e SP).

A média das metas de cooperação federativa foi de 83,3%. O alcance previsto de 95% não foi possível devido às dificuldades enfrentadas pelos estados do Paraná e São Paulo para compartilhar dados da meta de “cooperação federativa I.1”, principalmente, no que diz respeito à consistência dos dados já inseridos no Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos (CNARH). Conheça o resultado das certificações no Portal do Progestão.

- Desenvolver estudos sobre a cobrança pelo uso da água em 1 área prioritária de atuação (Bacia Hidrográfica do Rio Grande).

O estudo foi concluído e como seu desdobramento, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande constituiu grupo técnico para examinar o tema da cobrança. A conclusão dos trabalhos do grupo está prevista para 2023.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

RESULTADOS

- Elaborar 1 normativo sobre o processo de recurso administrativo da cobrança pelo uso da água.

Elaborada uma minuta de resolução que já foi apreciada pela Procuradoria Federal da ANA, que propôs recomendações a serem incorporadas. O documento está em fase de análise pelas áreas envolvidas para envio à Diretoria Colegiada.

Agenda Cobrança

- Desenvolver estudo sobre alternativas de compensação a usuários, em rios de domínio da União, cujos usos foram restringidos em situações de seca.

O estudo foi concluído. Verificou-se a necessidade de aprofundar aspectos legais para a elaboração da proposta de regulamentação de instrumento econômico para compensação a usuários. A conclusão está prevista para o 1º semestre de 2023.

Plano de Desenvolvimento de Competências:

- Estruturar curso para capacitação na análise de Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica (DRDH) e outorgas de aproveitamentos hidrelétricos e realizar curso de Alocação de Água e Marcos Regulatórios.

Curso sobre alocação de água e marco regulatório realizado. Sua disponibilização na internet aguarda a elaboração da prova necessária para a emissão do certificado que, porventura, depende de técnicos especializados no assunto para desenvolvê-la simultaneamente às análises de DRDH.

- Executar 100% do Plano de Desenvolvimento de Competências do SINGREH (PDC).

Meta cumprida com os seguintes resultados: 35.200 alunos capacitados; 176 defesas de dissertação realizadas; 42 monografias apresentadas; 4 trilhas de aprendizagem feitas e 269 objetos educacionais novos produzidos.

Outras Realizações:

Atualmente, a ANA tem seis Contratos de Gestão firmados com organizações sem fins lucrativos (Entidades Delegatárias), que exercem funções de

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

RESULTADOS

competência de Agências de Água nas Bacias Hidrográficas dos rios Paraíba do Sul, São Francisco, PCJ, Doce, Paranaíba e Verde Grande. Além disso, a Agência é parceira de entidades de apoio que exercem apenas funções de secretaria executiva nas Bacias Hidrográficas do Piancó-Piranhas- Açu, Grande e Paranapanema, conforme ilustradas no mapa a seguir:



A cobrança pelo uso da água é prevista pela Política Nacional de Recursos Hídricos, com os seguintes objetivos: reconhecer a água como bem econômico e dar ao usuário uma indicação de seu real valor; incentivar a racionalização do uso da água; e obter recursos financeiros para o financiamento dos programas e intervenções contemplados nos **planos de recursos hídricos**.

Os valores arrecadados não constituem um imposto ou uma tarifa, como as cobradas pelas distribuidoras de água nas cidades, mas sim uma remuneração pelo uso de um bem público.

O valor da cobrança é definido com a participação dos usuários, da socie-

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

RESULTADOS

dade civil e do poder público, no âmbito dos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs). Os principais parâmetros para definição dos valores são os princípios do usuário-pagador e do poluidor-pagador, ou seja, aquele que utiliza ou polui mais, paga mais. Já aquele que utiliza ou polui menos, paga menos.

A ANA tem a competência de arrecadar e repassar os valores da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União à Agência de Água da Bacia ou à Entidade Delegatária das funções de Agência de Água que os gerou. A seguir, apresentamos um quadro que contém a evolução da arrecadação instituída nos CBHs Interestaduais com os respectivos valores cobrados e coletados no período:

Instrumentos de Gestão dos Recursos Hídricos Implementados de forma Integrada nas Bacias	Evolução no Período			
	2019	2020	2021	2022
Número de comitês de bacia interestaduais com a cobrança aprovada e Entidade Delegatária indicada ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos.	6	6	6	6
Valores cobrados por comitês de bacias interestaduais (em R\$ milhões).	R\$ 99,98	R\$ 119,52	R\$ 112,38	R\$ 133,96
Valores arrecadados por comitês de bacias interestaduais (em R\$ milhões).	R\$ 82,15	R\$ 87,42	R\$ 102,73	R\$ 124,48

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Fortalecer a governança da instituição a fim de alinhar esforços para o alcance da segurança hídrica no país.

A estratégia institucional passa pela implementação de Iniciativas Estratégicas e de Processos e Operações Continuadas, que devem ter como princípios a transparência, a simplificação de procedimentos, a integração entre os métodos de trabalho na busca de eficiência e de elementos para tomada de

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

RESULTADOS

decisão. Nos últimos anos, diversos normativos trouxeram elementos que fortalecem a governança pública.

Principais Realizações:

Programa de Qualidade Regulatória:

- Realizar uma Avaliação de Resultado Regulatório (ARR) em parceria com a área técnica.

A Resolução ANA nº 131/2022 aprovou a Agenda de ARR de 2022 cujo tema foi o Programa de Estímulo à Divulgação de Dados de Qualidade de Água (Qual-iágua), vigente desde 2014 e que conta com a parceria de 24 das 27 Unidades Federativas do Brasil.

Programa de Melhoria da Gestão:

- Elaborar o Planejamento Estratégico Institucional 2023-2026 com a integração dos demais instrumentos de planejamento da ANA.

O novo Plano Estratégico da ANA (2023-2026) está publicado no site da Agência.

- Manter os serviços de informação gerencial interna atualizados mensalmente no Portal de Governança.

As informações gerenciais foram atualizadas.

- Realizar a avaliação de desempenho institucional a cada quadrimestre.

Realizadas as avaliações de desempenho nos dois primeiros quadrimestres. A avaliação do último quadrimestre será finalizada nos primeiros meses de 2023, pois contempla o balanço final do desempenho institucional.

- Implementar 2 ações no âmbito do Programa de Melhoria da Gestão.

Foram revistos 15 fluxos de procedimentos administrativos que visam a celebração de parcerias e contratação de fornecedores, no âmbito da revisão da Resolução nº 348/2017. Foram revistos outros 3 fluxos de dois projetos internacionais bem como a revisão da governança instituída no âmbito desses processos. Essas revisões reduzem etapas, dão clareza e aperfeiçoam o processo decisório.

Estruturar a implementação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD):

- Implementar as ações previstas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018,

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

RESULTADOS

pela Comissão LGPD/ANA em articulação com a encarregada pelo tratamento de dados pessoais na Agência.

As definições, os conceitos e os ajustes nos documentos e processos internos da Ouvidoria da ANA foram implementados, observando os produtos e as diretrizes apresentados por especialista da empresa “Every TI Tecnologia & Inovação Eireli” e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Gestão do Conteúdo:

- Atualizar código de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos das Atividades-Fim da ANA com as novas atribuições da Agência e com os prazos de guarda e destinação dos dados pessoais de acordo com a LGPD. (Resolução ANA nº 752/2017).

O Código de Classificação de Documentos (CCD) foi atualizado e houve treinamento para servidores e colaboradores na sua utilização no Sistema Próton. Já a Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD), encontra-se mais de 60% atualizada.

- Realizar 3 estudos relativos a gestão de conteúdos (implantação de repositório digital, automatizar o envio de matérias do Diário Oficial da União (DOU) pelo Sophia, conteúdo do Sophia ser recuperado pelas buscas Google).

A contratação de adequação do Sophia Biblioteca e do Sophia Acervo foi realizada e o restante dos serviços será entregue até o início de 2023. A automatização do envio de matérias do DOU pelo Sophia foi implementada. O estudo para a implementação do Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq) foi finalizado e encaminhado para manifestação da Superintendência de Tecnologia da Informação quanto à viabilidade.

Transparência Ativa:

- Divulgar 100% dos itens da transparência ativa requeridos pela CGU no site institucional da ANA.

Em consulta à Transparência Ativa na Plataforma Fala.BR, dos 42 itens listados, a Controladoria-Geral da União (CGU) informa que a ANA cumpre integralmente “40”, não cumpre “2” e cumpre parcialmente “0”.

Correição e Integridade:

- Divulgar 8 mensagens mensalmente sobre o valor de integridade em múltiplas plataformas.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

RESULTADOS

Publicação de comunicados internos na intranet; no Yammer e em grupos de WhatsApp sobre o valor da integridade na ANA através de cards; podcasts e quiz.

- Aprovar o manual de procedimentos correicionais.

A revisão do Manual de Atos Correcionais conforme a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) foi concluída.

Auditoria Interna:

- Realizar o “III Fórum de Boas Práticas em Contratações e Gestão de Contratos”.

Realizado o fórum com transmissão ao vivo no canal da ANA no YouTube. Há 584 visualizações atualmente.

- Acompanhar 100% dos prazos de demandas de órgãos de controle interno e externo que passarem pela AUD.

Todas as demandas do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Controladoria-Geral da União (CGU) foram cadastradas, encaminhadas e resolvidas.

- Implementar 30% das ações do Programa de Melhoria de Qualidade da Auditoria Interna.

Segundo o nível 2 da metodologia IA-CM, a análise da maturidade foi finalizada e está sendo consolidada em um plano de ação, objeto de nota de auditoria prevista para conclusão em 2023.

- Realizar 100% das ações de auditoria previstas no Plano Anual de Atividade de Auditoria Interna (PAINT) de 2022.

Concluídas 8 ações, sendo: a) cinco auditorias em Entidades Delegatárias que possuem Contratos de Gestão assinados com a ANA; b) uma auditoria financeira em restos a pagar; c) uma auditoria no Programa Progestão, firmado com o Estado de Sergipe; e d) duas auditorias de apuração, nos Contratos nº 018/2020 e nº 60/2018, a partir de denúncias recebidas. Além disso, foram finalizadas duas auditorias do PAINT 2021: “Aquisição de bens, contratação de serviços e gestão contratual” e “Gestão da Rede Hidrometeorológica Nacional (RHN)”. Do PAINT 2022 aprovado, cabe ressaltar que apenas a auditoria em “Elaboração e Implementação de Planos de Recursos Hídricos” será concluída em 2023.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

RESULTADOS

Processo Decisório:

- Elaborar e atualizar manuais de procedimentos das reuniões da Diretoria Colegiada e do sistema de consultas e audiências públicas.

O manual do sistema de consultas e audiências públicas foi elaborado, mas a publicação está prevista para 2023. O manual de procedimentos das reuniões da Diretoria Colegiada está em elaboração e, sua conclusão está prevista para 2023. Mas, há alguns insumos em andamento: sorteio e relatoria de processos; roteiros e estruturação de temas para as reuniões administrativas e deliberativas da DIREC; e propositura de fluxos processuais.

Relacionamento com o Congresso Nacional:

- Realizar a gestão parlamentar e divulgar, em média, 8 informativos parlamentares por mês a partir do mês de fevereiro.

As demandas recebidas foram atendidas. Os assuntos de interesse da ANA, dentro do Congresso Nacional, foram acompanhados e amplamente divulgados.

Memória Institucional de Temas Relevantes:

- Realizar exposição virtual sobre tema relevante que gerou aprendizado institucional para a gestão de recursos hídricos. (Evolução do portal Memória da ANA).

Atualização do site que contém a “Exposição 20 anos de ANA” com os eventos ocorridos em 2021 e 2022. Após campanha institucional, o tema escolhido para exposição virtual no Centro de Memória da ANA (CMA) será “Saneamento Básico”. O material a ser exposto foi atualizado e um carrossel com 170 publicações sobre o tema foi criado. Devido a problemas contratuais, a exposição virtual foi adiada para 2023, mas há uma montagem física que já pode ser visitada. Agende através do e-mail: cedoc@ana.gov.br.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Alocar eficientemente os recursos e esforços institucionais voltados às ações prioritárias.

Dimensionar e empregar de forma otimizada os recursos tecnológicos, fi-

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

RESULTADOS

inanceiros e logísticos nas ações estabelecidas no Planejamento Estratégico da ANA para o alcance dos objetivos e das metas previstas.

Principais Realizações:

Gestão de Logística, Licitações e Contratos:

- Reduzir 5% de restos a pagar em relação ao exercício anterior, observada a relação restos a pagar versus dotação orçamentária atualizada.

Em relação aos restos a pagar, observa-se redução de 6,15% no volume total inscrito e reinscrito, passando de um valor total de R\$ 69,07 milhões em 2021 para R\$ 64,82 milhões em 2022

- Implementar o projeto de gerenciamento de acesso e segurança do complexo pelo uso de câmeras.

Implementado o projeto que gerencia o acesso e a segurança do Complexo da ANA pelo vídeo monitoramento, equipamentos e sistemas integrados.

- Reduzir em 15% o estoque e a necessidade de áreas de armazenamento (Almoxarifado Virtual).

Redução de 27% da área de estoque, da quantidade de itens estocados e da quantidade de controles administrativos.

Gestão da Infraestrutura de TI:

- Alcançar no mínimo 51 pontos do Índice de Segurança Cibernética (iSegCiber) segundo a metodologia do Tribunal de Contas da União (TCU). Indicador atual: 40.

A ANA evoluiu do nível de maturidade “inicial” para o nível “intermediário” devido ao foco em ações de aprimoramento do “Controle 14 - Conscientização sobre segurança e treinamento de competências” do TCU que apura o Índice de Segurança Cibernética (iSegCiber) da Agência. Entre outras ações, foi formulado um Programa de Capacitação e Conscientização em Segurança da Informação e Comunicações (SIC) que abordou o tema em uma campanha de conscientização. Assim, o índice referente ao “Controle 14” passou de 6 para 76 pontos, elevando o iSegCiber de 40 para 54 pontos.

- Atingir 85% do índice de satisfação dos usuários com os serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

RESULTADOS

A pesquisa com os usuários dos serviços de tecnologia da informação e comunicação apontou o índice de 80,15% de satisfação.

- Implementar 75% do plano de ação anual do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) relacionado a sistemas.

Implementados 90% do plano de ação e abertas 32 ordens de serviços mensais.

Orçamento e Finanças:

- Emitir notas técnicas com as análises de conformidade do planejamento e orçamento em até 72h.

Elaboradas 92 notas técnicas de conformidade do planejamento e orçamento, sendo 79% emitidas em até 72h.

- Empenhar 50% da dotação orçamentária da Fonte 183 até junho/2022 e 95% até o final do ano.

Empenhados 92% da Fonte 183.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Aprimorar os mecanismos de gestão de pessoas e o engajamento da força de trabalho.

Promover o desenvolvimento, a ampliação, a renovação, o aprimoramento da força de trabalho com vistas à sua adequada alocação, de forma a compatibilizar os quantitativos e as competências do quadro técnico e administrativo da ANA, com as demandas e prioridades institucionais, estimulando o compromisso, a motivação das equipes e a qualidade de vida no trabalho.

Principais Realizações

Programa de Gestão:

- Implementar o Programa de Gestão no âmbito da ANA.

Prorrogado o período de ambientação (18/07/2022 a 17/01/2023) do Programa de Gestão de Desempenho (PGD) para término em 28/02/2023.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

RESULTADOS

Dimensionamento da Força de Trabalho:

- Dimensionar 100% da força de trabalho no âmbito da ANA.

Concluídas as fases qualitativa e quantitativa das 61 unidades organizacionais previstas, bem como realizada a mensuração dos esforços. Devido à Resolução nº 136/2022, que trata do novo Regimento Interno da ANA, foi firmado o 3º Termo Aditivo para revisão das unidades organizacionais alteradas ou criadas.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Promover a inovação de serviços, processos, projetos e tecnologias voltadas para garantir a segurança hídrica do país.

Promover a cultura da inovação nos processos de trabalho, nas ações e nas atividades gerenciais da ANA, e criar espaços institucionais que favoreçam a geração de ideias, a busca de soluções criativas, a incorporação e o uso otimizado de tecnologias.

Principais Realizações

Programa de Inovação:

- Implementar 2 projetos de inovação no âmbito do laboratório de inovação da ANA.

A ANA firmou Acordo de Cooperação Técnica com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) para a promoção de inovação aberta ao setor de saneamento por meio da realização de prêmios de inovação, no âmbito do qual já foi elaborada a minuta do edital do Concurso de Inovação “Desafio Saneamento do Futuro: rios sem plástico” com previsão de lançamento em 2023. Ademais, elaborou o projeto de estruturação e fortalecimento do laboratório de inovação, em parceria com a Universidade Federal de Lavras (UFLA) através de Termo de Execução Descentralizada, que culminou em um conjunto de ações de fomento à inovação na Agência.

Projeto de Inovação, Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nos processos de Gestão de Recursos Hídricos, segurança de barragens e saneamento básico:

- Aprimorar o Sistema Federal de Regulação de Uso (REGLA), no módulo de pedidos de Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica (DRDH)

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

RESULTADOS

e outorgas de direito de uso de recursos hídricos (Regia São Marcos, Goiás e 4.0).

O REGLA está apto para recebimento, análise e emissão de declaração de regularidade para usos insignificantes em toda a bacia do rio São Marcos e apto para recebimento, análise e emissão de outorgas de domínio do estado de Goiás na bacia do rio Piancó. Além disso, foi concluída a adaptação do REGLA para a regularização dos usos sujeitos à outorga na bacia do rio São Marcos. Ademais, foi concluído o levantamento de requisitos para o desenvolvimento do Projeto Outorga 4.0, que tem previsão de ser concluído em 2023, juntamente com a adaptação para os pedidos de DRDH e a implementação na bacia do rio Meia Ponte e no restante do Estado de Goiás.

Novas tecnologias no processo de fiscalização:

- Ampliar a implantação do automonitoramento do uso de recursos hídricos pelo aplicativo DeclaraÁgua em 3 sistemas hídricos/bacias considerados críticos: Piranhas-Açu (PB/RN), São Francisco (MG/BA) e São Marcos (MG/GO/DF).
 - i. No Alto Piranhas-Açu: notificação de todos os usuários obrigados a enviar a DeclaraÁgua em cumprimento ao Termo de Alocação de Água. Avanço pouco expressivo. No Baixo Piranhas-Açu: devido à falta de normativo para obrigar o envio dos dados, os usuários monitorados pelo DeclaraÁgua correspondem a 24% do volume outorgado na bacia. Avanço pouco expressivo.
 - ii. São Marcos: apenas dois usuários dos 27 selecionados (acima de 36 m³/h, conforme a Resolução ANA nº 109/2021) para envio do DeclaraÁgua não estão realizando as leituras. Objetivo atingido.
 - iii. São Francisco: aguarda normativo específico para o envio dos dados.
- Ampliar a implantação do monitoramento remoto por telemetria nos usuários que representam 50% da demanda total outorgada pela ANA no Baixo Piranhas Açu (RN) e concluir a implantação ao longo do rio Verde Grande (MG/BA).

No Baixo Piranhas-Açu, o estudo para a seleção de usuários para a implantação da telemetria foi realizado e 11 empreendimentos respondem por 50% do volume outorgado. No Verde Grande, a Telemetria está funcionando e há necessidade de ajustes no funcionamento dos equipamentos.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

RESULTADOS

Gestão da Infraestrutura de Tecnologia da Informação:

- Implementar 10 novos serviços no ambiente de infraestrutura de nuvem.

Há 8 serviços implantados: API mancha de inundação SNISB; Monitor de Secas; GEONODE; Geonetwork; Backup Monitor; INPE - mapeamento irrigação; HIDRO e Portal de Capacitação da ANA (JOOMLA).

RESULTADOS

DEMAIS REALIZAÇÕES

- Patrocínio a eventos de grande porte de instituições parceiras como: a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES); a Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE); a Rede Brasil de Organismos de Bacias Hidrográficas (REBOB) e a Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (ABAS).
- Reunião **#FALA COMITÊ SÃO FRANCISCO** para aproximar e reunir as agendas do Comitê da Bacia Hidrográfica e da Agência Peixe Vivo com a ANA para aprimorar a gestão de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.
- Conforme determina a Lei n.º 10.881/2004, foram firmados os termos de permissão de uso de bem público com as Entidades Delegatárias de funções de Agências de Água no âmbito dos seis contratos de gestão vigentes em prol do interesse público.
- Conforme determina a Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGDP), foram firmados termos de compromisso pelo uso compartilhado de dados pessoais com as Entidades Delegatárias de funções de Agências de Água para adequação dos seis contratos de gestão e com as Organizações da Sociedade Civil para adequação dos três termos de colaboração.
- Repasse integral dos valores arrecadados pela ANA através da cobrança pelo uso dos recursos hídricos para as Entidades Delegatárias de funções de Agências de Água a partir da abertura de créditos suplementares em razão de superávits financeiros acumulados até o exercício de 2021. Essa

RESULTADOS

DEMAIS REALIZAÇÕES

ação integra a “Agenda Cobrança” do PEI 2019-2022 e o Plano de Gestão de Riscos 2020-2022.

- Aprovação das contas do exercício de 2021 dos Contratos de Gestão com as Entidades Delegatárias das funções de Agência de Água celebrados com a:
 - Agência Peixe Vivo para atuar na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande;
 - Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP) para atuar na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul;
 - Agência Peixe Vivo para atuar na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco;
 - Agência das Bacias PCJ para atuar nas Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí;
 - Agência de Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (AGEDOCE) para atuar na Bacia Hidrográfica do Rio Doce.
- Oficina para avaliação da delegação de fiscalização no Distrito Federal com articulação de procedimentos de fiscalização, expedição no Rio Preto e notificação a 50 usuários para implantarem o DeclaraÁgua.
- Nova prorrogação da condicionante da outorga do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF).
- Elaboração de proposta de solução de engenharia “ecosoleira” para permitir a flexibilização da restrição existente nas outorgas para captação de água na Lagoa Mirim, na Região Sul, em articulação com o Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).
- Adesão da ANA à Rede Federal de Gestão de Incidentes Cibernéticos em atendimento ao Decreto n.º 10.748/2021.
- Webinar para lançamento da publicação “Modelagem da Qualidade da Água na Bacia do Rio Paranapanema – Bases para o Enquadramento”.

RESULTADOS

DEMAIS REALIZAÇÕES

- Lançamento durante o Encontro Nacional dos Comitês de Bacias Hidrográficas (ENCOB) do encarte “Planos de Recursos Hídricos”; do caderno “As Águas Subterrâneas na Política Nacional de Recursos Hídricos”; do livro “Governança das Águas Subterrâneas: Desafios e Caminhos”.
- O Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil 2021, Relatório Pleno, inaugurou o novo ciclo 2021-2024 com uma publicação inteiramente digital para propiciar a maior interação do seu conteúdo e torná-lo cada vez mais atrativo, útil e acessível à sociedade. Está disponível também sua versão em PDF.
- Desenvolvimento do aplicativo Hidro Instrumentação que permitirá maior gerenciamento das solicitações das entidades operadoras, referentes ao envio e recebimento de equipamentos e acessórios utilizados na operação da rede hidrometeorológica da ANA, bem como possibilitará maior controle dos processos de manutenção desses equipamentos.
- Implantação da telemetria em um dos maiores usuários de água do Brasil na bacia dos rios Itaguari/Carinhanha.
- Execução de serviços metrológicos com o objetivo de garantir confiabilidade às medidas de vazão de água realizadas nos pontos de captação, monitoramento, transferência de custódia e distribuição de água nos Eixos Norte e Leste do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF), no âmbito do contrato do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT/SP).
- Aquisição de imagens de satélite de altíssima resolução para o Açude Boqueirão nos rios Piranhas-Açu (Baixo) e Preto.
- Desenvolvimento de aplicativo para controle de estoques e remessas de equipamentos e acessórios às operadoras da Rede Hidrometeorológica Nacional (RHN).
- Elaboração do Plano de Contingência para recomposição dos volumes de reservatórios das bacias dos rios Paranaíba e Grande.
- Novo Acordo de Cooperação Técnica entre ANA e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).
- Formulação e implementação de ferramentas na sala de situação da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).

RESULTADOS

DEMAIS REALIZAÇÕES

- A ANA procurou conhecer as melhores práticas de gestão e regulação no setor de saneamento básico, bem como estabelecer um processo de intercâmbio com diversas instituições na perspectiva de lidar com os desafios de promover a harmonização regulatória do setor de forma a contribuir para a universalização dos serviços de saneamento no país. Nesse sentido, 2022 foi um ano de estabelecer diálogo com o setor, conhecer os atores, construir relações de confiança e estabelecer parcerias para facilitar a construção das normas. Foram realizados mais de 30 eventos nacionais e internacionais em busca da melhor efetividade regulatória.
- Formalização de Acordos de Cooperação Técnica (ACT) com o Estado de Minas Gerais para a criação da Rede Nascentes do São Francisco do Programa Produtor de Água.
- Capacitação dos Órgãos Gestores de Recursos Hídricos (OGRHs) da bacia Hidrográfica do São Marcos em balanço hídrico de reservatórios.
- Elaboração de pesquisa de opinião sobre os boletins de acompanhamento das alocações de água com os participantes das reuniões de alocação de água.
- Publicação da Portaria nº 415, de 20 de outubro de 2022, que trata dos critérios de priorização a serem observados nos procedimentos correcionais investigativos e acusatórios de agentes públicos e entes privados na ANA.
- Publicação da Portaria nº 416, de 20 de outubro de 2022, que trata das medidas necessárias ao resguardo dos dados dos envolvidos e das informações de acesso restrito ou sigilosos na condução de procedimentos correcionais investigativos ou acusatórios.
- Publicação da Portaria nº 417, de 20 de outubro de 2022, que regulamenta o procedimento correcional de responsabilização objetiva administrativa e civil das pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos contra a Administração Pública no âmbito da ANA.
- Publicação da Portaria nº 418, de 20 de outubro de 2022, que trata do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) no âmbito da ANA.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

DESAFIOS PARA 2023

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Prevenir e minimizar os impactos de eventos críticos.

Protocolo para eventos críticos:

- Elaborar protocolo para integrar a sala de situação da ANA com as salas de situação estaduais.

As salas de situação do Piauí, Rondônia, Tocantins, Espírito Santo, Maranhão, Acre e Amazonas foram visitadas. Entretanto, o protocolo será desenvolvido em 2023 devido problemas pontuais em algumas salas que demandaram atenção da ANA antes de serem integradas.

Eventos hidrológicos críticos:

- Assinar novo acordo de cooperação técnica da sala de situação com os estados PE, AL, PB e PI.

Os acordos estão em andamento com os Estados de Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Piauí. Entretanto, com o período eleitoral, as assinaturas serão realizadas em 2023 já com os novos titulares das secretarias estaduais de recursos hídricos, tendo em vista a possível troca de equipes nos Estados.

- Realizar workshop das salas de situação estaduais

Iniciados os preparativos para a realização do Seminário. Porém, com o período eleitoral e as prováveis mudanças em várias secretarias estaduais de recursos hídricos, optou-se pela realização em 2023.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Garantir a efetividade e eficiência regulatória dos usos de recursos hídricos.

Regulação de usos de recursos hídricos:

- Elaborar estudo para a avaliação preliminar dos impactos dos aproveitamentos hidrelétricos previstos no inventário do setor elétrico sobre os usos múltiplos (qualidade de água, hidrovia, remanso, usos a montante e outras questões).

Em articulação com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS)

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

DESAFIOS PARA 2023

e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) concluiu-se que o estudo não diferenciaria o processo de seleção de aproveitamentos pelo setor elétrico. Sugere-se a exclusão desta meta.

- Apoiar a recuperação emergencial de infraestruturas hídricas estratégicas em Sistemas Hídricos Locais (SHL) prioritários.

A celebração do Termo de Execução Descentralizada (TED) com o Departamento Nacional de Obras contra a Seca (DNOCS) para a recuperação do Açude Salgueiro não prosseguiu.

Delegação de atividades de fiscalização:

- Implantar a delegação de atividades de fiscalização de uso de recursos hídricos em rios de domínio da União em 1 unidade da federação.

A ampliação da delegação de fiscalização para outras unidades da federação está suspensa enquanto se avalia o 1º ano de delegação de competência da ANA à Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (ADASA), Acordo de Cooperação Técnica n.º 03/2021/ANA.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Garantir a efetividade e eficiência regulatória.

Regulação de Serviços Públicos de Irrigação e Adução de Água Bruta:

- Definir tarifas do Programa de Integração da Bacia do Rio São Francisco (PISF) para 2023 e aprovar o Plano de Gestão Anual (PGA) do PISF de 2023.

A ANA deveria receber o PGA/PISF até o dia 15/10/2022, conforme a Resolução n.º 2.333/2017. Entretanto, a proposta foi encaminhada somente em 06/12/2022 e, por isso, considerando que a ANA tem o prazo de um mês para a análise, não foi possível realizar até o final de dezembro de 2022. Como a definição da tarifa depende da aprovação do PGA, também não foi possível defini-la.

Normas de Referência para o Setor de Saneamento:

- Publicar 80% das Normas de Referência para o Saneamento Básico.

Há 13 de 17 normas previstas, até 2024, na Agenda Regulatória (Resolução ANA n.º 105, de 18 de outubro de 2021) iniciadas. Em 2022, publicou-se outra

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

DESAFIOS PARA 2023

norma de referência: Resolução ANA n.º 134. Atualmente, são quatro. A ANA vem avançando em termos de estudos, diálogos, processos participativos e demais etapas intermediárias, internas e externas, que são necessárias até a efetiva publicação da norma de referência. Destacamos também a adoção das recomendações descritas no Relatório de Acompanhamento n.º 025.604/2021-0 do Tribunal de Contas da União (TCU), e dos dispositivos do Decreto n.º 11.092/2022 que promulga o Protocolo Brasil-EUA sobre boas práticas regulatórias. Acesse o Relatório de Atividades Saneamento Básico 2022.

- Implementar 80% das ações previstas no Plano de Adaptação da ANA.

Com o novo Regimento Interno (Resolução ANA n.º 136, de 07 de dezembro de 2022) a ANA agrupou superintendências para otimizar e coordenar os esforços no processo de elaboração das normas de referência relativas ao saneamento básico. A nova superintendência vem buscando firmar parcerias com diversas instituições para a contratação e a realização dos estudos e assim avançar em 2023. Os desafios que se impõem, portanto, são a capacitação e ambientação dos servidores ao novo contexto institucional e a gestão das parcerias firmadas com estudos contratados.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Comunicar de forma efetiva e transparente a atuação da ANA.

- Realizar pesquisa que avalie a imagem da ANA perante seus públicos.

Empresa contratada e questionário elaborado. Contrato foi prorrogado para aplicação da pesquisa em 2023.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Alcançar a gestão planejada e integrada de recursos hídricos em áreas prioritárias.

Programa de Implementação de Planos:

- Acompanhar e atualizar os 14 planos de ações de áreas prioritárias.

Foi criada e publicada a Portaria ANA nº 444/2022 que Cria o Grupo de Trabalho dos Planos de Ação.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

DESAFIOS PARA 2023

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Fortalecer a governança da instituição a fim de alinhar esforços para o alcance da segurança hídrica no país.

Programa de Qualidade Regulatória:

- Propor 3 projetos de consolidação de atos normativos.

Houve o levantamento dos normativos passíveis de consolidação, entretanto, devido à reestruturação de algumas áreas da ANA e a outros projetos concurrentes, não foi possível finalizar.

- Emitir notas técnicas com as análises de conformidade regulatória em até 3 dias úteis.

Foram elaboradas 18 notas técnicas de conformidade regulatória, sendo que 5 (28%) foram emitidas dentro do prazo de até 3 dias úteis.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Alocar eficientemente os recursos e esforços institucionais voltados às ações prioritárias.

Gestão de Logística, Licitações e Contratos:

- Atualizar o manual de licitação e contratos.

A Portaria nº 414/2022 aprovou os procedimentos de tramitação de processos administrativos que visam a celebração de parcerias, a seleção e a contratação de fornecedores para a agência. Dada a recente Lei de Licitações e Contratos nº 14.133/2021 e a ausência de manuais em órgãos de referência como, por exemplo, o Tribunal de Contas da União (TCU), o manual da ANA será atualizado em momento oportuno para que sejam retratados todos os avanços trazidos pela nova legislação.

Orçamento e Finanças:

- Concluir processo licitatório de 50% dos novos projetos previstos no orçamento até junho/2022 e iniciar o processo licitatório de 90% novos projetos até setembro/2022.

De 67 projetos previstos no Plano de Gestão Interno (PGI), 24 foram contratados, o que equivale a 36%.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

DESAFIOS PARA 2023

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Promover a inovação de serviços, processos, projetos e tecnologias voltadas para garantir a segurança hídrica do país.

Gestão da Infraestrutura de Tecnologia da Informação:

- Implementar 100% da Infraestrutura do Data Center em ambiente seguro (Contêiner/Cofre).

O Ministério da Economia indeferiu o prosseguimento do processo licitatório (Nota Técnica SEI nº 21285/2022/ME).

- Implementar a integração entre o sistema Próton e o barramento de processos do PEN, visando a implantação de novo sistema de documentação na ANA e integração com outros órgãos da APF.

A meta está suspensa em função da avaliação de adoção do Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

- Implementar a redundância de telecomunicações - Link Backup.

Devido à mudança de estratégia, outras alternativas estão sendo estudadas, inclusive a possibilidade de adesão à INFOVIA.

- Implementar o uso do login único do Governo Federal no sistema de regulação de usos (REGLA).

A implementação ocorrerá através do Aplicativo ANADIGITAL previsto para iniciar em 2023.



Capítulo III

Riscos, Oportunidades e Perspectivas

- **Gestão de Riscos**
- **Plano de Gestão de Riscos**

A GESTÃO DE RISCOS

A gestão de riscos na ANA é regulamentada por meio das seguintes portarias:

- Portaria ANA nº 49, de 8 de março de 2019, que estabelece a política de gestão de riscos da ANA;
- Portaria ANA nº 403, de 27 de novembro de 2019, que aprovou a Metodologia de Gestão de Riscos da ANA.

A metodologia de riscos da ANA está organizada em três linhas:

LINHAS

1^a LINHA

Controle e Acompanhamento pelas UORGs

.....

Controle e Acompanhamento pelas Coordenações

2^a LINHA

Controle e Acompanhamento da Gestão Estratégica / Execução Orçamentária

.....

Acompanhamento dos Controles Internos Implementados pelas UORGs na Mitigação dos Riscos

3^a LINHA

Auditoria Interna

ETAPAS DA METODOLOGIA

1

Identificação

2

Classificação e Avaliação

3

Monitoramento

A GESTÃO DE RISCOS

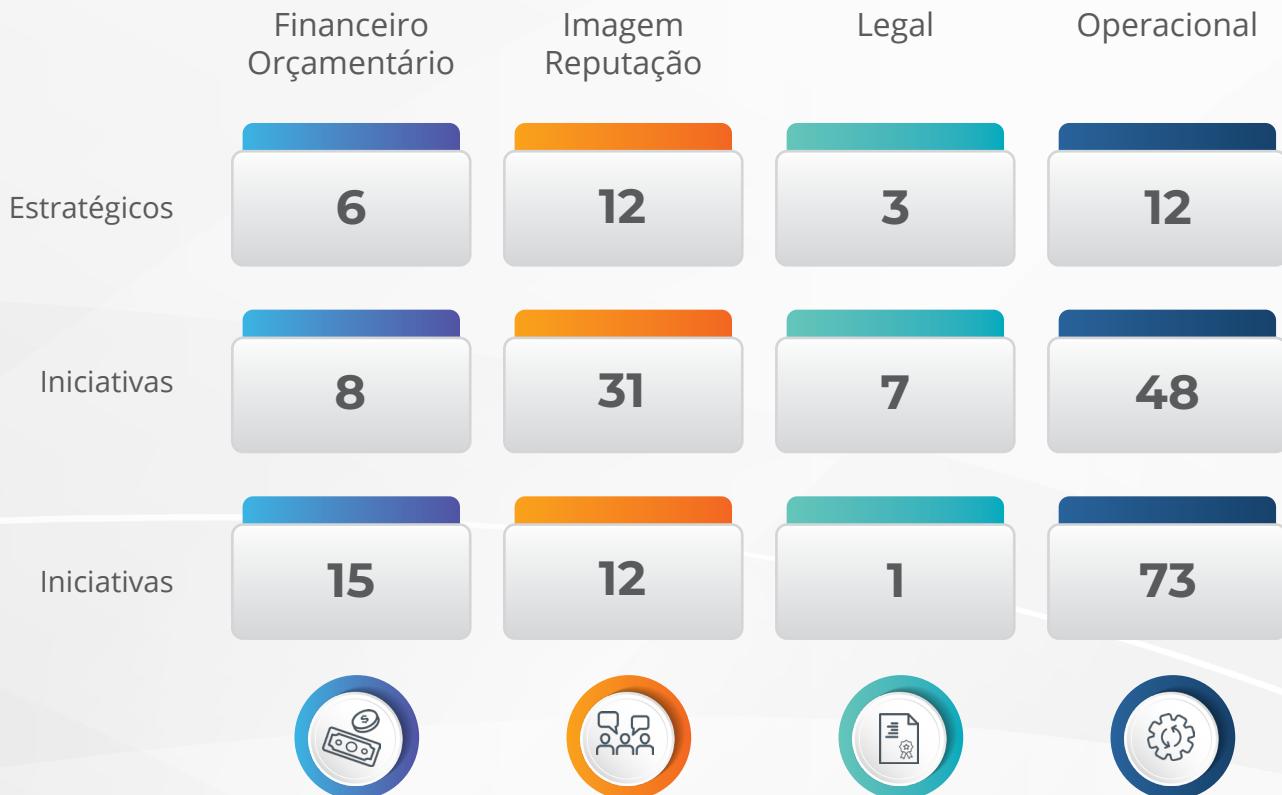
Os riscos levantados referem-se às Iniciativas Estratégicas (IE), aos Processos e Operações Continuadas (POC) considerados críticos e aos Objetivos Estratégicos constantes do Plano Estratégico ANA 2023-2026.

Para classificar os riscos, foram utilizados critérios de probabilidade e impacto da ocorrência de um evento que venham a ter reflexos no cumprimento das IE, POC e Objetivos Estratégicos, bem como os respectivos tipos: riscos operacionais, riscos de imagem/reputação do órgão, riscos legais e riscos financeiros/orçamentários.

Em 2022, durante o processo de revisão e atualização do planejamento estratégico foram realizadas diversas consultas às áreas para analisar e reclassificar os riscos da Iniciativas Estratégicas e Processos de Ação Continuada. Essa reavaliação consta do novo PEI 2023/2026.

Já nas oficinas de validação do novo planejamento estratégico que contaram com a participação de toda a Diretoria Colegiada, bem como os Superintendentes e seus Adjuntos, foram levantados e classificados os riscos associados aos objetivos estratégicos.

O quadro abaixo demonstra os riscos classificados:



A GESTÃO DE RISCOS

Os quadros abaixo demonstram de forma mais detalhada os riscos por tipo e gravidade:

RISCOS ESTRATÉGICOS



RISCOS INICIATIVAS ESTRATÉGICAS



A GESTÃO DE RISCOS

RISCOS PROCESSOS E AÇÃO CONTINUADA



Conforme citado anteriormente, no processo de elaboração do PEI 2022-2026, a alta administração e demais executivos identificaram os riscos que podem impactar sua implementação. Entre os principais riscos identificados, destacamos:

Principais Riscos

Ocorrência de fenômenos climáticos de larga escala (El Niño e La Niña), ocasionando maior suscetibilidade à ocorrência de eventos hidrológicos críticos em algumas regiões.

Mitigação

- Informar e conscientizar os atores sobre as necessidades de recursos e planejamento das respostas;
- Emitir declaração de situação de escassez hídrica, quando for o caso;
- Expandir e aprimorar o Monitor de Secas para todo o território
- Atualizar o Atlas de Vulnerabilidade a Inundações.

A GESTÃO DE RISCOS

Principais Riscos

A falta de adesão de outros entes do SINGREH poderá inviabilizar a implementação dos instrumentos propostos de forma integrada e participativa, das regras específicas e de outras ações estratégicas comprometendo o atingimento da meta.

Mitigação

Investigar as causas da falta de adesão dos entes do SINGREH e adotar medidas para aperfeiçoar os instrumentos, regras e ações.

Principais Riscos

Baixa capacidade financeira do empreendedor pode ocasionar o não cumprimento das obrigações legais aumentando o risco de ocorrência de incidentes e acidentes em barragens.

Mitigação

- Acompanhamento por meio de ações de Fiscalização;
- Fomento a cultura de segurança de barragens junto ao empreendedor;
- Divulgação de informações do RSB junto ao governo para viabilizar a criação de políticas de redução de riscos;
- Articulação para viabilizar programas para financiamento de pequenos empreendedores.

A GESTÃO DE RISCOS

Principais Riscos

Falta de articulação entre os entes federados no âmbito do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Mitigação

Promover o compartilhamento da melhor informação disponível, relacionada a hidrologia, climatologia, condições e restrições operativas e impactos sobre os usos múltiplos da água, em água, em ambientes de articulação, como Salas de Crise e de Acompanhamento.

Principais Riscos

Condições de operação de reservatórios e sistemas hídricos insuficientes para prevenir ou mitigar eventos hidrológicos críticos.

Mitigação

- Verificar o impacto da implementação das condições de operação de reservatórios e sistemas hídricos sobre sua resiliência à ocorrência de eventos extremos;
- Verificar o impacto da implementação das condições de operação de reservatórios e sistemas hídricos sobre os usos múltiplos da água;
- Promover e manter a articulação e a transparência de informações e decisões em ambientes como Salas de Crise e de Acompanhamento.

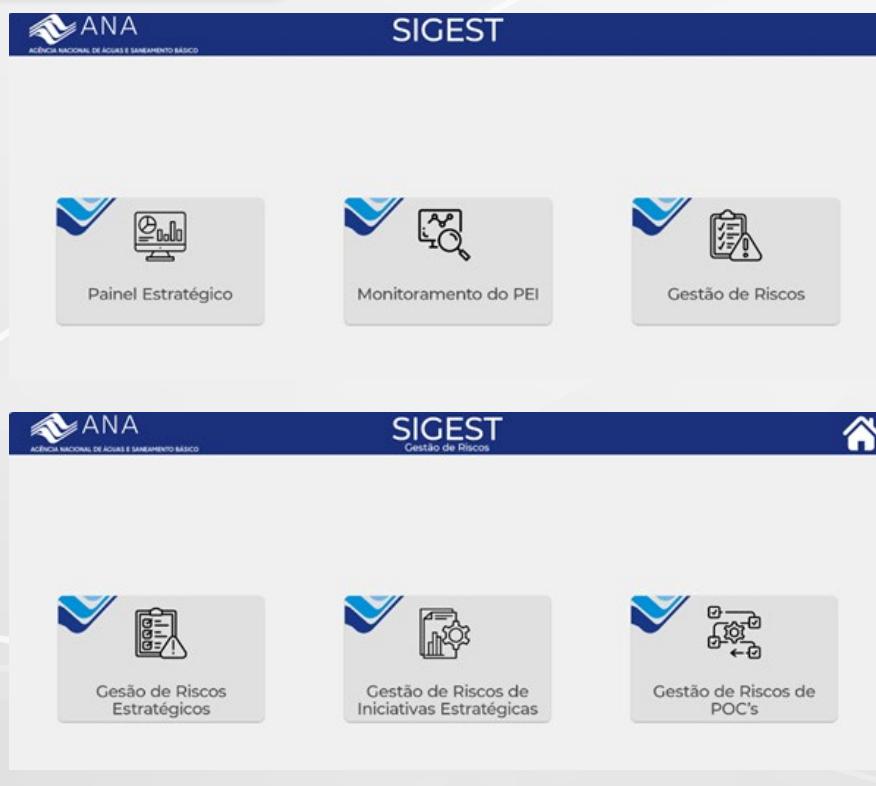
A GESTÃO DE RISCOS

O Plano de Gestão de Riscos é o instrumento que reúne um conjunto de medidas de respostas aos riscos estratégicos e prioritários, considerando a tipologia de riscos, as causas e as possíveis consequências, os responsáveis, o prazo de implementação e os eventuais recursos necessários.

O processo de gestão de riscos da ANA se dá por meio de processos efetivos de monitoramento e controle, em que os gestores identificam periodicamente quanto à exposição a riscos e à respectiva utilização dos limites vigentes para cada objetivo estratégico, iniciativa estratégica ou processos e ações continuadas.

O acompanhamento e monitoramento da gestão de riscos também é feito no SIGEST, em módulo específico.

VISÃO DO SISTEMA



A ANA adota o gerenciamento do risco como um componente fundamental da gestão, reduzindo assim, o impacto de eventos indesejáveis na busca de benefícios para a sociedade.

A GESTÃO DE RISCOS

DAS AÇÕES DA AUDITORIA INTERNA

As ações da Auditoria Interna da ANA (AUD) realizadas no exercício de 2022 basearam-se no Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT 2022 (<https://www.gov.br/ana/pt-br/acesso-a-informacao/auditorias/auditoria-interna/planos-anoais-de-auditoria-interna-paint>), aprovado pela Diretoria Colegiada da ANA na sua 862^a Reunião Ordinária. Sua construção fundamentou-se nos artigos 3º, 4º e 5º da Instrução Normativa CGU nº 5/2021, levando em consideração, na definição dos objetos auditáveis:

- i. o planejamento estratégico e as expectativas da alta administração da unidade auditada e demais partes interessadas;
- ii. os riscos significativos a que a unidade auditada está exposta e os seus processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos;
- iii. a complexidade do negócio, a estrutura e outros fatores da unidade auditada;
- iv. a estrutura e os recursos humanos, logísticos e financeiros disponíveis na unidade de auditoria interna governamental.

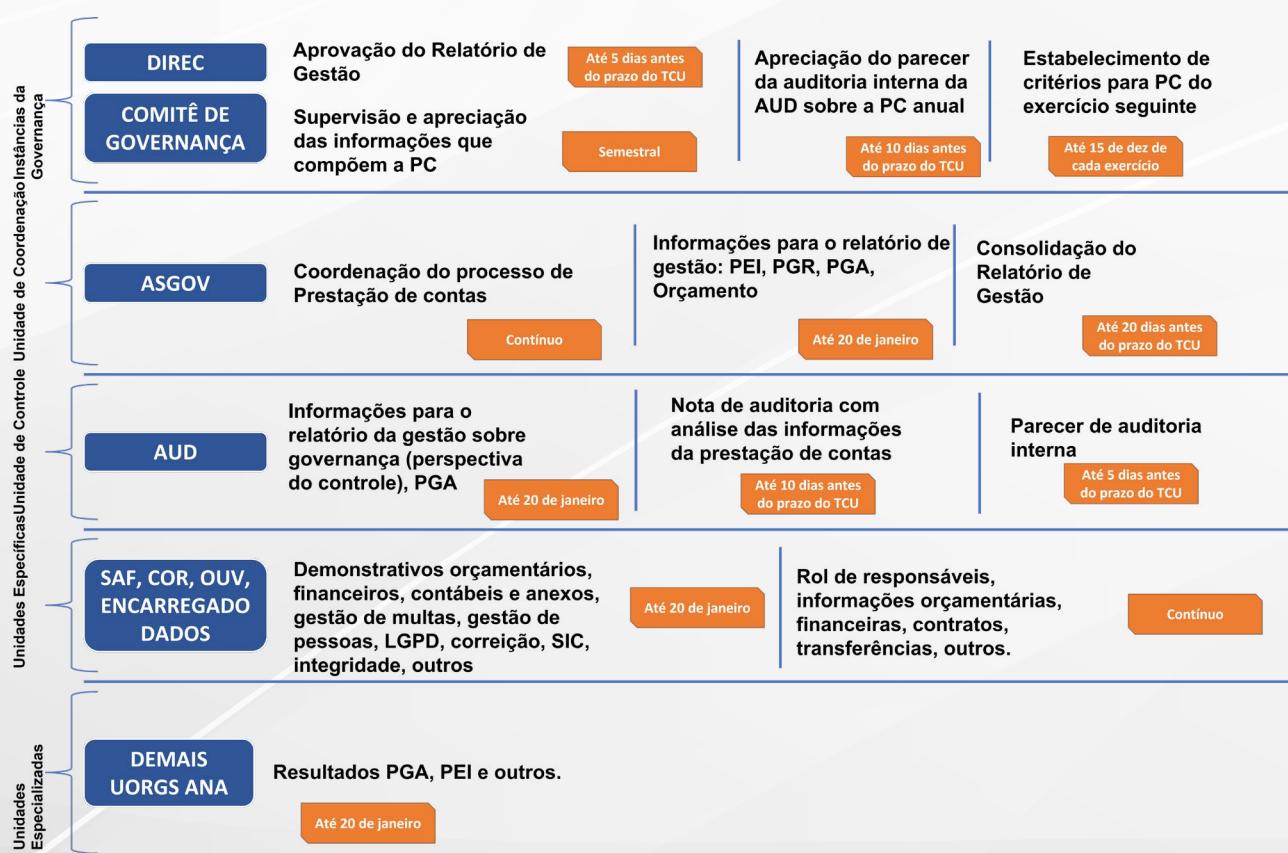
Apesar do reduzido quadro de pessoal, a AUD realizou uma consultoria relacionada ao processo de prestação de contas anual da ANA concluiu oito ações de auditoria, sendo: a) cinco auditorias em Entidades Delegatárias que possuem Contratos de Gestão assinados com a ANA; b) uma auditoria financeira em restos a pagar; c) uma auditoria no Programa Progestão, firmado com o Estado de Sergipe; e d) duas auditorias de apuração, nos Contratos nº 018/2020 e nº 60/2018, a partir de denúncias da Controladoria Geral da União (CGU) recebidas pela AUD. Além disso, foram finalizadas, em 2022, duas auditorias do PAINT do exercício de 2021: “Aquisição de bens, contratação de serviços e gestão contratual”, na Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas e “Gestão da Rede Hidrometeorológica Nacional – RHN”, na Superintendência de Gestão de Rede Hidrometeorológica.

Do PAINT aprovado, cabe ressaltar que apenas a auditoria “Elaboração e Implementação de Planos de Recursos Hídricos” que foi iniciada em novembro/2022, será concluída em março/2023. Tal situação decorreu, dentre outros motivos, de trabalhos de apuração extraordinária que surgiram durante o exercício.

Ainda com relação a esse assunto, convém registrar que, em julho/2022, o PAINT foi reprogramado, conforme aprovação na 883^a Reunião Administrativa Ordinária da Diretoria Colegiada da ANA, haja vista a necessidade de realocação das horas de trabalho para as auditorias de apuração. Na reprogramação, houve, também, a substituição da consultoria em “Avaliação do impacto de contingenciamento na fonte orçamentária 183” pela consultoria no “Processo de Prestação de Contas da ANA”.

A GESTÃO DE RISCOS

Sua execução se deu no segundo semestre de 2022 e os resultados foram apresentados no Relatório de Consultoria nº 01/2022/AUD. A necessidade dessa consultoria surgiu após a avaliação realizada pela Auditoria Interna no processo de prestação de contas da Agência, que resultou na Nota de Auditoria nº 3/2022/AUD, com diversas recomendações às unidades da ANA para aperfeiçoamento do processo. Como resultado dessa consultoria, apresentou-se diagrama contemplando as melhorias no processo de prestação de contas da ANA, conforme figura abaixo:



Todos os trabalhos realizados pela AUD, em 2022, visaram ao aperfeiçoamento dos controles internos e da gestão, a fim de assegurar o atingimento dos objetivos estratégicos organizacionais e dos objetivos operacionais (alcance de resultados), de transparência e de conformidade dos processos ou programas. Dessa forma, os Relatórios e Notas de Auditoria emitidos em 2022 exararam, ao todo, 157 (cento e cinquenta e seis) recomendações. Tais recomendações foram monitoradas juntamente com aquelas advindas de Relatórios e Notas de exercícios anteriores, resultando no quantitativo total de 287 (cento e trinta e cinco) recomendações monitoradas em 2022. Desse total, 54,7% foram implementadas e 43,6% continuarão em monitoramento no ano de 2023, conforme quadro a seguir:

A GESTÃO DE RISCOS

ANO	Canceladas	Concluídas	Em Monitoramento	Total de Recomendações Monitoradas em 2022
2020	0	16	23	39
2021	1	80	13	94
2022	3	61	89	156
Total	4	157	125	287
%	1,4	54,7	43,6	

O quadro a seguir apresenta o percentual de recomendações emitidas pela AUD em 2022, por categoria:

Categoria	Total
Conformidade	17
Contábeis, orçamentárias e financeiras	34
Gestão de Pessoas	21
Gestão Patrimonial	22
Governança	12
Processo	43
Recursos Tecnológicos	8
Total Geral	157

Dentre as recomendações emitidas pela AUD para aperfeiçoamentos nos controles, destacam-se as que seguem:

- Melhorias na governança do Plano de Logística e Sustentável – PLS da ANA.

A GESTÃO DE RISCOS

- Estabelecimento de estrutura de governança no Plano de Contratação Anual – PAC, incluindo normatização, estabelecimento de responsabilidades e sistema de informação e monitoramento.
- Atualização nos normativos internos sobre contratações e gestão de contratos.
- Melhorias na coordenação e gerenciamento das contatações.
- Aperfeiçoamento nos procedimentos de gestão contratual.
- Melhorias na classificação de despesas.
- Aperfeiçoamento nos controles de planejamento e operação da RHN.
- Desenvolvimento de ferramentas tecnológicas para operação e instrumentalização da RHN.
- Oportunidade de avançar na normatização e manualização de procedimentos atinentes à operação da RHN.
- Melhorias no Centro de Instrumentação da RHN para assegurar melhor controle e distribuição de peças e equipamentos.
- Melhorias na gestão financeira de Entidades Delegatárias com Contratos de Gestão firmados com a ANA.
- Implementação da LGPD nas Entidades Delegatárias.
- Melhorias na gestão da folha de pagamento das Entidades Delegatárias

Diante do trabalho intensivo de acompanhamento das recomendações monitoradas em 2022, houve incremento de 262% pontos percentuais de recomendações concluídas em 2022 (157) comparadas as do ano anterior (60), o que demonstra que a gestão vem observando a necessidade de aperfeiçoamentos em seus controles para fazer frente aos diversos riscos inerentes às suas atividades. Nesse ponto, cabe destaque a importância do Indicador 7 do Contrato de Gestão firmado com as Entidades Delegatárias, que prevê perda de ponto para aquelas Entidades que não atenderem às recomendações exaradas pela AUD, dentro do respectivo ano.

Além dos trabalhos previstos no PAINT/2022, a AUD realizou, ao longo do exercício, trabalho de acompanhamento quadrimestral das restrições contábeis envolvendo Termos de Execução Descentralizado (TED), Convênios e instrumentos congêneres, onde foram registradas nove pendências em TEDs da ordem de R\$ 34.255.597,67. Sobre o assunto, cabe ressaltar que, em função do trabalho realizado pela AUD, em parceria com as UORGS envolvidas no assunto, foram regularizadas quatro pendências, sendo que as outras cinco, informadas

A GESTÃO DE RISCOS

à AUD em dezembro daquele ano, deverão ser regularizadas em 2023.

Outro ponto de destaque no ano de 2022, foi o início da utilização do Sistema E-AUD para execução dos trabalhos de auditoria na ANA. Nesse sentido, a totalidade de auditorias realizadas no exercício de 2022 foi cadastrada no Sistema E-Aud, otimizando as atividades e aperfeiçoando a organização e supervisão do processo de auditoria.

A AUD também monitora as solicitações, deliberações e recomendações exaradas pelos órgãos de controle – Tribunal de Contas da União (TCU) e Controladoria-Geral da União (CGU). No ano de 2022, o TCU encaminhou 33 documentos à ANA, dentre diligências, requisições, oitivas, Acórdãos e solicitações ou ciências diversas. Desses, 19 foram atendidas, 12 para conhecimento e duas com previsão de atendimento para 2023. Já a CGU emitiu 14 documentos, que geraram 17 encaminhamentos às UORGs da ANA, sendo que desse total, 4 eram para conhecimento, 13 foram atendidas, não restando nenhuma em monitoramento.

Sobre o Programa de Melhoria da Qualidade de Gestão das Atividades da AUD (PMQ-AUD), previsto no Estatuto da Auditoria Interna da ANA, além dos questionários de avaliação dos trabalhos de auditoria, aplicados junto aos auditados ao final de cada trabalho, iniciou-se, ainda em dezembro/2022, a avaliação do nível de maturidade da AUD/ANA, segundo metodologia IA-CM, com previsão de emissão de plano de melhoria para AUD em fevereiro/2023. Nesse ponto, cabe destacar que a AUD realizou, em 2022, a II Semana de Imersão da AUD/ANA, em que são destinadas horas da equipe de servidores e colaboradores da AUD para imersão em temáticas relacionadas às suas atividades, bem como ao alinhamento e integração da equipe. No último ano, a imersão envolveu os seguintes temas: a) solicitações de informação à auditada, evidências e documentação; b) recomendações da auditoria: critérios e controle de qualidade; c) monitoramento de recomendações da AUD; d) comunicação na reunião de encerramento e linguagem dos relatórios de auditoria; e e) compartilhamento de boas práticas pelos membros da equipe.

A AUD realizou no mês de julho o III Fórum de Boas Práticas de Contratações e Gestão de Contratos com a participação de aproximadamente 100 pessoas. O referido fórum tem por objetivo permitir o intercâmbio de conhecimento nas contratações e gestão de contratos, contribuindo para a inovação e o aperfeiçoamento dos controles e da gestão do tema.

O referido evento, realizado por Webinar transmitido pelo Youtube, teve como público-alvo gestores, fiscais de contratos e auditores das Agências Reguladoras Federais, servidores das áreas de Auditoria Interna, das Áreas Adminis-

A GESTÃO DE RISCOS

istrativas, de Controle Interno e da SPOA dos órgãos e entidades do MDR que atuam na área de licitações e contratos e de Gestores e empregados da Entidades Delegatárias e do IGAM.

DAS AÇÕES DE CORREIÇÃO

Em atenção aos objetivos estratégicos indicados no Planejamento estratégico vigente em 2022, a Corregedoria, com uma das instâncias de integridade da agência e também no papel de unidade de gestão de integridade, buscou alinhar iniciativas e desdobrar ações de prevenção e responsabilização. Nesse sentido, destacam-se:

- a. Revisão e publicação do Manual de Atos e Procedimentos Correcionais, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, disponibilizado na rede de intranet da ANA;
- b. Realização de tratamentos de comunicação de irregularidades recebidas pela COR, por múltiplos canais, que resultaram em três juízos negativos de admissibilidade, por ausência de elementos mínimos de autoria e/ou materialidade que justificassem o prosseguimento do feito;
- c. Instauração, de ofício, pela Corregedora-Geral, de processo administrativo disciplinar, conforme previsto no art. 143 da Lei nº 8.112, de 1990. Este processo está em andamento, sob responsabilidade da Comissão Processante de PAD;
- d. Instauração de um procedimento de investigação preliminar visando verificar a ocorrência de faltas funcionais praticadas por servidor da ANA, que poderão resultar na celebração de um Termo de Ajustamento de Conduta Disciplinar - TAC. Trata-se de análise em andamento.
- e. Interlocução com os principais órgãos de controle, supervisão normativa e orientação técnica, visando alinhamento das ações sob alçada da COR/ANA bem como a divulgação das iniciativas desenvolvidas pela COR/ANA

DAS AÇÕES DE INTEGRIDADE

- a. Com a assunção da nova diretoria colegiada em 2022 e mudança nas equipes das UORGs, todas as minutas de normativos propostos pela UGI em 2021 e submetidas à época ao Comitê de Governança da ANA, foram atualizadas e novamente submetidas às contribuições da casa, após

A GESTÃO DE RISCOS

aprovação da agenda de integridade pelos Diretores. As sugestões recebidas, sempre que possíveis, foram incorporadas aos normativos e medidas, estando atualmente pendentes de análise e avaliação pelo jurídico e aprovação pela diretoria colegiada;

- b. Elaborado e publicado Regimento Interno da Comissão de ética da ANA – CEANA, a partir de minuta elaborada pela UGI;
- c. Divulgada internamente a Pesquisa de Percepção em Integridade Pública desenvolvida pela CGU, coletados e tratados os dados relacionados à ANA. Os dados de 2022 revelaram um incremento de cerca de 20% no engajamento e familiaridade da casa com o tema “integridade pública”;
- d. Elaborada minuta sobre Transparência de convites e participação em eventos externos da ANA, recentemente publicada; e validada a campanha de divulgação produzida pela ASCOM e intitulada “Um por todos e todos pela ANA!”;

Ante as informações apresentadas, verifica-se que, inobstante os desafios advindos das mudanças na alta administração da Agência, período de defeso eleitoral, submissão ao ciclo de avaliação bianual da CGU, a Corregedoria da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – COR/ANA conseguiu avançar na matriz de maturidade correccional CRG/CGU, a partir da padronização e institucionalização de boas práticas de gestão e condução de procedimentos correccionalistas investigatórios e acusatórios de agentes públicos e entes privados.

De igual forma, a Corregedoria, como instância de integridade, e ainda, como unidade responsável internamente pela condução do tema, desenvolveu trabalhos conjuntos com outros órgãos e unidades, a exemplo da CEANA, ASCOM, OUVIDORIA, SAF, CGU dentre outros, pautando-se pela transparência, transversalidade e diálogo permanente com as partes interessadas.

Demais disso, vem contribuindo para a consolidação e institucionalização das melhores práticas nacionais e internacionais em integridade pública, valendo-se de levantamento de fluxos e processos voltados ao gerenciamento de riscos à integridade e das ferramentas disponíveis nas ciências comportamentais, no intuito de tornar cada vez mais efetivo o conjunto de medidas preventivas gerais e específicas de integridade que integram o programa de integridade da Agência “ANA Integra”, com reflexos tangíveis nas pesquisas de percepção interna, na cultura organizacional e reputação social.



Capítulo IV

Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis

- **Dotação Orçamentária;**
- **Execução Orçamentária e Financeira Anual;**
- **Restos a Pagar;**
- **Gestão de Licitações e Contratos;**
- **Gestão de Custos;**
- **Critérios de Sustentabilidade nas Contratações**
- **Gestão Patrimonial;**
- **Gestão das Multas Aplicadas em Decorrência da Atividade de Fiscalização; e**
- **Gestão de Pessoas.**

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

A Lei Orçamentária Anual de 2022 consignou à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), inicialmente, a autorização de gasto no total de R\$ 515,7 milhões, que, após os cancelamentos e as suplementações, resultou em uma dotação final de aproximadamente **R\$ 485,6** milhões.

Do montante total autorizado à ANA no exercício de 2022, foram empenhados aproximadamente R\$ 437,2 milhões, sendo R\$ 424,7 milhões como despesas correntes (R\$ 319,2 milhões - Outras Despesas Correntes e R\$ 105,5 milhões - Despesas com Pessoal - ativos, inativos e pensionistas) e R\$ 12,5 milhões como investimentos.



Em termos de execução financeira, o valor total pago pela ANA, Unidade Orçamentária 53210, alcançou o montante aproximado de R\$ 427 milhões, dentre os quais R\$ 374,9 milhões referentes ao orçamento de 2022 e R\$ 52,1 milhões de compromissos assumidos em anos anteriores que foram inscritos ou reinscritos para 2022, na modalidade de restos a pagar. Considerando somente a execução financeira à conta de dotações orçamentárias do exercício de 2022, o montante pago, R\$ 374,9 milhões, evidencia um aumento de 4,63% no volume de pagamentos em comparação à de 2021. Em restos a pagar, foi inscrito e re-

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

APRESENTAÇÃO

inscrito o valor total de R\$ 64,8 milhões de 2022 para 2023.

No ano de 2022, a ANA realizou 20 processos de contratação, sendo: 19 pregões eletrônicos e 01 concorrência (tipo técnica e preço). As contratações relativas ao funcionamento administrativo da ANA, especialmente os serviços de apoio administrativo, vigilância, limpeza, manutenção predial, transporte, energia elétrica, água e deslocamentos totalizaram R\$ 35,4 milhões.

A ANA realizou 51 baixas patrimoniais, em função de 1 doação e 5 sinistros. O valor líquido (depreciado) desses bens no exercício de 2022 equivale ao montante de R\$ 1.085.442,61.

Em 2022 foram emitidos 53 boletos de cobrança de créditos públicos lançados por infração das normas de uso de recursos hídricos, totalizando, aproximadamente, R\$ 464,9 mil, representando um acréscimo de 251% em relação montante apurado em 2021. A inscrição em dívida ativa relativa à infração das normas de uso de recursos hídricos alcançou o montante de R\$ 707 mil no período de 2018 a 2022.

Foi encaminhado pedido ao então Ministério da Economia (ME) proposta de contratação temporária, pela ANA, de pessoal por tempo determinado, visando atender às necessidades da ANA, com fundamento na Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993 (DOU de 10/12/1993), e no Decreto nº 4.748, de 16 de junho de 2003, em observância ao contido na Instrução Normativa SEDGG/ME nº 1, de 27 de agosto de 2019 (DOU de 30/8/2019), cujo impacto incidirá na implementação das funções de harmonização regulatória do setor de saneamento básico, na fiscalização das condições de segurança de barragens, na regulação dos usos múltiplos da água, nas definições das condições de operação dos reservatórios e na disponibilização de sistemas e serviços obrigados a esta instituição por lei. A medida ampliará as capacidades da ANA para garantir a segurança hídrica do país e na transformação digital e implementação de sistemas obrigatórios formulados, desenvolvidos e mantidos por força de lei.

Foram celebrados três Termos Aditivos ao TED nº 09/2020/ANA, celebrado com a Universidade de Brasília – UnB, sendo que o Terceiro Termo Aditivo se justificou em razão de solicitação, originada da própria ANA, de realização da

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

APRESENTAÇÃO

pesquisa de dimensionamento em unidades organizacionais emergidas de um processo de reestruturação organizacional empreendido pela diretoria recém-empossada no órgão e, também, de avanço nas próprias pesquisas de dimensionamento de modo a permitir com que a sistemática de registro da produtividade se dê em nível individual, de modo a possibilitar a gestão de trabalhadores em arranjos diversos de trabalho: presencial, híbrido e remoto.

Encerro a presente declaração, que teve como objetivo demonstrar os principais esforços realizados no exercício de 2022, bem como os desafios apresentados ao próximo exercício. Concluindo, DECLARO que os padrões de gestão da ANA atendem aos requisitos de conformidade e confiabilidade das informações prestadas neste capítulo.

Luis André Muniz

*Superintendente de Administração,
Finanças e Gestão de Pessoas*

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - EXERCÍCIO 2022

A Lei Orçamentária Anual de 2022 consignou à ANA, inicialmente, a dotação orçamentária de R\$ 515,7 milhões, que, após os cancelamentos e as suplementações, resultou em uma dotação final de aproximadamente R\$ 485,6 milhões.



DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - EXERCÍCIO 2022

Das despesas autorizadas para o exercício de 2022:



EXECUÇÃO ANUAL ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Em relação aos valores totais empenhados, aproximadamente 85,74% foram pagos em 2022, e 14,26%, R\$ 62,3 milhões, foram inscritos em Restos a Pagar para o exercício de 2023. Comparando ao exercício de 2021, constatou-se leve redução percentual de novas inscrições em Restos a Pagar. As inscrições e re-inscrições totais de Restos a Pagar para o exercício de 2023 alcançou o montante de R\$ 64,8 milhões.



DESPESAS POR AÇÃO ORÇAMENTÁRIA - EXERCÍCIO 2022

Ano	Dotação Atualizada	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	% de Execução Orçamentária	Despesas Pagas	% de Execução Financeira
		(a)	(b)	(c = b / a)	(d)	(e = d / b)
00LX	Transferência dos Recursos da Cobrança às Agências de Águas (Leis nº 9.433/1977 e nº 10.881/2004)	R\$ 134,66	R\$ 134,65	100%	R\$ 134,47	100%
00S6	Benefício Especial e Demais Complementações de Aposentadorias	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00	0%
0200	Reserva de Contingência – Financeira	R\$ 31,16	R\$ 0,00	0%	R\$ 0,00	0%
5%09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	R\$ 14,28	R\$ 14,05	98%	R\$ 14,05	100%
20TP	Ativos Civis da União	R\$ 87,01	R\$ 85,89	99%	R\$ 79,39	92%
20WI	Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos	R\$ 95,88	R\$ 86,76	90%	R\$ 66,06	76%
181	Aposentadorias e Pensões Civis da União	R\$ 5,70	R\$ 5,62	99%	R\$ 5,61	100%
212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	R\$ 2,14	R\$ 1,90	89%	R\$ 1,75	92%
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia e Agentes Públicos	R\$ 0,25	R\$ 0,15	60%	R\$ 0,14	93%
219R	Melhoria da Qualidade Regulatória do Setor de Saneamento	R\$ 15,83	R\$ 15,30	97%	R\$ 1,08	7%
2000	Administração da Unidade	R\$ 33,70	R\$ 32,18	95%	R\$ 28,11	87%
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	R\$ 0,76	R\$ 0,68	89%	R\$ 0,62	91%
2378	Operação da Rede Hidrometeorológica	R\$ 56,86	R\$ 53,62	94%	R\$ 39,02	73%
4926	Regulação e Fiscalização dos Usos e Recursos Hídricos, dos Serviços de Irrigação e Adução de Água Bruta e da Segurança de Barragens	R\$ 7,41	R\$ 6,43	87%	R\$ 4,65	72%
Total		R\$ 485,64	R\$ 437,23	90%	R\$ 374,92	86%

Fonte: Painel do Orçamento Federal

Sob a ótica do comprometimento orçamentário, o volume total empenhado em 2022 foi menor que o praticado no exercício de 2021, em termos percentuais sobre a dotação atualizada, em 3,99%, conforme tabela a seguir:

Ano	Dotação Atualizada	Empenhado	%
	(a)	(b)	(c = b / a)
2021	R\$ 446,99	R\$ 420,25	94,02%
2022	R\$ 485,64	R\$ 437,23	90,03%

Fonte: Painel do Orçamento Federal, Tesouro Gerencial

EXECUÇÃO**FINANCEIRA - EXERCÍCIO 2022**

Em termos de execução financeira, o valor total pago pela ANA, Unidade Orçamentária 53210, alcançou o montante aproximado de R\$ 427,03 milhões, dentre os quais R\$ 374,92 milhões referentes ao Orçamento de 2022 e R\$ 52,11 milhões de compromissos assumidos em anos anteriores que foram inscritos ou reinscritos para 2022 na modalidade de Restos a Pagar.

Comparativamente ao ano de 2021, houve uma leve queda de aproximadamente de 2,48% no volume total de pagamentos (LOA do Exercício + Restos a Pagar), uma vez que se alcançou naquele ano o valor de cerca de R\$ 437,91 milhões.

Sob a ótica da execução financeira, o volume total pago em 2022 foi praticamente o mesmo de 2021 em termos percentuais, quando comparado com o total empenhado do ano, ou seja cerca de 85%, conforme tabela a seguir:

Ano	Empenhado	Pago	%
	(a)	(b)	(c = b / a)
2021	R\$ 420,25	R\$ 358,33	85,26%
2022	R\$ 437,23	R\$ 374,92	85,74%

Fonte: Painel do Orçamentário Federal, Tesouro Gerencial

FONTES 116 (AÇÃO 00LX) E 183 (AÇÃO 20WI, 237 E 4926

DETALHAMENTO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

A dotação atualizada total das Fontes 16 – Recursos e Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos e 83 – Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos, principais fontes de recurso da ANA, foi de R\$ 340,24 milhões:

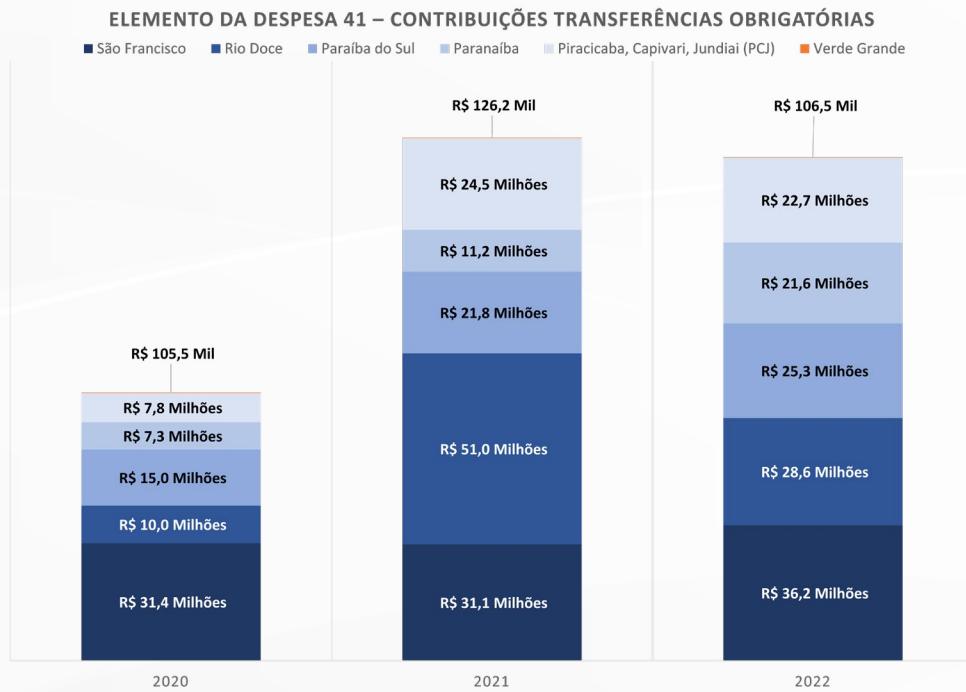
Ação	Fonte	Dotação Atual
00LX – Transferência dos Recursos da Cobrança às Agências de Águas (Leis nº 9.433/1997 e nº 10.881/2004)	116 – Recursos de Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos	112.808.907
00LX – Transferência dos Recursos da Cobrança às Agências de Águas (Leis nº 9.433/1997 e nº 10.881/2004)	316 – Recursos de Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos	21.849.367
0200 – Reserva de Contingência – Financeira	183 – Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos	31.162.860
20WI – Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos	183 – Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos	95.879.691
2000 – Administração da Unidade	183 – Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos	15.418.873
2378 – Operação da Rede Hidrometeorológica	183 – Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos	56.856.890
4926 – Regulação e Fiscalização dos Usos de Recursos Hídricos, dos Serviços de Irrigação e Adução de Água Bruta e da Segurança de Barragens	183 – Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos	6.266.664
Total		340.243.252

A execução financeira da Fonte 16 consiste em transferências, do valor total das dotações orçamentárias, na modalidade 50 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos, sob a forma de contratos de gestão. Vale ressaltar que os valores transferidos se referem exclusivamente aos repasses dos recursos de cobrança pelo uso da água nas respectivas bacias hidrográficas. As despesas obrigatórias empenhadas no exercício de 2022 foram de R\$ 134,65 milhões. Foram liquidadas e pagas no ano totalizaram R\$ 134,5 milhões, conforme demonstrado a seguir:

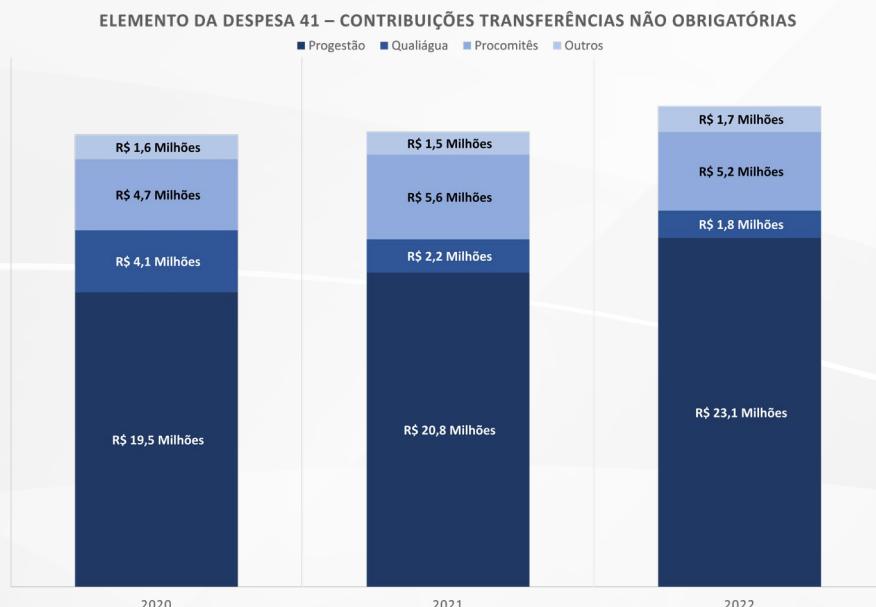
Bacia Hidrográfica	Exercício 2020	Exercício 2021	Exercício 2022
São Francisco	R\$ 31,4 Milhões	R\$ 31,1 Milhões	R\$ 36,2 Milhões
Verde Grande	R\$ 105,5 Mil	R\$ 126,2 Mil	R\$ 106,5 Mil
Rio Doce	R\$ 10,0 Milhões	R\$ 51,0 Milhões	R\$ 28,6 Milhões
Paraíba do Sul	R\$ 15,0 Milhões	R\$ 21,8 Milhões	R\$ 25,3 Milhões
Paranaíba	R\$ 7,3 Milhões	R\$ 11,2 Milhões	R\$ 21,6 Milhões
Piracicaba, Capivari, Jundiaí (PCJ)	R\$ 7,8 Milhões	R\$ 24,5 Milhões	R\$ 22,7 Milhões
Total	71,6 Milhões	139,8 Milhões	134,5 Milhões

FONTES 116 (AÇÃO 00LX) E 183 (AÇÃO 20WI, 237 E 4926)

DETALHAMENTO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA



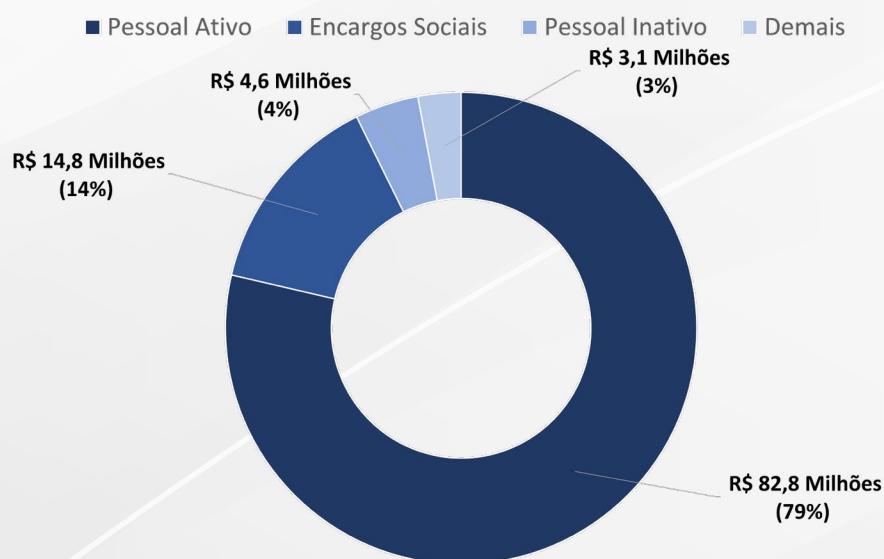
No tocante a Fonte 83, uma parcela significativa dos recursos, aproximadamente R\$ 31,8 milhões (19%), são referentes às Transferências Não Obrigatórias no âmbito dos Programas: PROCOMITÊS, PROGESTÃO E QUALIÁGUA, nos quais o apoio financeiro aos entes constituintes do SINGREH está condicionado ao cumprimento de metas previamente pactuadas e contratadas, com a anuência dos Conselhos Estaduais de Recursos, conforme detalhado a seguir:



FONTES 116 (AÇÃO 00LX) E 183 (AÇÃO 20WI, 237 E 4926

DETALHAMENTO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Em 2022, as despesas realizadas com “Pessoal e Encargos Sociais” tiveram um pequeno incremento de 0,53% quando comparadas com o ano anterior. Foram pagos R\$ 105,19 milhões (já inclusos R\$ 6,14 milhões da Folha de Pessoal de Dezembro de 2021), ante R\$ 104,63 milhões do exercício de 2021. Observa-se maior variação no elemento da despesa de “Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas”, cujo aumento foi de 18%, passando do montante de R\$ 3,85 milhões em 2021 para R\$ 4,56 milhões em 2022, por conta de servidores que se aposentaram ao longo do ano, conforme tabela abaixo:



RESTOS A PAGAR

Em relação aos Restos a Pagar, observa-se redução de 6,15% no volume total inscrito e reinscrito, passando de um valor total de R\$ 69,07 milhões em 2021 para R\$ 64,82 milhões em 2022.

Ano	Saldo de inscrições e reinscrições de exercícios anteriores (a)	Inscrições do exercício (b)	Total (c = a+b)
2021	R\$ 7,15 Milhões	R\$ 61,91 Milhões	R\$ 69,07 Milhões
2022	R\$ 2,51 Milhões	R\$ 62,31 Milhões	R\$ 64,82 Milhões

GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Em 2022, a ANA realizou 20 procedimentos licitatórios, sendo 19 pregões eletrônicos e 1 concorrência (tipo Técnica e Preço). No que diz respeito ao resultado dos pregões realizados, 19 foram homologados, 3 fracassaram e 2 foram revogados/anulados. O único certame modalidade Concorrência do tipo Técnica e Preço foi anulada por determinação da Diretoria Colegiada (DIREC).

As ações de ofertas de lances e negociações de valores praticadas nos certames modalidade Pregão Eletrônico resultou em uma economia de aproximadamente 33% (trinta e três) do valor estimado pelas unidades organizacionais demandantes. Para fins de cálculos dos valores abaixo não foram considerados os pregões fracassados, deserto, anulado ou revogado.

Valor Estimado	Valor Homologado	Valor Economizado
R\$ 35.761.129,58	R\$ 24.164.457,24	R\$ 11.596.672,34

A seguir, o detalhamento dos valores contratados em 2022:

**Contratos
Celebrados
R\$ 35 Milhões**

**Termos de Execução
Descentralizada - TED
R\$ 39,18 Milhões**

**Atas de Registro
de Preços
R\$ 28,14 Milhões**

**Inexigibilidades e
Dispensas
R\$ 3,34 Milhões**

Valores em milhões de reais

GASTOS POR FINALIDADE

Funcionamento administrativo
R\$ 35,50 milhões

Tecnologia da informação
21,1 Milhões

Funcionamento
Administrativo
R\$ 35,50 Milhões

Tecnologia da
Informação
R\$ 21,10 Milhões

As contratações relativas ao funcionamento administrativo da ANA, especialmente os serviços de apoio administrativo abrangendo vigilância ostensiva, limpeza e conservação, brigada de incêndio, manutenção predial, energia elétrica e água, referentes à administração do Complexo Administrativo do Setor Policial (SPO), são rateados entre os partícipes conforme utilização das áreas comuns e físicas, cabendo à ANA responder por 53,20%, nos termos do Acordo de Cooperação Técnica nº 14/2018/ANA.

TEMPO MÉDIO DAS CONTRATAÇÕES

Considerando como amostra, os processos de contratação relativos aos Serviços de: 1) assinatura de banco de Imagens, 2) Locação de veículos Centro Oeste, 3) Coleta, Limpeza e Higienização, 4) Planejamento, execução de estudos e pesquisa, 5) Vacinas, 6) Locação de veículos Sul e Aquisição de Equipamentos – SGH, o tempo médio entre a formalização da demanda e a assinatura do contrato foi de 115 dias, o que resultou em uma redução da média de dias do ano de 2021 (123 dias).

GESTÃO DE CUSTOS

Os custos por insumo dos maiores itens controláveis em 2022, no montante total de cerca R\$ 229,6 milhões, conforme dados extraídos no Portal de Custos do Governo Federal e do Painel do Orçamento Federal. Comparando as principais despesas controláveis de 2022 com as verificadas no exercício anterior (2020), observa-se uma variação, para mais, da ordem de 4,37%.

Variação Ano Selecionado X Ano Anterior (R\$)			
Item de Custos	Custo do Ano Selecionado (2022)	Custo do Ano Anterior (2021)	Variação percentual
Água e Esgoto	351.411,42	237.124,48	48,20%
Apoio Administrativo	17.035.478,48	16.532.001,32	3,05%
Copa e Cozinha	1.204.860,38	1.083.115,29	11,24%
Demais Serviços de Terceiros	5.882.350,34	4.408.246,34	33,44%
Demais Serviços Prediais	1.254.463,61	1.410.346,75	-11,05%
Despesas de Exercícios Anteriores	224.685,65	152.286,11	47,54%
Diárias	1.389.057,57	176.241,69	688,15%
Encargos patronais	14.760.742,64	15.104.777,03	-2,28%
Energia Elétrica	1.782.542,88	1.683.828,39	5,86%
Limpeza	3.850.169,54	3.186.797,66	20,82%
Material de Consumo	6.177.621,22	4.918.505,69	25,60%
NC — Demais Custos Não Controláveis	125.264,40	60.178,26	108,16%
NC — Depreciação / Amortização / Exaustão	10.065.769,75	9.531.561,98	5,60%
NC — Pessoal Inativo / Pensionistas	4.555.341,39	4.797.849,33	-5,05%
Passagens	3.639.642,62	1.024.890,46	255,13%
Pessoal Ativo	82.633.342,16	81.546.552,23	1,33%
Serviços de Saúde	686.422,43	652.482,78	5,20%
Serviços Técnicos Especializados	14.135.190,53	11.810.277,60	19,69%
Subvenções, Subsídios e Outros Auxílios	17.306,00	16.200,00	6,83%
Tecnologia da Informação	21.069.694,01	23.255.104,07	-9,40%
Telefonia	147.231,22	153.708,87	-4,21%
Transferências Nao Obrigatorias	34.578.992,20	34.285.661,83	0,86%
Vigilância	4.247.244,24	3.954.725,96	7,40%
Total	229.814.824,68	219.982.464,12	4,47%

Fonte - EXERCÍCIO 2021: <https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/contabilidade-e-custos/sistema-de-custos>

Fonte - EXERCÍCIO 2022: Tesouro Gerencial - <https://tesourogerencial.tesouro.gov.br/> e Painel do Orçamento Federal - <https://www1.siop.planejamento.gov.br/>

CRITÉRIOS DE

SUSTENTABILIDADE NAS CONTRATAÇÕES

A ANA realizou procedimentos licitatórios alinhados aos princípios de redução de custos e sustentabilidade. Foi exigido dos licitantes a apresentação da Declaração de Atendimento aos Critérios de Sustentabilidade Ambiental na realização dos serviços (como desfazimento sustentável ou reciclagem de bens inservíveis para o processo de reutilização) ou da Declaração de Cumprimento da Legislação Ambiental na fabricação dos produtos. Os editais de licitação da ANA contêm exigências de natureza ambiental a fim de não frustrar a competitividade, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010. As contratações da Agência apresentam um novo paradigma em que não se busca, simplesmente, encontrar o menor preço, mas assegurar a competitividade e o respeito aos pilares de sustentabilidade dispostos no Plano de Logística Sustentável (PLS) da ANA, o equilíbrio entre condições financeiras, naturais e sociais.

Consumo de Água	
2021	2022
R\$ 240.900,38	R\$ 361.331,07
8.281 m ³	12.397 m ³

Consumo de Papel	
2021	2022
509 resmas	593 resmas
254.334 impressões	364.406 impressões
36 impressoras	41 impressoras

Consumo de Energia	
2021	2022
R\$ 1.721.153,12	R\$ 1.796.297,35
112.250 kwh	211.385 kwh

Copos Descartáveis	
2021	2022
305.000	282.500

GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

DESFAZIMENTO DE ATIVOS

A gestão patrimonial 2022 da ANA é realizada em duas frentes: uma interna e outra externa. A interna se refere à gestão dos bens permanentes adquiridos diretamente e que se encontram localizados na ANA (SPO). A externa se refere à gestão dos bens permanentes que se encontram localizados em outras entidades, públicas ou privadas. A gestão patrimonial desta Agência envolve o cuidado com um quantitativo de 28.376 bens permanentes, cujo valor é R\$ 209.05 milhões.

O controle dos bens permanentes desta ANA, tanto externa quanto interna, vem sendo cada vez mais aprimorada. Do ponto de vista externo, cada entidade possui um processo administrativo, inclusive específico para cada contrato ou outro instrumento celebrado, o que facilita os trabalhos fiscal, contábil e o patrimonial. Nessa linha, tem-se que ao final de 2022, 83 processos estão em vigor, sendo 9 (nove) voltados às Entidades Delegatárias, 13 (treze) ao Serviço Geológico do Brasil (CPRM), 27 (vinte e sete) ao Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas (PROGESTÃO), 5 (cinco) para entidades privadas e 32 (trinta e dois) para entidades públicas.

Em 2022, a ANA realizou 51 baixas patrimoniais, em função de 1 doação e 5 sinistros. O valor líquido (depreciado) desses bens equivale ao montante de R\$ 1.085.442,61. Vale dizer que os bens baixados nesse período se referem aos processos de doação iniciados em 2019 e encerrados em 2022. O principal desafio em 2022/2023 permanece a migração do Sistema ASI para o Sistema Integrado de Administração de Serviços - SIADS e sua consequente implementação e operacionalização no âmbito da Agência.

Com relação ao processo de doação de bens permanentes, desde 2022 vem sendo discutida entre UORGs da ANA, Comissão de Desfazimento e Auditoria Interna, a elaboração de uma portaria no sentido de regulamentar todo o processo de doação dos bens permanentes localizados não só na ANA (SPO), como também a doação dos bens permanentes que se encontram espalhados e localizados nas diferentes entidades parceiras.

LOCAÇÃO DE IMÓVEIS E EQUIPAMENTOS

Em 2022, não foi realizada nenhuma nova locação de imóveis. No que se refere à locação de equipamentos, a Agência possui um contrato de outsourcing de impressão, com 36 equipamentos, tendo produzido 111.426 impressões tipo mono e 252.980 impressões tipo color.

ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO MULTAS APLICADAS

GESTÃO DAS MULTAS APLICADAS EM DECORRÊNCIA DA ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO

O servidor envia a multa para APROVAÇÃO do superintendente.

Fiscalização

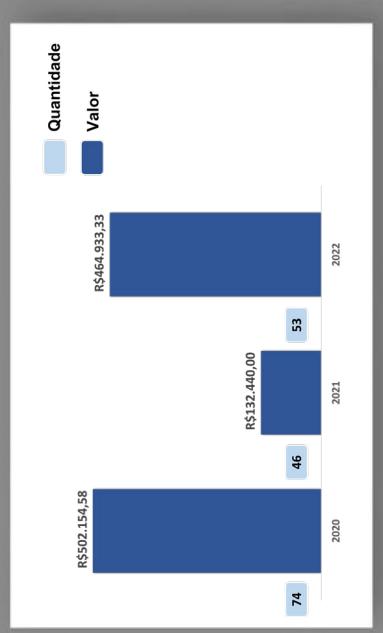
O servidor da ANA aplica uma multa por uso irregular de recursos hídricos.



Cobrança

O servidor emite o boleto e acompanha o pagamento.

Quantidade de Multas Aplicadas e o Montante Associado



ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO

MULTAS APLICADAS

ACOMPANHAMENTO DA ARRECADAÇÃO DE MULTAS

QUANTIDADES DE MULTAS

Período de Competência	Multas Aplicadas Quant.	Processo Administrativo (Não Arrecadadas)												Validação								
		Arrecadadas			Canceladas Administrativamente			Suspensas Administrativamente			Multas não inscritas no CADIN											
		Exercícios		Exercícios	Exercícios		Exercícios	Exercícios		Exercícios	Exercícios		Exercícios									
Exercícios	2022	2021	2020	2022	2021	2020	2022	2021	2020	2022	2021	2020	2022	2021	2020							
2022	40	6	-	-	7	-	0	-	0	0	-	0	-	-	27	-	-					
2021	46	9	17	-	2	2	0	0	-	3	7	-	0	-	0	9	-	-				
2020	74	10	9	22	0	2	10	0	0	0	10	0	0	0	6	0	0	15				
TOTAL	160	25	26	22	9	4	10	0	0	3	17	0	0	0	13	0	27	9	15	40	46	74

MONTANTE FINANCEIRO (R\$)

Período de Competência	Multas Aplicadas Valores	Processo Administrativo (Não Arrecadadas)												Validação	
		Descontos			Arrecadadas			Canceladas Administrativamente			Suspensas Administrativamente				
		Exercícios		Exercícios	Exercícios		Exercícios	Exercícios		Exercícios	Exercícios		Exercícios		
Exercícios	2022	2021	2020	2022	2021	2020	2022	2021	2020	2022	2021	2020	2022	2021	2020
2022	464.933,33	-	-	103.600,00	-	-	26.400,00	-	-	-	-	-	334.933,33	-	-
2021	132.440,00	-	-	19.200,00	41.960,00	-	16.000,00	10.880,00	-	-	-	-	44.400,00	-	132.440,00
2020	502.154,58	-	-	120.000,00	33.360,00	158.034,58	-	7.200,00	23.960,00	-	-	-	32.040,00	-	100.320,00
TOTAL	1.099.527,91	-	-	242.800,00	75.320,00	158.034,58	42.400,00	18.080,00	23.960,00	-	-	-	435.253,33	71.640,00	-
													464.933,33	132.440,00	502.154,58

Observações:

- Informações com vistas ao atendimento às determinações contidas no item 9.6 do Acórdão 482/2012-TCU-Plenário;
- Nos quadros acima, os campos devem ser preenchidos apenas com quantitativos, ou seja, não devem ser inseridos valores monetários;
- Quantitativos relativos aos exercícios 2015, 2014 ou 2013 de acordo com o período de competência;
- Quantitativos consolidados referentes aos números globais da Agência/Entidade fiscalizadora;
- A coluna "Validação" representa a confirmação das quantidades inseridas na coluna "Aplicadas" distribuídas pelas demais colunas;
- A coluna "Demais Situações" refere-se aos casos em que as multas não foram canceladas ou suspensas administrativamente, não estão exigíveis e definitivamente constituídas e não foram arrecadadas;
- Nos casos de parcelamentos, deve-se considerar a multa como arrecadada.

ACOMPANHAMENTO DA ABRECADAÇÃO DE MILITAS

QUANTIDADE DE DATAS

ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO

MULTAS APLICADAS

No Exercício de 2022:

- Foram emitidos 53 boletos de cobrança por infração das normas de recursos hídricos, no valor de R\$ 464.933 mil, referente à multa simples e diárias;
- 7 cancelamentos de multas por infração das normas de recursos hídricos, no montante de R\$ 26.400 mil, equivalente a 5,68% do total de créditos lançados inicialmente; e
- A receita realizada oriunda da aplicação de multas por infração de uso de recursos hídricos alcançou R\$ 103.600 mil. Este valor representa apenas 22,28 % do montante financeiro associado.

No Exercício de 2020 e 2021:

- 32 inclusões de nomes de devedores no Cadastro Informativo de Créditos não quitados do setor público federal (Cadin), correspondem ao montante financeiro nominal de R\$ 185.080 mil;
- 5 devedores não foram notificados da cobrança em razão de frustação na entrega de notificação administrativa, correspondendo ao montante financeiro de R\$ 18.920 mil; e
- O montante de R\$ 630.600,00, referente ao período de 2018 a 2020, foi inscrito em dívida ativa.

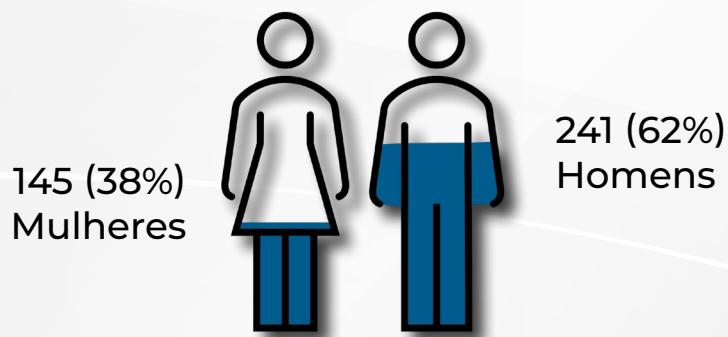
GESTÃO DE PESSOAS

Avaliação da Força de Trabalho:

O quadro de pessoal da ANA é composto, predominantemente, por servidores que integram a Agência, conforme detalhado abaixo:

SERVIDORES ATIVOS PERMANENTES	Analista administrativo	46	287
	Especialista em geoprocessamento	27	
	Especialista em RH e saneamento básico	181	
	Técnico administrativo	31	
	Quadro específico	2	
Servidores sem vínculo		25	
Servidores requisitados		31	
Servidores em exercício descentralizado		16	
Servidores em exercício provisório		27	
Total		386	

Servidores por Gênero:

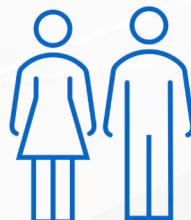


GESTÃO DE PESSOAS

Servidores com Deficiência:

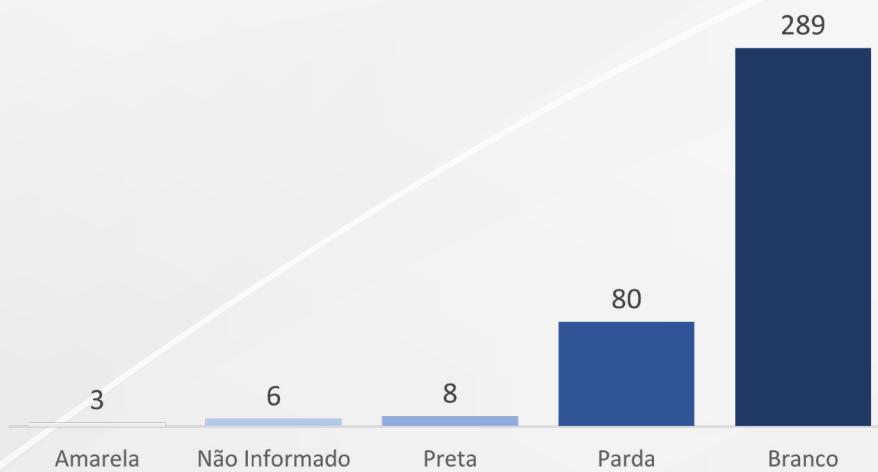


16 (4%)

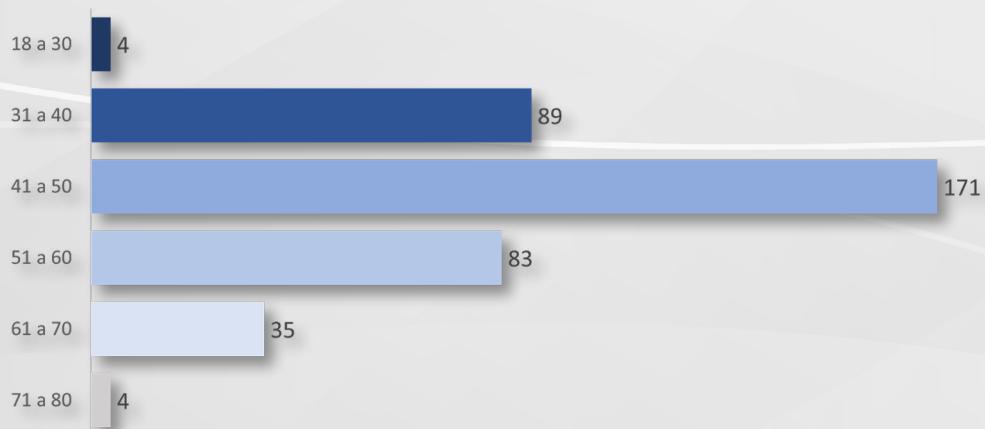


370 (96%)

Servidores por Etnia:



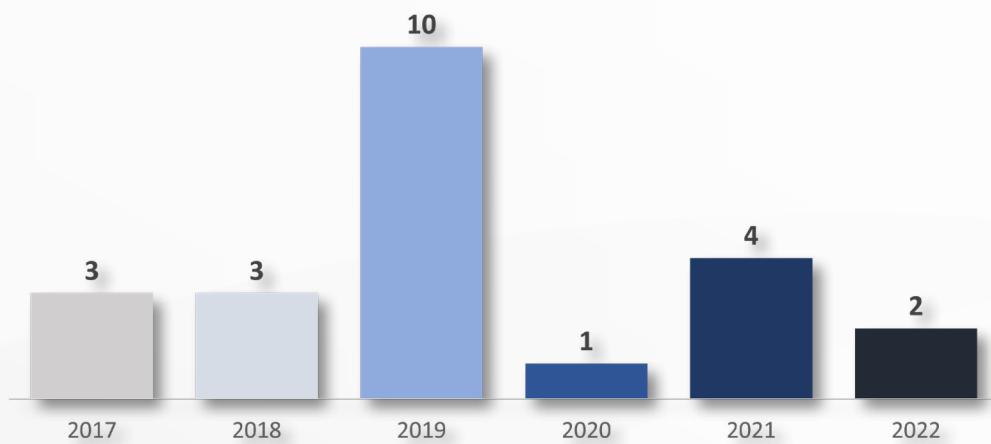
Servidores por Faixa Etária:



GESTÃO DE PESSOAS

Aposentadoria

Em 2022, dois servidores foram aposentados, sendo uma mulher e um homem, todos Especialistas em Regulação de Recursos Hídricos e Saneamento Básico, correspondente a 1,4% dos servidores efetivos da ANA, e a 2,1% do quadro do cargo de Especialista em Regulação de Recursos Hídricos e Saneamento Básico.



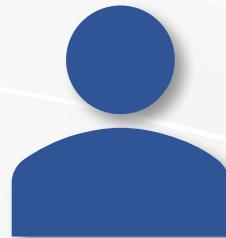
Para 2023, estima-se que 3% dos servidores efetivos da ANA requeiram a aposentadoria voluntária.

Avaliação de Desempenho, Remuneração e Meritocracia:

92 progressões concedidas

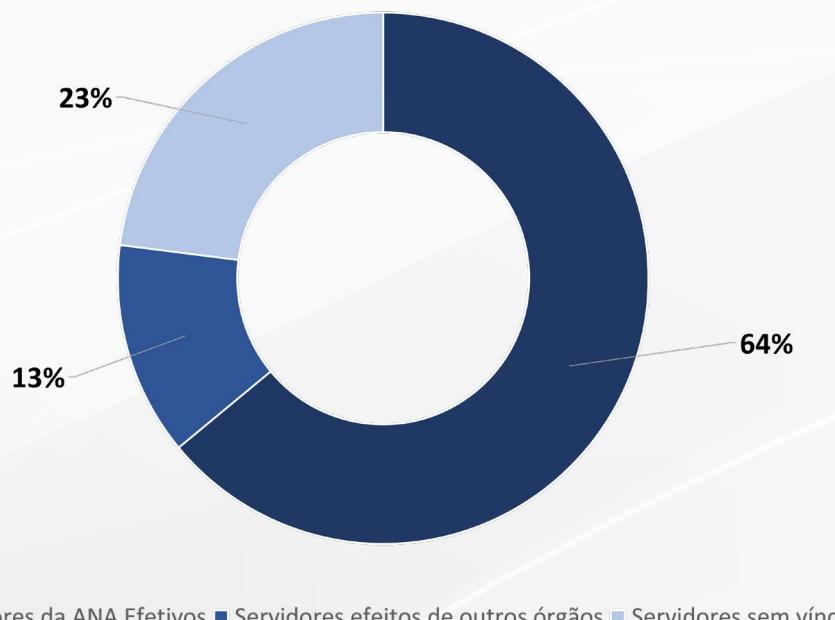


1 servidor em estágio probatório

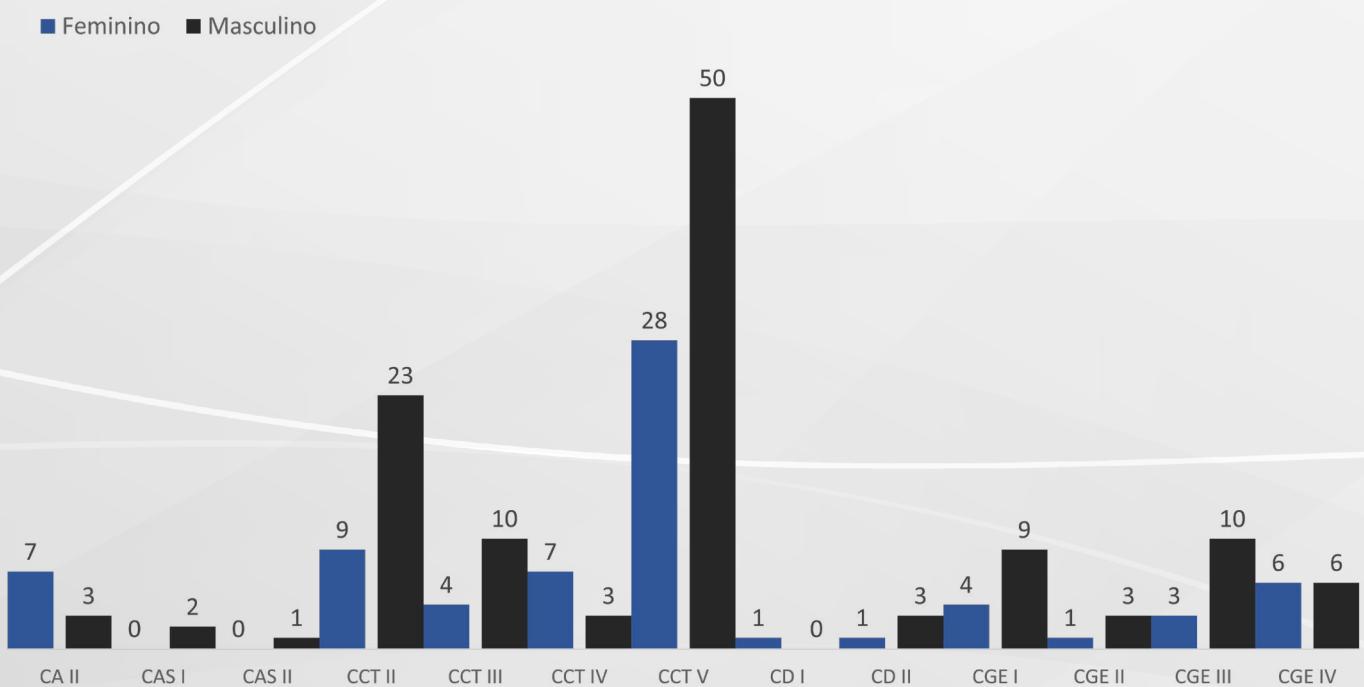


GESTÃO DE PESSOAS

Ocupação de Cargos Gerenciais na ANA:



Ocupação de Cargos Gerenciais por Gênero:



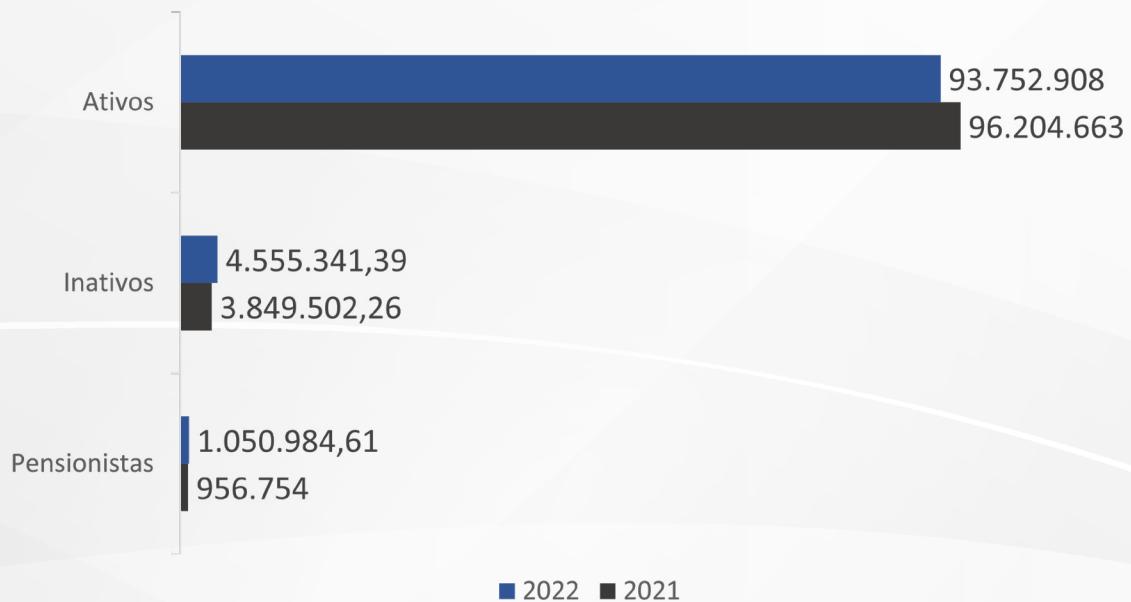
GESTÃO DE PESSOAS

Detalhamento da Despesa de Pessoal:

A Lei nº 13.326/2018 estabeleceu os valores dos subsídios devidos aos integrantes das carreiras das agências reguladoras. Os valores médios por carreira são:



Evolução dos Gastos de Pessoal:



GESTÃO DE PESSOAS

Dados Gerais dos Eventos de Capacitação Realizados em 2022:

A política de capacitação e desenvolvimento da ANA tem como base as competências dos seus servidores, avaliadas periodicamente. A metodologia de desenvolvimento por competências, utilizada atualmente na ANA, representou um avanço para instituição por identificar pontos de excelência e de carência de capacitação, por meio da avaliação das entregas (as contribuições de valor de cada servidor) e da oferta para cada servidor de um conjunto de capacidades (conhecimentos e habilidades), necessárias para aprimorar o desempenho de suas funções. Para tanto, foi construído um Sistema de Capacitação, desenvolvido pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGGEP/SAF), no qual se gerencia as capacitações com base em competências. O Programa de Desenvolvimento por Competências da ANA foi constituído a partir do conjunto de entregas e de capacidades e, especialmente, da correlação entre esses dois componentes das competências dos servidores da Agência. A oferta de eventos de capacitação, de curta e média duração, constante no Plano de Desenvolvimento de Pessoas, considerou os resultados das avaliações das competências, alinhadas à estratégia da ANA. Ainda, cada servidor, junto com sua chefia, realizou o Plano de Desenvolvimento Individual, alinhado as suas competências, com vistas ao planejamento das ações de capacitação em 2021.

Especialista em Regulação de Recursos Hídricos e Saneamento Básico	165
Especialista em Geoprocessamento	23
Analista Administrativo	41
Técnico Administrativo	30
Servidores sem vínculo	25
Requisitados/exercício art. 93. 8.112, de 1990/ exercício descentralizado/ outros vínculos	74
Total de Servidores em Exercício na ANA*	358

GESTÃO DE PESSOAS

**279**Servidores
Capacitados**445**Eventos de
Capacitação**10.896**Carga Horária
Total**57,5 horas**Carga Horária
Média por
Servidor**51,09 horas**Desvio Padrão
da Carga
Horária Média

No exercício de 2022, foram oferecidos os cursos de inglês e espanhol, com os seguintes resultados:

Inglês - Curso Regular

**33**

Alunos

**6**

Formandos

Inglês - Conversação

**29**

Alunos

**31**

Alunos / semestre

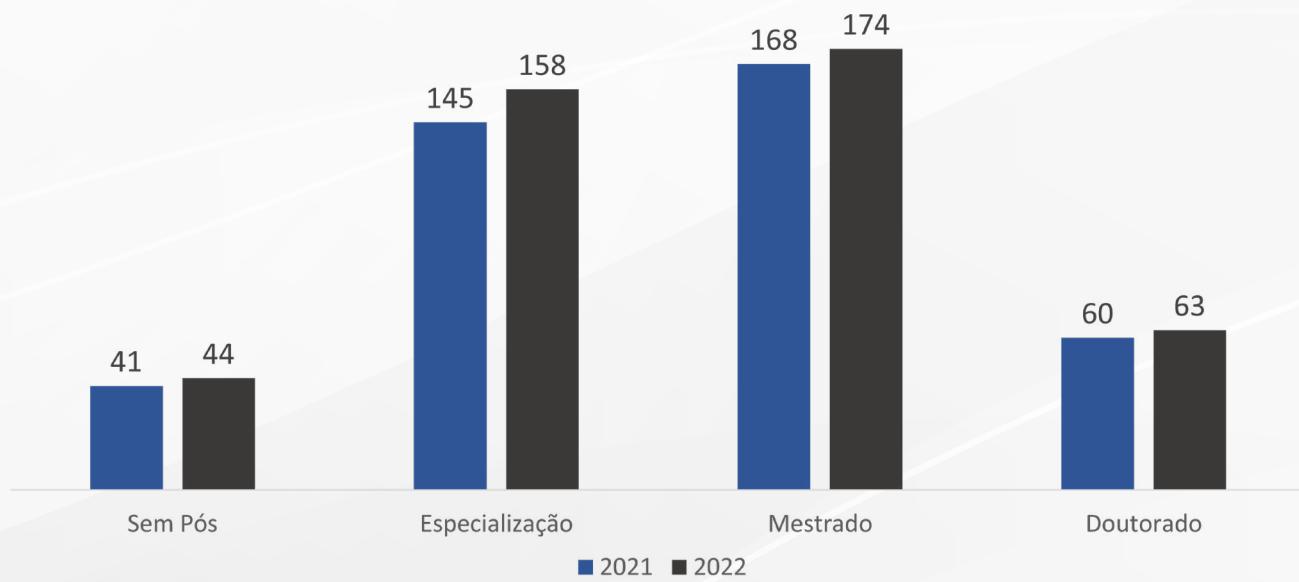
**1**

Formando

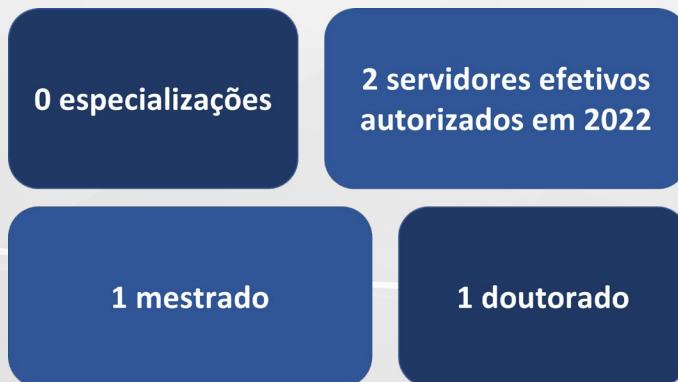
Espanhol

GESTÃO DE PESSOAS

Formação dos Servidores da ANA:



O resultado do processo seletivo interno para o Programa de Formação Avançada, com ou sem afastamento das atividades na Agência, correspondeu



GESTÃO DE PESSOAS

Programa de Gestão e Desempenho (PGD-ANA):

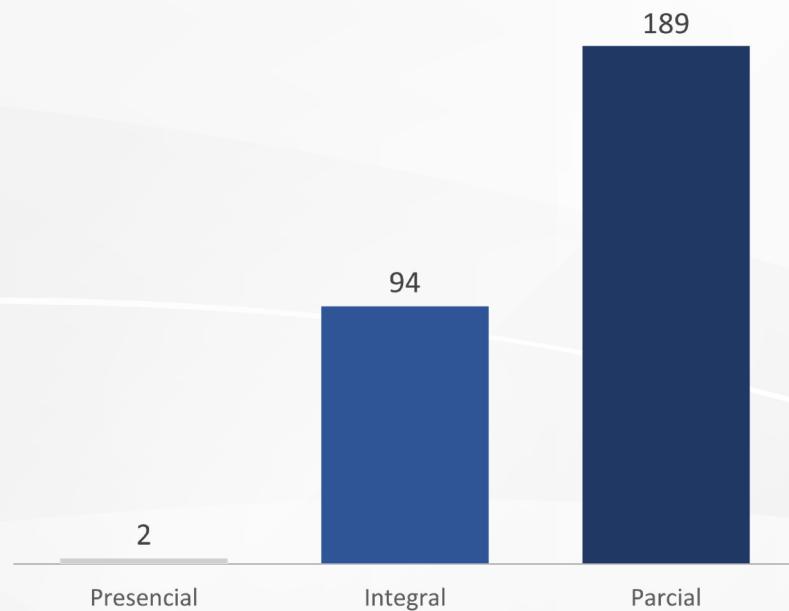
A ANA instituiu o Programa de Gestão de Desempenho, conforme a Portaria ANA nº 396, de 2 de junho de 2022, com o objetivo de implementar o instrumento de gestão que disciplina o exercício e a mensuração das atividades realizadas pelos seus participantes, com foco na entrega por resultados e na qualidade dos serviços prestados à sociedade.

As atividades do PGD são apresentadas por um conjunto de ações específicas e passíveis de controle a serem realizadas de forma individual, com acompanhamento da chefia imediata, visando o alcance de metas pactuadas, com prazos e entregas previamente definidos, associadas a projetos e processos organizacionais.

O resultado do esforço empreendido na execução de uma atividade é definido no planejamento e com data prevista de conclusão.

O PGD foi implementado nas modalidades, presencial, teletrabalho parcial, e teletrabalho integral, com a participação de 285 servidores, conforme gráfico a seguir:

Servidores Participantes do PGD - 2022



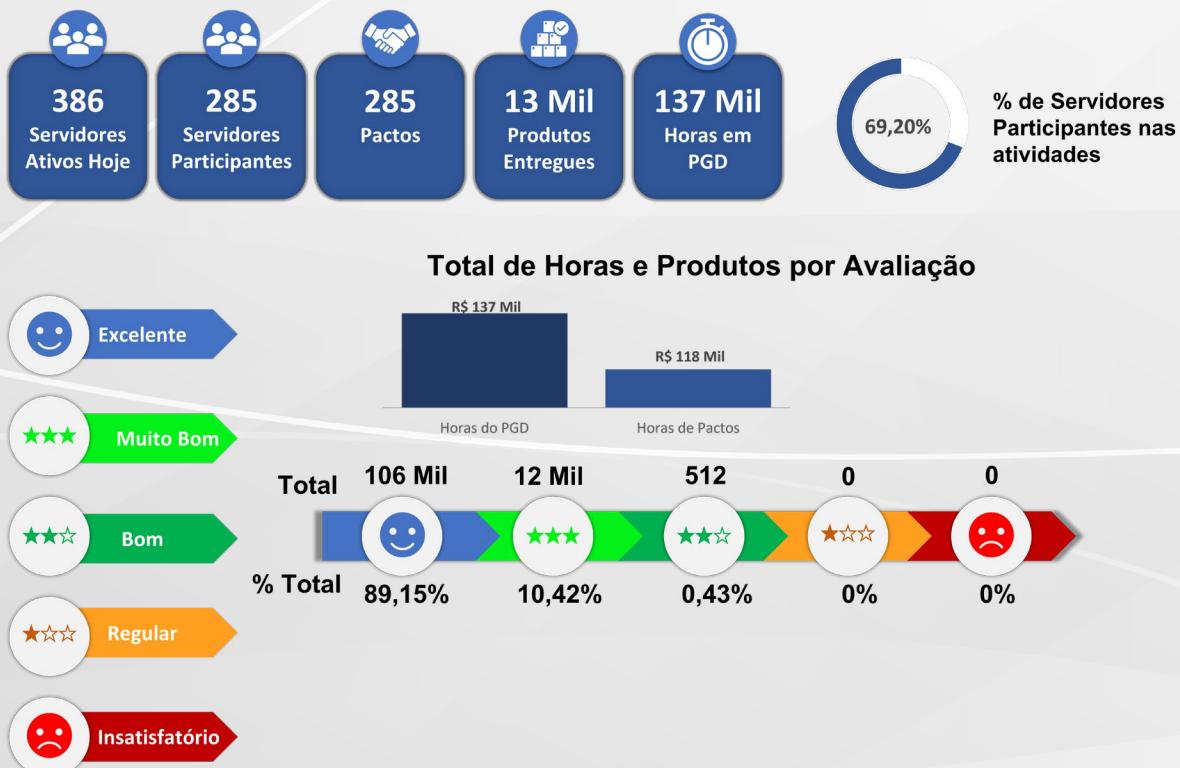
GESTÃO DE PESSOAS

Avaliação do Programa de Gestão e Desempenho (PGD-ANA, 2022):

O PGD-ANA (primeiro ciclo) foi cumprido nos seus objetivos, com único foco de inserir na ANA a cultura de se trabalhar por metas. Foram feitas sugestões com vista à melhoria de operacionalidade do Programa, instituído pela Portaria ANA nº 396, de 2 de julho de 2022, em especial, com relação ao sistema utilizado.

O período de ambientação, de seis meses, teve início em 18 de julho de 2022 e previsão de término para 17 de janeiro de 2023. Contudo, o Comitê de Acompanhamento e Avaliação (CAPGD) sugeriu a ampliação desse período para até 28 de fevereiro de 2023, o que foi aprovado pela Diretoria Colegiada em sua 901ª Reunião Administrativa Ordinária realizada em 12 de dezembro de 2022 (Documento nº 02500.065013/2022-32). Assim, os planos de trabalho dos agentes públicos das UORGs foram ajustados no sistema para término em 28 de fevereiro de 2023.

Com relação à visão geral do Programa de Gestão e Desempenho (PGD-ANA) o gráfico abaixo demonstra os seguintes números:



GESTÃO DE PESSOAS

Implantação do Sistema de Registro Eletrônico de Frequência (SISREF):

Em 1º/4/2022, a ANA deu início à utilização do SISREF, o qual é uma solução tecnológica para controle de frequência para realização de controle de entradas, saídas e ausências dos servidores, alinhado aos normativos vigentes com a Instrução Normativa MP nº 02/2018.

Estratégia de Recrutamento e Alocação de Pessoas :

Processo Seletivo Interno

Com a finalidade de ocupação de 2 Cargos Comissionados Técnicos, código CCT V, sendo 1 na Superintendência de Regulação de Saneamento Básico (SSB) e 1 na Superintendência de Regulação de Serviços e Segurança de Barragens (SRB), foram veiculados internamente no “SAF e-Notícias” para fins de inscrição dos servidores interessados via Processo Seletivo Interno para ocupação daqueles cargos.

Foi também divulgado na plataforma SouGov o Processo Seletivo Interno para o preenchimento de 15 vagas, sendo 11 para a Superintendência de Tecnologia da Informação (STI, para as Coordenações: COSIS, COOPI, COSIC, COPRO e COGCI), 3 para a Superintendência de Regulação de Serviços e Segurança de Barragens (SRB, Coordenador da COSER, Analista de Infraestrutura – AIE e Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental – EPPGG) e 1 para a Superintendência de Fiscalização (SFI, Analista de Infraestrutura – AIE).

Desafios e Ações Futuras:

Concurso Público

Foi solicitado ao então Ministério da Economia (ME) autorização para a realização de concurso público, pela ANA, para o preenchimento de 101 cargos

GESTÃO DE PESSOAS

vagos existentes no respectivo Quadro de Pessoal, sendo 53 de Especialista em Regulação de Recursos Hídricos e Saneamento Básico, 38 de Analista Administrativo e 10 de Técnico Administrativo. O pedido de recomposição de servidores teve por finalidade minimizar os problemas advindos do déficit existente na força de trabalho da Agência, haja vista que representará a continuidade da formação de suas carreiras, imprescindível à consolidação, desenvolvimento e à estruturação das atividades de regulação e fiscalização dos recursos hídricos.

Em novembro de 2022, o ME informou que a solicitação não pode ser atendida durante a vigência da Lei Orçamentária Anual (LOA) para a qual a demanda foi proposta, seja em função das diretrizes do Poder Executivo Federal, seja por limitações impostas pela legislação eleitoral ou pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Contratação temporária

A ANA encaminhou proposta de contratação temporária de pessoal ao então Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) atual Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) para posterior envio ao Ministério da Economia (ME) por tempo determinado, visando atender às necessidades da ANA (85 oportunidades para desempenhar Atividades Técnicas de Complexidade Gerencial, de Tecnologia da Informação e de Engenharia Sênior).

O impacto da contratação temporária ora pretendida incidirá na implementação das funções de harmonização regulatória do setor de saneamento básico, na fiscalização das condições de segurança de barragens, na regulação dos usos múltiplos da água, nas definições das condições de operação dos reservatórios e na disponibilização de sistemas e serviços obrigados a esta instituição por lei. A medida ampliará as capacidades da ANA para garantir a segurança hídrica do país e na transformação digital e implementação de sistemas obrigatórios formulados, desenvolvidos e mantidos por força de lei.

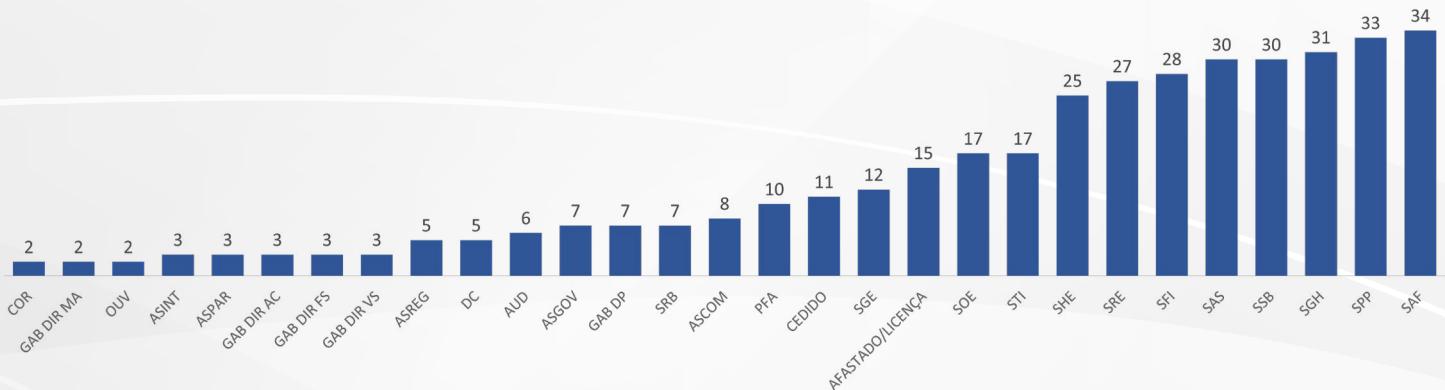
GESTÃO DE PESSOAS

Dimensionamento da Força de Trabalho da ANA:

Em 18 de dezembro de 2020, a ANA celebrou Termo de Execução Descentralizada (TED) com a Universidade de Brasília (UnB) para a customização e aplicação da metodologia de dimensionamento da força de trabalho, visando orientar e supervisionar o apoio à tomada de decisão na gestão de pessoas no processo de implementação da metodologia nas diversas unidades componentes da estrutura organizacional da ANA.

Em virtude da recente publicação do novo Regimento Interno da Agência (Resolução ANA n.º 136, de 07 de dezembro de 2022) ocorreu a celebração do primeiro termo aditivo ao TED para adequação à atual conjuntura da ANA, principalmente, no que diz respeito às atribuições relativas ao saneamento básico que foram somadas às demais atribuições finalísticas de caráter específico da Agência.

Recentemente, foi celebrado o Terceiro Termo Aditivo em razão de solicitação, originada da própria ANA, de realização da pesquisa de dimensionamento em unidades organizacionais emergidas de um processo de reestruturação organizacional empreendido pela Diretoria recém-empossada no órgão e, também, de avanço nas próprias pesquisas de dimensionamento de modo a permitir com que a sistemática de registro da produtividade se dê em nível individual, de modo a possibilitar a gestão de trabalhadores em arranjos diversos de trabalho: presencial, híbrido e remoto.



GESTÃO DE PESSOAS

Apontamento dos Órgãos de Controle:

Não houve no sistema de auditoria “e-AUD”, gerido pela Controladoria-Geral da União (CGU), nenhum apontamento de irregularidade existente na Unidade durante o exercício de 2022. No que se refere ao monitoramento do Tribunal de Contas da União (TCU), foram apontados seis indícios de irregularidade através do sistema e-Pessoal: dois indícios de acumulações irregulares de vínculos empregatícios na Administração Pública e quatro indício sobre servidor aposentado sem ato de concessão lançado no sistema e-Pessoal do TCU. Todos os indícios foram respondidos, sendo um arquivado e os demais encontram-se em monitoramento pelo TCU.

Ações Voltadas à Saúde e Qualidade de Vida:



**Celebração do Termo de Adesão de
Convênio**
Adesão ao Plano de Saúde ASSFEAZ
65 servidores



Espaço Saúde
Atendimentos de Enfermagem
752 atendimentos



**Vacinação Contra Gripe H1N1 -
2022**
Campanha de Vacinação 2022
442 Servidores e Colaboradores Vacinados

GESTÃO DE PESSOAS

Comitê Pró-Equidade de Gênero (CPEG):

Atuando desde 2016, o CPEG tem duas linhas principais de ação: uma voltada a ações de equidade de gênero no ambiente da ANA e outra focada em gênero e água. Agindo continuamente na realização e participação de eventos de capacitação, articulação e divulgação da pauta de gênero e recursos hídricos, em 2022, destacaram-se os seguintes eventos e ações:

- Participação ativa nas discussões envolvendo a temática de gênero na gestão de recursos hídricos no XXIV Encontro Nacional dos Comitês de Bacias Hidrográficas (ENCOB) com destaque para a jornada de capacitação “As mulheres na gestão das águas”, e o lançamento da segunda edição do livro “Mulheres pelas águas”. Ainda no âmbito desse evento, fruto da parceria entre o CPEG e a Rede Brasil de Organismos de Bacias Hidrográficas (REBOB), foi lançada a Plataforma de Talentos Mulheres pelas Águas, que se trata de um repositório de currículos de mulheres com ampla expertise nos diversos aspectos relacionados a recursos hídricos, sendo um de seus objetivos o reconhecimento e a promoção da equidade de gênero em mesas de eventos “Seminário Internacional Mulheres e Água – Experiência na América Latina e na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)”.
- Lançamento do livro “Água e Gênero – Perspectivas e Experiências”, onde o CPEG contribuiu com um capítulo contando sua experiência e desafios.
- Realização de evento virtual no Dia Internacional da Mulher e o episódio do Podcast ANA “A evolução do tema água e gênero no Brasil.”

Ao fim do ano de 2022, o Comitê atualizou o levantamento sobre a ocupação de cargos de decisão da ANA por gênero, sobre o que se registra a significativa evolução percentual, perfazendo um aumento de 30% de ocupação por mulheres, conforme distribuição abaixo:

Bacia Hidrográfica	Diretoria ANA		Superintendências		Demais cargos de decisão	
Ano	2018	2022	2018	2022	2018	2022
Mulher	20%	40%	0%	27%	0%	20%
Homem	80%	60%	100%	73%	100%	80%

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2022 da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA).

A conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2022 é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas Notas Explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2022, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual SIAFI, exceto no tocante à Unidade Gestora 443003, cuja unidade executora encerrou o exercício financeiro de 2022 com a restrição código 773 – TED A COMPROVAR COM DATAEXPIRADA e código 775 – TED A REPASSAR.

Registra-se que foi comunicada à Auditoria Interna desta Agência, durante o exercício de 2022, as ocorrências registradas na conformidade contábil, e conforme a Comunicação Interna Comunicação Interna nº 1/2023/CCONT/COGEF/SAF, Documento nº 02500.003499/2023-04, as constatações de saldos irregulares em dezembro de 2022 na Unidade Gestora 443003.

Informa-se que as regularizações de inconsistência com reflexo nas demonstrações contábeis disponibilizadas no SIAFI WEB, Consulta Desequilíbrio de Equação de Auditor (CONDESAUD), durante o exercício financeiro, são sanadas à medida das ocorrências havidas.

Ainda, as áreas financeira, contábil e orçamentária desta Agência têm trabalhado em conjunto e, embora existam situações operacionais em andamento, que não resultam em distorções relevantes que prejudicam a tomada de decisões e avaliação nelas baseadas, todos os esforços estão sendo realizados para a concretização de soluções de correções.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração

Brasília, 9 de fevereiro de 2023.
Ana Carolina Dias Mendes
Coordenadora de Contabilidade CRC/DF nº028355-0

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balanço Orçamentário:

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes, confrontando o orçamento inicial e suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário. A diferença entre o total das Receitas Realizadas e o total das Despesas Empenhadas representa Déficit ou Superávit orçamentário. O Balanço Orçamentário evidencia as receitas da ANA no exercício de 2022 no montante de R\$ 359,66 milhões, com origens principais nas concessões e permissões de direitos de recursos hídricos (fonte 16 - R\$ 124,49 milhões), multas aplicadas por infração no uso de recursos hídricos (fonte 74 – R\$ 575 mil), compensação financeira pelo uso de recursos hídricos (fonte 83 – R\$ 219,42 milhões), e restituições de despesas de exercícios financeiros (fonte 83 – R\$ 15,18 milhões).

Resultado orçamentário: Receitas e despesas				
Receitas	Previsão inicial (a)	Previsão atualizada (b)	Receitas/Despesas realizadas (c)	Saldo (c-b)
Receitas correntes	376.621.005,00	376.621.005,00	359.657.731,90	-16.963.273,10
Receitas de capital	0	0	0	0
Subtotal receitas	376.621.005,00	376.621.005,00	359.657.731,90	-16.963.273,10
Despesas correntes				
Pessoal e encargos sociais	101.824.763,00	106.991.268,00	105.565.220,65	1.426.047,35
Outras despesas correntes	367.985.046,00	332.924.958,00	319.171.744,00	13.753.214,00
Despesas de capital	14.742.576,00	14.565.576,00	12.502.411,87	2.063.164,13
Reserva de contingência	31.162.860,00	31.162.860,00	0	31.162.860,00
Subtotal despesas	515.715.245,00	485.644.662,00	437.239.376,52	48.405.285,48
Déficit (despesas empenhadas menos receitas realizadas)			77.581.644,62	

O resultado do exercício, em 2022, é deficitário em cerca de R\$ 77,58 milhões. O equilíbrio das contas foi alcançado mediante repasses financeiros com origens em fontes do Tesouro Nacional.

Confrontando a Receita Realizada Atualizada em relação à Receita Prevista, verifica-se a realização da receita inferior ao estimado em 4,5% (16,96 milhões).

As variações da execução orçamentária, em relação à Dotações Inicial e Atu-

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

alizada do exercício de 2022, tiveram o saldo positivo de R\$ 48,4 milhões. O comprometimento com o empenho no Grupo de Despesas Investimentos foi na ordem de R\$ 12,5 milhões.

A execução financeira no valor de R\$ 374,93 milhões representou um percentual de 85,75% das despesas empenhadas.

Anexos 1 e 2: Demonstrativo de execução de restos a pagar processados e não processados

Despesas orçamentárias	Inscritos em exercícios anteriores (a)	Inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior (b)	Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (a + b - c - d)
1 - Pessoal e encargos sociais	0	6.141.340,31	6.141.340,31	0	0
3 - Outras despesas correntes	3.172.000,52	41.437.273,12	35.086.028,89	8.302.104,71	1.221.140,04
4 - Despesas de capital	3.800.319,95	14.518.012,51	10.890.956,33	6.135.638,58	1.291.737,55
Total	6.972.320,47	62.096.625,94	52.118.325,53	14.437.743,29	2.512.877,59

Foram realizados pagamentos Restos a Pagar Não Processados no montante de R\$ 52,1 milhões.

As reinscrições e inscrições do exercício de restos a pagar processados e não processados, quando comparada com às ocorridas no exercício de 2021, evidenciam redução percentual relativa de 2,10%:

Anexos 1 e 2: Demonstrativo de execução de restos a pagar processados e não processados

Exercício	Saldo reinscrito de exercícios anteriores (a)	Valor inscrito do exercício de 2022 (b)	Valor total reinscrito e inscrito (c)	Dotação autorizada para o exercício (d)	Variação % de reinscrição e inscrição (c / d)
2021	7.152.011,07	61.916.935,34	69.068.946,41	446.995.601,00	15,45%
2022	2.512.877,59	62.309.715,36	64.822.592,95	485.644.662,00	-13,35%
Redução % relativa de reinscrições e inscrições de restos a pagar					2,10%

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balanço Patrimonial:

O Balanço Patrimonial evidencia os ativos e passivos e as suas evoluções em relação ao exercício anterior. Os ativos compreendem os saldos de recursos financeiros e patrimoniais administrados pela Agência, com capacidade de geração de benefícios econômicos ou potencial de serviços. Os passivos evidenciam os saldos das obrigações presentes, decorrentes de eventos passados e com alta probabilidade de desembolso futuro. Nesse contexto, o Balanço Patrimonial compreende todos os orçamentos encerrados no exercício de 2022, com um total de ativo e passivo no montante de R\$ 352,19 milhões, saldo em Caixa e Equivalentes é de R\$ 17,28 milhões.

BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS - EXERCÍCIO 2022					
Ativo	2022	2021	Passivo	2022	2021
Ativo Circulante	165.837.277,84	175.185.510,32	Passivo Circulante	23.739.384,83	15.161.226,73
Caixa e Equivalentes de Caixa	17.279.744,22	6.850.278,04	Obrigações Trabalhistas, Previdenciária Pagar em Curto Prazo	6.088.975,13	5.737.540,08
Créditos de Curto Prazo	148.355.691,36	167.655.854,12	Fornecedores e Contas	10.602.055,53	0
Estoques	201.842,06	679.378,16	Demais Obrigações de Curto Prazo	6.612.144,59	8.785.986,37
			Transferências Fiscais a Curto Prazo	436.199,68	637.699,68
Ativo Nao Circulante	186.355.777,96	178.965.188,55	Passivo Não Circulante		5.437.663,96
			Demais Obrigações a Longo Prazo	0	5.437.663,96
			Passivo Elegível	23.739.384,93	20.598.890,69
			Resultados Acumulados	328.453.670,87	333.551.808,18
Ativo Realizável a Longo Prazo	22.749.385,96	15.674.451,87	Patrimônio Líquido	328.453.670,87	333.551.808,18
Imobilizado	136.848.489,14	137.647.139,12			
Intangível	26.757.902,86	25.643.597,56			
Total do Ativo	352.193.055,80	354.150.698,87	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	352.193.055,80	354.150.698,87

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Demonstrativo do Superávit/Déficit Financiero Apurado no Balanço Patrimonial	
Ativo Financeiro	17.279.744,42
Passivo Financeiro	-53.787.850,28
Total	36.508.105,86

O Balanço Patrimonial apresentou um déficit da ordem de R\$ 36,51 milhões. Apesar do resultado deficitário, ele representa redução de déficit em 29,75%, quando comparado ao exercício de 2021.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração das variações patrimoniais:

As Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido e das Variações Patrimoniais da ANA, exercícios de 2021 e 2022, evidenciam redução no patrimônio líquido, no valor de R\$ 5,10 milhões.

Demonstração dos Fluxos de Caixa (R\$)		
Especificação	Exercício 2022	Exercício 2021
Receita Patrimonial	343.904.747,97	277.113.014,90
Remuneração das Disponibilidades	0	642.272,34
Outras Receitas Derivadas e Originárias	15.849.621,63	64.776.672,86
Ingressos Extraorçamentários	66.508,76	68.830,30
Transferências Financeiras Recebidas	842.169.908,79	1.067.952.736,97
Demais Recebimentos	717.722,12	0,00
Total de Ingressos	1.202.708.509,28	1.410.553.527,37
Pessoal e Demais Despesas	-181.299.944,35	-182.638.905,84
Transferências Concedidas	-191.607.641,74	-206.289.691,93
Outros Desembolsos Operacionais	-805.734.743,54	-1.023.301.231,39
Total de Desembolsos	-1.192.279.042,90	-1.421.820.288,54
Geração de Caixa e Equivalente de Caixa	10.429.466,38	-11.266.761,17
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	6.850.278,04	18.117.039,21
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	17.279.744,42	6.850.278,04

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balanço financeiro:

O Balanço Financeiro demonstra o resultado da receita e despesa orçamentária, conjugados com os saldos provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte. Os ingressos e dispêndios, em 2022, alcançaram o montante de R\$ 1,3 milhão, ou seja, aproximadamente 14,89% menor que os verificados no exercício anterior.

BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS - EXERCÍCIO 2022						
Ingressos			Dispêndios			
Classificação	2022	2021	Classificação	2022	2021	
Receitas Ordinárias	-	-	Despesas Ordinárias	R\$ 138.015.822,23	R\$ 117.950.597,72	
Receitas Vinculadas	R\$ 360.370.225,22	R\$ 342.531.960,10	Despesas Vinculadas	R\$ 257.142.982,38	R\$ 272.475.574,74	
Deduções da Receita Orçamentária	-R\$ 615.855,92	-R\$ 239.137.744,96		-	-	
Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 842.169.908,79	R\$ 1.067.952.736,97	Transferências Financeiras Concedidas	R\$ 588.923.981,56	R\$ 852.664.530,47	
Recebimentos Extraordinários	R\$ 52.062.097,54	R\$ 52.923.177,85	Pagamentos Extraorçamentários	R\$ 259.474.123,38	R\$ 231.583.933,16	
Saldo Exercício Anterior	R\$ 6.680.278,04	R\$ 18.117.039,21	Saldo para o Exercício Seguinte	R\$ 17.279.744,42	R\$ 6.850.278,04	
Total	R\$ 1.260.836.653,97	R\$ 1.481.524.914,13	Total	R\$ 1.260.836.653,97	R\$ 1.481.524.914,13	

No ano de 2022, os dispêndios diretamente realizados pela ANA, nas Fontes Vinculadas, foram de R\$ 257,14 milhões, redução de R\$ 15,33 milhões quando comparado com o de exercício de 2021 (R\$ 272,48 milhões). Esses gastos são referentes às despesas com a segurança social, a dívida pública e os outros recursos vinculados a órgãos e programas.

DISPÊNDIOS – Fontes Vinculadas				
Especificação	2022 (a)	2021 (b)	Variação (c)	% (c/b)
Previdência Social (RGPS)	5.606.326,00	1.328.844,81	3.379.216,79	5,63%
Seguridade Social (Exceto Previdência)	0,00	2.227.109,21	-1.328.844,81	
Dívida Pública	0,00	8.128.513,80	-8.128.513,80	
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	251.536.656,38	260.791.106,92	-9.254.450,54	
Total	257.142.982,38	272.475.574,74	-15.332.592,36	

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Demonstração dos fluxos de caixa:

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite avaliar a capacidade da entidade de gerar Caixa e Equivalentes de Caixa, bem como evidenciar a utilização de recursos próprios e de terceiros nas suas atividades. Em 2022, as operações registraram ingressos de R\$ 1,2 milhão, representado, em sua maioria, por Transferências Financeiras Recebidas, cujo montante foi de aproximadamente R\$ 842 mil, equivalendo, portanto, a 70% dos ingressos totais. Os dispêndios, alcançaram R\$ 1,2 milhão, e as Transferências Financeiras Concedidas, no valor de R\$ 589 mil, e as Transferência de Arrecadação para Outra Unidade, no valor de R\$ 217 mil, totalizando aproximadamente R\$ 806 mil, equivalendo, portanto, a 67,57% dos dispêndios totais.

A geração líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa apresenta um resultado positivo de R\$ 10,4 milhões em 2022, e isso é devido ao fato da redução dos dispêndios no exercício.

Demonstração dos Fluxos de Caixa (R\$)		
Especificação	Exercício 2022	Exercício 2021
Receita Patrimonial	343.904.747,97	277.113.014,90
Remuneração das Disponibilidades	0	642.272,34
Outras Receitas Derivadas e Originárias	15.849.621,63	64.776.672,86
Ingressos Extraorçamentários	66.508,76	68.830,30
Transferências Financeiras Recebidas	842.169.908,79	1.067.952.736,97
Demais Recebimentos	717.722,12	0,00
Total de Ingressos	1.202.708.509,28	1.410.553.527,37
Pessoal e Demais Despesas	-181.299.944,35	-182.638.905,84
Transferências Concedidas	-191.607.641,74	-206.289.691,93
Outros Desembolsos Operacionais	-805.734.743,54	-1.023.301.231,39
Total de Desembolsos	-1.192.279.042,90	-1.421.820.288,54
Geração de Caixa e Equivalente de Caixa	10.429.466,38	-11.266.761,17
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	6.850.278,04	18.117.039,21
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	17.279.744,42	6.850.278,04

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nota:

As peças que compõem as demonstrações contábeis e as suas Notas Explanatórias, transmitidas pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI Web), estão disponíveis aqui: <https://www.gov.br/ana/pt-br/acesso-a-informacao/auditorias/prestacao-de-contas/demonstracoes-contabeis-e-notas-explanatorias-arquivos>

RELATÓRIO DE GESTÃO ANUAL 2022



AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
E SANEAMENTO BÁSICO